

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia

MEMORIAL DE CONCURSO PARA PROFESSORA TITULAR
Promoção à Classe E com denominação de Professora Titular da Carreira
do Magistério Superior
Candidata: Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi

Este documento segue o artigo 4º do Edital do Concurso de promoção à classe E:

Art. 4º O memorial mencionado no inciso III do art. 2º, doravante denominado “Memorial de Atividades Acadêmicas” (MAA), consiste em um **documento de caráter descritivo, analítico, quantitativo e qualitativo, que destaque fatos marcantes e méritos acadêmicos da trajetória do docente**, e será apresentado em defesa pública.

Florianópolis, abril de 2015.

Sumário

Apresentação	5
Introdução - Breve síntese de minha trajetória institucional.....	7
1. Ensino	11
1.1 Ensinando francês e <i>brésilien</i>	11
1.2. Fazendo Concursos.....	11
1.3 O ensino na graduação e pós-graduação.....	13
1.4 Professora Visitante	16
1.5 Ensinando fora da Universidade	17
2. Pesquisa.....	20
2.1 O feminismo enquanto movimento e teoria	20
2.2 Financiamentos	21
2.3 O NIGS	21
2.4 Grandes eixos de pesquisa	23
2.4.1 Violências contra mulheres e homo-lesbo-transfobia.....	23
2.4.2 Freiras, conventos e religião.....	24
2.4.3 Campo e História da Antropologia.....	25
2.4.4 Feminismo, Gênero e Ciências.....	28
2.4.5 Família, Parentesco, Sexualidade e Política.....	28
2.4.6 Educação, Formação e Orientação.....	30
2.4.7 Antropologia urbana - De Porto Alegre à Paris	32
2.5 Redes internacionais e nacionais	33
2.6 Edição.....	33
3. Orientação	34
3.1 Pesquisas individuais	34
3.2 Pesquisas coletivas.....	35

4. Administração -Criando Instituições	37
5. Representação política	41
5.1 A representação da Antropologia na CAPES	41
5.2 A presidência da ABA.....	42
6. Extensão.....	45
6.1 Eventos	45
6.2 Intelectual Pública	47
7. Parceria afetivo-intelectual	49
8. Entrevistas	50
8.1 Passagens acadêmicas e subjetivas por Paris	50
8.2 Engajamento político e acadêmico	70
8.3 Transmissão do Feminismo: campo político e construção de conhecimento.....	102
8.4 Construção do Campo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade no Brasil.....	114

MEMORIAL MIRIAM GROSSI

Apresentação

Apresento neste documento minha trajetória de ensino, pesquisa, administração e de práticas de extensão desenvolvidas entre 1989 e 2015 na UFSC, para fins de avaliação no concurso de professora titular da carreira do magistério superior, junto ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este memorial tem como complemento os documentos comprobatórios das atividades que realizei em 26 anos de atuação nesta universidade, que se encontram em anexo neste mesmo processo.

O texto que segue busca traçar as grandes linhas de minha carreira na UFSC. Esta se confunde quase que integralmente com minha trajetória profissional como professora e pesquisadora, iniciada antes, em 1977, quando ingressei nas graduações em Ciências Sociais e Direção Teatral na UFRGS.

Na primeira parte deste memorial sintetizo minha trajetória institucional em alguns grandes itens: **ensino, pesquisa, orientação, administração, representações na política acadêmica e extensão.**

Na segunda parte trago quatro entrevistas que dei nos últimos anos – três delas ainda inéditas – para diferentes interlocutores¹, editadas para o fim deste memorial. A opção por publicá-las, em sua forma textual mais oral, teve como objetivo compartilhar elementos mais autobiográficos de minha trajetória, considerando que eles podem ajudar na compreensão de minha trajetória profissional.

Tenho consciência, inclusive por ter refletido teoricamente sobre a constituição do campo da antropologia no século XX e sobre o lugar das mulheres no campo da produção científica, que minha trajetória é ilustrativa da constituição da antropologia no Brasil, marcada pela experiência de muitas mulheres antropólogas de minha geração, nascidas nos anos 1950 do século XX. Sem dúvida, esta história não é única e faz parte do campo de possibilidades profissionais que se abriu para as mulheres nos anos 1970, no Brasil, e no qual pude seguir uma trajetória acadêmica em um momento de consolidação da pós-graduação e das universidades públicas no país. Certamente, não por acaso, foi no feminismo, enquanto teoria e prática, que me

¹¹ Agradeço os colegas Caterina Rea e Vinicius Kauê Ferreira, entrevistadores e editores da primeira entrevista, realizada em 2012 e publicada na revista *Passages de Paris*; Eliane Gonçalves que me entrevistou em março de 2014 em Goiânia para o projeto sobre a Transmissão do Feminismo no Brasil, a Celso Castro que realizou e filmou a terceira entrevista durante a 29ª Reunião Brasileira de Antropologia em Natal para o projeto Entrevistas com Cientistas Sociais da Fundação Getúlio Vargas e a Regina Facchini, responsável pelo projeto Gênero e sexualidade na pesquisa e na produção científica brasileira: processos de mudança, atores, redes e desafios, que me entrevistou em setembro de 2012.

constituí como pesquisadora e ativista, e é este o lugar de fala que é pano de fundo desta trajetória acadêmica.

Textos acadêmicos são sempre textos em processo. Não nego que a escrita deste memorial reavivou minhas dificuldades e sofrimentos frente à escrita. Constatei, ao organizar centenas de documentos relativos ao que havia realizado nestes 26 anos, que minhas maiores realizações e contribuições à UFSC e ao campo acadêmico foram talvez menos da ordem dos textos escritos e muito mais do que da ordem da ação, do que denominamos hoje na antropologia feminista de *agência*. Assim me revi, ao produzir esta história de diferentes formas. Como construtora de *instituições acadêmicas* como o NIGS, o IEG, a REF, o PPGAS ou a ABA. Como alguém profundamente engajada no prazer da transmissão de conhecimento em salas de aula da graduação, pós-graduação e em espaços fora da universidade, atividades nem sempre valorizadas nas avaliações acadêmicas. Como pessoa fascinada pela produção coletiva de pesquisas e atividades de extensão como os projetos desenvolvidos por demandas de políticas públicas da Secretaria de Políticas para Mulheres, Ministérios da Educação e Saúde. E finalmente como uma docente comprometida com o desafio de formar novas gerações de estudantes em todos os níveis da vida escolar e acadêmica, pesquisadoras e pesquisadores egressos de nossa equipe que hoje atuam em todas as regiões do país.

Gostaria também de ter produzido, de forma mais distanciada, uma reflexão teórica mais densa sobre minha trajetória. Todavia, recém saída do difícil processo de acompanhar a morte de meu pai, ocorrida em janeiro de 2015, e do esforço de implantar três novos e grandes projetos que tiveram início em fevereiro de 2015 (GDE, PROEXT e SPM) – cuja coordenação por si só revela o que mais me dá satisfação e no que me sinto mais produtiva em minha vida acadêmica – não foi possível finalizar o memorial da forma que desejava inicialmente, detalhando mais precisamente e com maior rigor teórico, muitas outras atividades realizadas nestes 26 anos de dedicação institucional.. Agradeço, portanto, a compreensão da banca pela opção que fiz de um texto com duas abas e sugiro que as entrevistas, que editei para este memorial, sejam lidas como parte dele, aquilo que costumo ensinar nos cursos de metodologia, como o “lado esquerdo do diário de campo”².

² Ao falar em lado direito e lado esquerdo do diário, estou me referindo à proposta metodológica elaborada por René Louraux de escrita de diários de campo que contemplem duas formas de refletir sobre uma pesquisa: no lado direito são registrados dados objetivos e analíticos e no esquerdo, se registram emoções e dificuldades subjetivas vividas no trabalho de campo.

Introdução - Breve síntese de minha trajetória institucional

Meu primeiro contato com a Antropologia da UFSC ocorreu em meu primeiro semestre no curso de graduação em Ciências Sociais na UFRGS, quando escutei pela primeira vez o Professor Silvio Coelho dos Santos falar em um evento se que tornou histórico para a questão indígena no Brasil – *Índio, um sobrevivente* –, ocorrido em 1977, no auditório da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Tentei naquele mesmo momento ir para uma aldeia indígena, através do CIMI, mas por absoluta falta de orientação no campo da etnologia indígena na UFRGS, naquela época, não segui o caminho despertado pelo professor Silvio. Segui os rumos da Antropologia Urbana, que era o campo emergente da antropologia brasileira e no qual tínhamos excelentes professores em Porto Alegre, campo que aprendi em aulas que tive com Dayse Barcellos (em 1977), Noemi Castilhos de Brito (em 1978), Claudia Fonseca (em 1979), Sergio Teixeira (em 1980) e Ruben Oliven (em 1981), que era o principal expoente deste campo no sul do Brasil. Formei-me no Bacharelado de Ciências Sociais em 1981, optei por me candidatar a uma bolsa do governo francês para estudar em Paris, onde já havia vivido na infância e adolescência, e em 1982 fui estudar na *Université de Paris V*, onde cursei ao mesmo tempo o equivalente ao mestrado e primeiro ano do doutorado – o *Diplôme d'Etudes Approfondies* (DEA). No final de 1983 voltei ao Brasil para pesquisa de campo e, em um momento de encantamento com a Ilha de Santa Catarina, fiz a seleção para o mestrado em ciências sociais, na área de concentração em antropologia. Durante o primeiro semestre de 1984, pude então conhecer mais intensamente a antropologia produzida em Santa Catarina nos cursos de Antropologia Cultural, ministrado pela Professora Anamaria Beck, e de teorias sobre movimentos sociais, com a Professora Ilse Scherer-Warren. Tive o privilégio de ser aluna de Teoria Antropológica do professor Klaas Woortman, que aqui estava como professor visitante e, através dele me aproximar da antropologia que era produzida na UnB.

Passado este semestre, no qual havia também realizado a pesquisa de campo de meu doutorado, junto a feministas e frequentadoras do SOS Mulher de Porto Alegre, o dever chamou mais alto e voltei para Paris para dar continuidade ao doutorado lá iniciado. A relação com as ciências sociais da UFSC estava já consolidada e, por isto, o retorno depois de finalizar meu doutorado se tornou um dos projetos possíveis.

Voltei inicialmente em 1986 para realizar pesquisa sobre freiras e conventos, fruto de um projeto que eu havia feito “nas horas vagas” da pesquisa de doutorado, e que havia sido contemplado com uma bolsa da Fundação Carlos Chagas. E, neste momento, por um desses que Marisa Peirano chama de *acazos da vida acadêmica*, fiz concurso e ingressei como docente na

Fundação Universidade de Blumenau (FURB), onde dei aulas por um semestre e logo voltei à Paris para escrever minha tese sobre violências contra mulheres no Rio Grande do Sul. Retornei à FURB e definitivamente à Santa Catarina em maio de 1988, após ter defendido tese de doutorado, momento que considero marco do início de minha carreira.

Iniciei minhas atividades como docente na UFSC em março de 1989, como pesquisadora recém-doutora com bolsa do CNPq, junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Desde este primeiro ano, como havia falta de professores na área de antropologia, atuei como docente também junto à graduação, sob demanda da área de antropologia, dirigida pela profa. Maria José Reis, no então departamento de Ciências Sociais, ao qual a antropologia estava vinculada. Após realização de concurso para professora adjunta fui contratada pela UFSC em julho de 1991.

Em 1995, os professores da área de Antropologia do então departamento de Ciências Sociais fundaram um novo departamento, o de Antropologia, e é a este departamento que estou vinculada no presente.

Em quase três décadas de atuação na UFSC, lecionei em vários cursos de graduação aos quais a área e o departamento de Antropologia ofereceram disciplinas (Antropologia, Ciências Sociais, Educação Física, Nutrição, Serviço Social) e junto aos programas de pós-graduação em Antropologia Social e Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Fui também professora visitante, ministrando conferências e cursos na graduação e pós-graduação em diversas Universidades brasileiras (UnB, UFBA, UFRN, UFG, UFAM) e estrangeiras (*Universidad de Chile, Universidad de Cuenca, ISCTE, EHESS, Université de Toulouse Le Mirail, Université René Diderot, Universidad Pablo Olavides, Universidad Del Pais Vasco*). Em muitas delas atuei graças a convênios institucionais, como o CAPES-COFECUB, o PROCAD e a Rede LIESS; em outras com apoio financeiro (EHESS, UNB).

Afastei-me em duas ocasiões da UFSC para realizar estágios pós-doutorais de longa duração, com o apoio da CAPES e do CNPq. O primeiro afastamento se deu em 1996/1998, junto ao *Laboratoire d'Anthropologie Sociale – Collège de France*, onde fui acolhida por Françoise Héritier e Margarita Xanthakou e desenvolvi pesquisas sobre parentesco homossexual e história da antropologia francesa. O segundo foi em 2009/2010, em um estágio pós-doutoral multi-situado entre os Estados Unidos, Portugal e França: na Universidade de Berkeley (USA), trabalhei com Paola Bachetta no Centro de Estudos de Gênero Beatrice Bain Research Group (BBRG); no ICSTE (Portugal), ministrei disciplina com Antonia Pedroso de Lima; e, por fim, compartilhei a sala de aula com Agnès Fine na *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (EHESS), em Toulouse (França). Neste estágio, em que minhas pesquisas estiveram centradas na História

da Antropologia, fiz também uma viagem a vários países do mundo, buscando dados sobre a presença das mulheres antropólogas em diferentes contextos nacionais. Muitas destas entrevistas foram registradas, algumas já resultaram em filmes (As alunas de Mauss, Germaine Tillion, Djero encontra Iketut em Bali), mas muitas outras ainda não tiveram um tratamento de texto final (Denise Paulme, Françoise Heritier).

Vinculada às minhas atividades de ensino, orientei até o presente 30 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) de Ciências Sociais e 1 de Antropologia, 22 Mestrados, 23 Doutorados, 11 pós-doutorados e mais de 50 estudantes de graduação com bolsas de iniciação científica, extensão e permanência. Orientei, neste momento, além de 17 estudantes de mestrado e doutorado, um grupo de duas dezenas de estudantes de graduação distribuídos em bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), em bolsas de extensão institucionais da UFSC e em três grandes projetos: um primeiro, de extensão, financiado pelo MEC através do Edital PROEXT, para desenvolvimento do projeto Papo Sério, que atua junto a escolas públicas da Grande Florianópolis; um segundo, de pesquisa, financiado por edital da Secretaria de Políticas Para Mulheres, para realizarmos a avaliação dos concursos Igualdade de Gênero e um terceiro, vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero e à preparação do Congresso Mundial de Mulheres. Nestes projetos, com apoio para orientação de duas colegas em pós-doutorado, Tania Welter e Marisa Naspolini, formamos estudantes de graduação de diferentes cursos (Antropologia, Ciências Sociais, Cinema, Direito, História, Letras, Jornalismo, Teatro). Tenho prazer e alegria com o árduo trabalho de formação de estudantes que implica, entre outras atividades, em reuniões semanais de trabalho e na leitura regular de relatórios, fichas de leitura, artigos e capítulos de trabalhos de conclusão. Sei que o espaço que dedico à esta formação de estudantes consome parte significativa de meu tempo e centraliza minhas atividades institucionais na UFSC, mas considero-a como uma das prioridades deste momento histórico na articulação entre o campo dos estudos de gênero e a constituição de políticas públicas para mulheres e pessoas LGBT. Neste sentido, considero como uma das grandes conquistas do NIGS e do IEG a adoção pela UFSC do “nome social”, em reunião do Conselho Universitário em 2011, em que compareci para explicá-lo e defendê-lo. Esta simples medida, uma das primeiras nas Universidades brasileiras, abriu caminho para que outras Universidades fizessem o mesmo, e, além disto, passou a atrair para a UFSC um grande número de pessoas trans, que hoje são estudantes de mais de uma dezena de cursos de graduação e pós-graduação.

Isso tem uma história. Em março de 1989, quando iniciei minhas atividades na UFSC, engajei-me na criação do então Núcleo Interdisciplinar em Estudos de Gênero (NEG), atualmente Instituto de Estudos de Gênero (IEG), do qual sou uma das coordenadoras, e na

organização do Seminário Nacional sobre Literatura e Mulher, realizado no final deste mesmo ano. Este Seminário foi o primeiro de muitos eventos em torno de gênero, o mais importante deles sendo o Fazendo Gênero, do qual participei de quase todas as comissões organizadoras em 10 edições, ao longo das duas últimas décadas. Em novembro de 1991, criei, junto com estudantes de mestrado e de graduação, o núcleo que mais tarde viria a denominar-se Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), que se tornou nas últimas décadas um laboratório de referência internacional nos estudos sobre gênero e sexualidade. Em 1999 liderei o processo de transferência da Revista Estudos Feministas (REF), a qual estou vinculada desde então.

Nestes 26 anos atuando na UFSC, passei por cargos administrativos (duas vezes na coordenação e uma vez na sub-coordenação do PPGAS, coordenadora da área de antropologia no departamento de ciências sociais antes da criação do departamento de antropologia, coordenações de extensão e pesquisa do departamento de antropologia) e em atividades de representação no Conselho Universitário, Câmara de pós-graduação, Conselho da Editora da EDUFSC, Conselho de Ética e muitas comissões temporárias de seleção de professores e estudantes.

Fora da UFSC, tive a honra de ser eleita presidente da Associação Brasileira de Antropologia, cargo no qual pude conhecer mais profundamente a antropologia brasileira e representá-la mundialmente. Também tive o privilégio de representar a antropologia brasileira na CAPES, como representante de área e escolhida para representar a área de Humanas no Conselho Técnico Científico desta mesma instituição, uma das experiências de política acadêmica mais significativas de minha carreira. Além da representação da Antropologia brasileira, pude representar a UFSC em dezenas de eventos acadêmicos no Brasil e exterior, levando a sério o compromisso de internacionalização de nossa universidade.

Neste momento, junto com colegas do IEG, coordeno a organização da 13th *Women's World Conference*, que acontecerá em julho de 2017 na UFSC, e o 18th *IUAES Congress*, que ocorrerá em julho de 2018. Este compromisso institucional visa colocar o Brasil e, em particular, a Antropologia e os estudos de gênero na rota dos grandes eventos acadêmicos mundiais.

Detalharei a seguir minha trajetória em 6 grandes eixos: Ensino, Orientação, Pesquisa, Administração, Representação política e Extensão.

1. Ensino

1.1 Ensinando francês e *brésilien*

Minha atuação como docente iniciou-se na década de 1970, pelo campo do ensino de línguas. Comecei ensinando francês ainda no Ginásio Florinda Tubino Sampaio, onde a gestão do grêmio estudantil da qual participava criou um projeto de aulas de línguas no contra-turno, atividade que depois se tornou oficial da escola e aberta à comunidade.

Formada como professora de francês pela *Université de Nancy*, através do *Diplôme Supérieur d'Études Françaises*, obtido em 3 anos de estudos intensivos na *Alliance Française* de Porto Alegre, na década de 1970, fui contratada pela *Alliance* em março de 1980. Desta primeira experiência profissional no campo da docência, emprego que garantia minha sobrevivência econômica durante os anos de graduação, guardei importantes aprendizados em relação à pedagogia e ao convívio com estudantes, que eram muitas vezes bem mais velhos do que eu. Pude dar continuidade a esta experiência de ensino de línguas enquanto realizava meu doutorado em Paris, entre 1982 e 1988, ensinando português “do Brasil” em diversas escolas de línguas, onde tive alunos executivos ligados a multinacionais francesas que vinham se instalar no Brasil, como Carrefour e L'Oréal. Nestas aulas de *brésilien*, já doutoranda em Antropologia, introduzia tópicos sobre a cultura brasileira, com textos de Roberto da Matta e outros da então florescente antropologia urbana brasileira dos anos 1980.

O ensino de línguas me deu a certeza de que desejava ser professora universitária, projeto que nunca tinha sido muito claro durante meu bacharelado em Ciências Sociais, mas que se concretizou durante a realização do doutorado também pelo aprendizado sistemático de formação científica que me proporcionou.

1.2. Fazendo Concursos

A carreira acadêmica no Brasil começa pelos concursos públicos para a carreira docente. Para mim não foi diferente. Meu ingresso na UFSC se fez após a experiência de realizar três concursos, felizmente todos bem sucedidos, que me trouxeram ao lugar em que construí minha vida e minha carreira.

Em 1996 fiz meu primeiro concurso para docência universitária, na área de *metodologia de ciências sociais*, para o cargo de professora assistente na Fundação Universidade de Blumenau (FURB). Naquela época os concursos eram raros. Fazer o concurso, mesmo estando no meio de

um doutorado, era uma oportunidade que não se podia perder. Além disto, Blumenau fica em Santa Catarina, lugar onde eu pretendia morar após finalizar o doutorado. O concurso era em uma área que eu dominava bem, a de Metodologia em Ciências Sociais, graças ao que havia aprendido com meu professor da graduação em Sociologia, José Vicente Tavares dos Santos. No dia do concurso fui surpreendida com a presença do professor Sílvio Coelho dos Santos na banca. Ele, que já era uma referência para mim, foi depois muito importante em meu ingresso na UFSC. Passei em primeiro lugar no concurso e ingressei imediatamente na docência de antropologia e sociologia para diferentes cursos de graduação, ao mesmo tempo que apoiava a criação do curso de ciências sociais. Apesar de ser um lugar onde eu gostava de trabalhar, pela ótima relação que tinha com os alunos, percebi logo após ter defendido o doutorado, quando voltei a dar aulas, em maio de 1988, que lá não havia a possibilidade de um contrato em dedicação exclusiva com tempo previsto para pesquisa e outras atividades acadêmicas, e que sobretudo não havia a perspectiva de atuação na pós-graduação que se abria então em várias universidades brasileiras.

Assim, em junho de 1988, sob influência de ex-professores da UFRGS e insistência de meu pai, inscrevi-me em concurso na UnB, área de Sociedades Complexas. A banca era composta por Gilberto Velho, Lia Zanotta Machado e José Jorge Carvalho – professores que eu respeitava muito – e graças a mais um dos acasos da vida acadêmica, tive a sorte de tirar o ponto “família e parentesco em sociedades complexas”, aula que me deu uma das melhores notas do concurso e me permitiu ser aprovada em segundo lugar.

Neste primeiro ano em que voltara com o título de doutorado da França, vivi muitas dúvidas e incertezas, certamente fruto da inexperiência e da solidão que enfrentava com a falta de uma orientação sobre como construir uma carreira. Lembro de ter recebido 4 convites para atuar como professora visitante e/ou bolsa de recém doutora do CNPq: UnB, UFPB, UFRGS e UFSC. Meu vínculo com a FURB e o desejo de permanecer em Santa Catarina soaram mais alto naquele momento, mesmo que a opção por ficar em um lugar “atrasado” e sem qualquer prestígio e reconhecimento acadêmico parecesse um suicídio profissional. Foi assim que elaborei um projeto de pesquisa para atuar no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFSC, que foi aprovado pelo CNPq com bolsa de recém-doutorado, e iniciei minhas atividades em março de 1989, enquanto ainda fechava um projeto de pesquisa sobre acidentes no trânsito, desenvolvido com uma equipe de 6 estudantes de graduação na FURB.

Em dezembro de 1989 foi aberto concurso na UFSC na área de Teoria Antropologia. Prestei o concurso e fui aprovada, mas não havia vaga para ingressar na carreira docente – naquele momento Collor era eleito presidente e as perspectivas para o país eram sombrias.

Assim, graças ao apoio dos colegas da antropologia, fui contratada como professora visitante pela UFSC, entre março de 1990 e julho de 1991, quando finalmente ingressei como professora efetiva na carreira docente. Não lembro do momento da assinatura da posse como algo particularmente importante em minha vida, pois mesmo sendo professora temporária na UFSC por apenas 5 semestres, já me sentia profundamente engajada nos destinos da instituição e lutava por dar um lugar ao sol à antropologia catarinense, da qual já me considerava integrante.

Agora, ao escrever este memorial, me defronto com meu quarto concurso, o de titular, que espero ser o último de minha carreira. Encerrá-la um dia na UFSC, num Departamento que modestamente ajudei a construir, será motivo de alegria. E é com alegria que encontro em sua banca, professores que estiveram presentes em outros momentos importantes de minha carreira e com os quais posteriormente desenvolvi inúmeras atividades acadêmicas enquanto colega.

Agradeço à presença de Cláudia Fonseca, com quem me iniciei na antropologia da mulher e da família na UFRGS no final da década de 1970; de Ilse Scherer-Warren que me marcou em seus ensinamentos sobre movimentos sociais; de Russel Parry Scott, companheiro da 4ª edição do Concurso de Dotações de Pesquisa para Mulher e Gênero da Fundação Carlos Chagas, em 1986, e Lia Zanotta Machado, que esteve na banca de concurso docente na Universidade de Brasília em 1988. Por uma interessante coincidência, compartilho com Cláudia, Lia e Parry, a experiência de ter representado a área de antropologia na CAPES e assim contribuído para o desenvolvimento e consolidação da antropologia no cenário nacional e internacional.

1.3 O ensino na graduação e pós-graduação

Minha experiência de ensino na graduação e pós-graduação tem sido um espaço privilegiado de minha reflexão teórica no campo do ensino de antropologia, tema que retomarei no eixo de pesquisa. Minha primeira experiência de ensino universitário deu-se durante a graduação, quando tive a oportunidade de atuar como monitora em disciplina de Introdução à Sociologia, na UFRGS, e ali expor alguns textos e realizar tarefas de apoio didático ao professor.

Comecei, todavia, a ensinar na graduação quando ingressei, como disse, em 1986, na FURB. Eu tinha uma carga de vinte horas em sala de aula, dava 5 disciplinas diferentes no mesmo semestre para cursos de teatro, administração, educação física e ciências sociais. Como todo processo ritual, as primeiras experiências docentes são sempre perturbadoras, em particular porque levamos à graduação nossos modelos de aprendizagem na pós-graduação, centrados no valor da “teoria”, e é muito difícil aceitar que os alunos raramente leem os textos e que não

conseguem lidar com conceitos abstratos e complexos, tão caros para nós, antropólogas. Para mim não foi diferente, tendo que ministrar aulas para turmas com quase 100 alunos, desesperada, porque não tinha como controlar aqueles jovens do curso de Educação Física, que vinham suados e agitados de suas aulas de esporte. Todavia, estas primeiras experiências de docência me foram fundamentais pois aprendi ali a lidar com um público de estudantes trabalhadores, que estudavam à noite e voltavam após as aulas para comunidades distantes, em muitos municípios do Vale do Itajaí.

Em 1989 iniciei minhas atividades na UFSC, e nestes 26 anos estive quase que 50 semestres em sala de aula. Na graduação, ensinei neste período inúmeras disciplinas com diferentes títulos e códigos (conforme memorial documental), em sua maioria nas áreas de Introdução à Antropologia para vários cursos; Teoria Antropológica clássica e contemporânea e Metodologia de Pesquisa nos cursos de Ciências Sociais e Antropologia; optativas em gênero, sexualidade, antropologia urbana, história da antropologia, escrita etnográfica, diários de campo e ética em pesquisa. Na pós-graduação também ministrei cursos regulares em todos os anos em que não estive afastada, atuando nas disciplinas obrigatórias de Metodologia e Teoria Antropológica e em optativas sobre Gênero, Sexualidade e história da antropologia. Com 2 a 3 turmas semestrais, com uma média de 100 a 150 alunos por ano, calculo ter ensinado a mais de 3.000 estudantes de graduação e pós-graduação desde que entrei na UFSC.

Em quase três décadas, acompanhei três mudanças curriculares do curso de Ciências Sociais e participei da criação do curso de Antropologia. Desde o início dos anos 1990, lutei pela criação de disciplinas e de formação no campo dos estudos de gênero e, junto com Maria Regina Lisboa, criei no curso de Ciências Sociais, em 1991, a disciplina de Relações de Gênero, uma das primeiras disciplinas optativas sobre o tema oferecida na UFSC, onde hoje os estudos de gênero estão presentes em diferentes cursos de graduação e pós-graduação.

Em geral, no espaço da universidade, ensina-se de forma solitária onde estamos, nós e nossas alunas e alunos, em uma relação pré-estabelecida de saber/poder. Graças ao original projeto do doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, onde toda sala de aula tem pelo menos dois professores de áreas diferentes, pude experimentar uma das melhores formas de ensinar em parceria. Na área de gênero, entre muitas colegas com quem partilhei as disciplinas oferecidas pela linha de gênero, destaco a intensa colaboração que tive com a colega Mara Lago, companheira que me ensinou e continua me ensinando a cada aula compartilhada e com quem também compartilhei muitas orientações e co-orientações de doutorado no PPGICH, vivenciando de forma profunda a experiência de orientar juntas, de produzir conhecimento de uma forma fora do convencional.

Também no PPGICH pude experienciar o ensino de pós-graduação em nova modalidade, através da turma DINTER, que tivemos em parceria com os Institutos Federais da Paraíba, Pernambuco e Sergipe entre 2011 e 2015. Vivendo na “casinha do Malinowski” (chamamos assim o local de moradia cedido pela Universidade, dada a precariedade relativa do lugar e a proximidade da sala de aula, onde estavam nossos “nativos”), pude compartilhar o ensino de pós-graduação em um novo contexto de ensino, em uma escola agrícola rural e ser desafiada por colegas, professores de Institutos Federais, a operacionalizar os conceitos do campo das ciências humanas no ensino técnico e profissionalizante. Foi uma bela experiência.

Desde o início dos anos 2000, graças às diretrizes da CAPES, iniciei uma nova experiência de ensino compartilhado: o estágio docência. Atividade que para alguns colegas e pós-graduandos é vista como uma “exploração” de estudantes, tem sido vivenciada por mim como um espaço profundamente criativo, de inovação e aprofundamento da relação de orientação. Assim, na última década, ensinar na graduação se tornou também um espaço de pesquisa, no qual cada aula se torna um espaço de planejamento, ação e reflexão compartilhada sobre “o que funcionou ou não”. Entre as inúmeras parcerias das experiências do estágio docência, destaco os trabalhos desenvolvidos com Flavio Tarnovski e Juliana Cavilha em disciplina sobre *masculinidades*; Rozeli Porto, Fatima Weiss de Jesus, Felipe Fernandes, Patricia Rosalba Costa, Jimena Massa, Izabela Liz Schlindwein em diferentes *Teorias Antropológicas*; Mauricio Gomes e Virginia Nunes em *Gênero e Sexualidade*; Anahi Guedes de Mello e Jefferson Virgilio em *Ética em Pesquisa* e, neste semestre, no diálogo provocativo com Anna Carolina Amorim, Carmelita Afonseca Silva, Jimena Massa e Melissa Oliveira em *Família e Parentesco em Sociedades Complexas*. Orientar o estágio docência, longe de ser um “descanso” em minhas disciplinas, se tornou um espaço de intensa concentração e produção crítica. Passei a produzir diários sobre a sala de aula, nos quais reflito sobre o processo de ensino e aprendizagem, e dei início a uma nova linha de pesquisa, que hoje recebe apoio da CAPES, do MEC, FAPESC e CNPq para reflexão teórica em torno do eixo Antropologia, Gênero e Educação.

Dar aulas na graduação é fundamental para minha prática acadêmica, pois eu me alimento muito da relação com jovens estudantes, que muitas vezes estão tendo o primeiro contato de suas vidas com conceitos antropológicos. Dar aulas, atividade que me exige intenso planejamento e produção é, paradoxalmente, um momento de descanso. Em geral, quando eu saio de uma aula na graduação, me sinto muito satisfeita, pois vivencio o espaço da sala de aula como trabalho de campo e lugar privilegiado de reflexão teórica.

1.4 Professora Visitante

Considero que ensinar em diferentes contextos e instituições é um dos grandes prazeres de nossa prática docente. Por isto tenho aceitado, mesmo quando se tratam de experiências difíceis, os convites para ministrar cursos mais ou menos longos em diferentes lugares.

Em 1995, quando minha mãe, Esther Grossi, foi eleita como deputada federal pelo Rio Grande do Sul, passei um semestre como professora visitante na UnB. Lá atuei no Departamento de Antropologia e junto ao Núcleo de Pesquisas sobre Mulher – NEPEM – em pesquisa sobre violências contra as mulheres, com as colegas feministas Lourdes Bandeira, Lia Zanotta Machado, Myreia Suarez, Rita Segato e Tania Montoro. Eu aprendi muito com esse momento em Brasília e na UnB que me levou a pensar mais nesse campo da antropologia política, em particular, nas questões de gênero na política.

Uma segunda experiência como professora visitante se deu em 2003, quando fui convidada pelo Programa de pós-graduação em estudos de gênero da Universidade do Chile para um curso concentrado de Teoria Feminista.

Já em 2008 fui convidada por Agnès Fine para atuar como professora visitante junto a *Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales* (EHESS) em seu campus de Toulouse. Iniciei com esta estadia, uma longa relação com esta equipe, através do intercâmbio pelo projeto CAPES-COFECUB, que permitiu a circulação de professores e estudantes entre Florianópolis, Porto Alegre, Pelotas, Natal, Cuiabá, Rio de Janeiro e Toulouse entre os anos de 2010 e 2014.

Em 2009, através de intercâmbio da UFSC com o Instituto de ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, fui professora durante o semestre de outono atuando na licenciatura em parceria com Antônia Pedroso de Lima, nas disciplinas sobre Antropologia do Gênero e das Emoções, e no doutorado em antropologia, na disciplina de Teoria e Metodologia Antropológicas em nível avançado. Guardo desta experiência docente uma grata lembrança da intensidade do diálogo que tinha com estudantes portugueses, dialogo que permanece até hoje através das redes sociais.

Em 2012 estive por um mês como professora visitante junto à Universidade de Berkeley, desenvolvendo pesquisa nos arquivos da *Dou Library* sobre Theodora Kroeber e participando dos seminários de pesquisadoras visitantes do BBRG e dos *Center for Race and Gender Studies* e no *Center for LGBT Studies*.

Entre 2008 e 2015, através de três convênios PROCAD, ministrei disciplinas nos programas de Pós-graduação em Antropologia da UFRN, UFAM e UFG e no Programa Interdisciplinar em Gênero, Mulheres e Feminismo na UFBA em cursos concentrados de 3 a 5

dias. Foram experiências de ensino muito ricas nas quais pude acompanhar recentes gerações de pós-graduandos em suas pesquisas no campo dos estudos de gênero, sexualidade e antropologia urbana.

Neste último tema, coordenei no primeiro semestre de 2014, na UFSC, uma disciplina em homenagem a Gilberto Velho, da qual participaram 10 colegas vinculados aos PPGAS da UFRN, UFAM, UFG e UFRGS, para estudantes da UFSC e de vários lugares do Brasil. Este é um entre os muitos exemplos de algo que fiz incansáveis vezes ao longo de minha carreira com grande alegria: produzir e articular redes acadêmicas com as mais distintas configurações.

Ao finalizar este memorial recebi o resultado da Cadeira Ruth Cardoso – CAPES Fullbright, para ministrar aulas na Universidade de Columbia no primeiro semestre de 2016 e este será um novo desafio no campo do ensino, ao qual estou me preparando linguisticamente.

1.5 Ensinando fora da Universidade

A experiência de ensino para públicos não acadêmicos, pela qual iniciei minha história de professora, tem acompanhado toda minha trajetória. Tendo começado por atender uma primeira demanda do movimento de mulheres agricultoras para um curso de formação feminista em dezembro de 1989, passei a ministrar regularmente cursos de antropologia feminista e questões de gênero para as organizações católicas engajadas com a Teologia da Libertação. No início dos anos 1990, ministrei vários *curios de verão* sobre gênero e sexualidade para o CESEP – Centro Ecumênico de Educação Popular. Nesta mesma década atuei em oficinas engajadas em prol dos Direitos Sexuais e Reprodutivos para a rede de ativistas ligadas à ONGs Católicas pelo Direito de Decidir (CDD)³ em São Paulo, à THEMIS em Porto Alegre⁴, à GENUS em Florianópolis, à Casa Renascer e ao Coletivo Leila Diniz em Natal. Nestes cursos, que duravam em torno de uma semana e que exigiam uma preparação para 8 horas diárias de aula, aprendi a dialogar de forma mais simples do que no espaço da pós-graduação, com um público composto de mulheres oriundas de diferentes meios sociais: freiras, sindicalistas, lideranças comunitárias, catequistas, camponesas, donas de casa e trabalhadoras de diferentes categorias sócio-profissionais.

Também dei aulas em inúmeros cursos de aperfeiçoamento e especialização na UFSC, muitos dos quais nem guardei registro formal, pois não havia nos anos 1990 o mesmo rigor de

³ Coordenada por Maria José Rosado Nunes, expoente dos estudos sobre gênero e religião católica no Brasil.

⁴ Uma das primeiras ONGs brasileiras a propor o diálogo do feminismo com o campo jurídico e responsável pela implantação do projeto de Promotoras Legais Populares, dirigida na época por Denise Dora, hoje ouvidora do Sistema Judiciário gaúcho.

produção de relatórios que temos hoje. Em minha primeira década na UFSC ministrei várias disciplinas do *curso de aperfeiçoamento em terceira idade* no Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), no *curso de especialização em gestão de pessoas* e no *curso de especialização em políticas para mulheres*, financiado pelo governo sueco, ambos sob responsabilidade do departamento de administração da UFSC. Fui professora também do *curso de Especialização em Estudos Culturais*, ministrado pelo departamento de Jornalismo, e do *curso de Especialização em Educação Sexual da UDESC*, onde ministrei disciplina sobre Antropologia da Mulher. Mais recentemente, em 2012, sob demanda da reitoria, organizamos um curso de aperfeiçoamento sobre *diversidades na UFSC* para técnicos administrativos lotados em secretarias de cursos de graduação e pós-graduação.

Com a criação de políticas estatais para mulheres e contra a homofobia, nos governos petistas, desde 2008 sou responsável na UFSC, pelo curso de ensino à distância *Gênero e Diversidade na escola* (GDE), financiado pelo MEC, e pelo qual já formamos aproximadamente 1.000 professoras de escolas públicas de Santa Catarina nas edições 2008/2009 e 2011/2012. No momento coordeno a terceira edição do GDE, em caráter de especialização, para 8 turmas em 5 polos da Universidade Aberta do Brasil em Santa Catarina. Neste curso, formamos também estudantes de pós-graduação e jovens doutoras que têm atuado nas funções de tutoria e de apoio com bolsas de pós-doutorado. Como estes polos se situam em cidades outras que Florianópolis, tenho viajado nos fins de semana para ministrar aulas e supervisionar o trabalho das tutoras.

Também vinculada a políticas públicas de educação, no campo da erradicação do analfabetismo, nos últimos cinco anos tenho atuado na formação em antropologia no Programa Nacional de Correção de Fluxo Escolar, através de demanda da ONG GEEMPA, de formação de professoras de escolas públicas de todas as regiões do país. Neste projeto articulamos uma rede nacional de antropólogos que têm refletido coletivamente sobre o lugar da antropologia na formação de professoras do ensino fundamental.

Todas estas atividades de formação de “outros públicos” sempre foram realizadas em fins de semana, períodos de férias e fora dos horários “normais” de ensino na UFSC, em geral sem remuneração e sem nenhum reconhecimento institucional em minha carga de ensino e/ou extensão, e portanto pouco registradas institucionalmente. Todavia, foram nestes espaços que muitas vezes me senti mais antropóloga do que nunca, pois nele pude devolver aos movimentos sociais e a profissionais do ensino básico os resultados dos anos de investimento público em minha formação enquanto pesquisadora, tendo a satisfação de influir diretamente na transformação da Educação e das relações de gênero no Brasil. Não tenho registro do número de pessoas atingidas nestes inúmeros cursos que ministrei para públicos não acadêmicos, mas calculo que certamente atinge a casa de milhares de pessoas, lembrando da dimensão de algumas

grandes ações educativas das quais participamos. O Brasil mudou nos últimos anos, especialmente nas relações de gênero, e poder contribuir para esta mudança, ainda que minimamente, é motivo de grande satisfação.

2. Pesquisa

Apresento neste item, sucintamente as principais linhas de pesquisa, assim como financiamentos e desenvolvimento de núcleo de pesquisa e publicações. Meus principais campos de pesquisa situam-se no campo de gênero e sexualidade, história, metodologia e teoria antropológica e no campo da educação.

2.1 O feminismo enquanto movimento e teoria

Na época de minha graduação, a pesquisa era feita em todas as disciplinas e não tínhamos nem espaço de núcleos de pesquisa nem a obrigação de realizar uma pesquisa monográfica para formarmos no Bacharelado em Ciências Sociais. Isto foi muito bom, pois me permitiu uma ampla gama de experiências de pesquisa, como a que fizemos sobre as transformações urbanas na avenida Independência, um dos eixos de circulação urbana entre centro e bairros “nobres” de Porto Alegre, mas ao mesmo tempo retardou o aprofundamento em um campo de pesquisa, como hoje vejo ser possível para nossas/os estudantes de graduação.

No final dos anos 1970 não havia bolsa de iniciação científica e a iniciação em pesquisa se dava pelo convite de professores, em geral para auxiliarem em suas pesquisas de pós-graduação. Assim, logo no início do curso, em 1977 eu tive a chance de ter aula com a professora Maria Noemi Castilhos de Brito, que cursava mestrado na Unicamp e tinha o projeto de pesquisar as mulheres operárias de uma fábrica de cobertores na serra gaúcha. Ela convidou alguns alunos para uma experiência de campo e graças a esta pequena visita a este grupo de mulheres que viviam na vila operária da fábrica, fui capturada para estudar questões de gênero. No segundo semestre de 1978 tive a chance de passar um ano em Paris, e neste ano me aproximei concretamente dos movimentos feministas que estavam no auge de suas lutas naquele momento e frequentei a disciplina da mulher que estava sendo oferecida para a graduação na *Université de Nanterre*. Iniciei-me assim no campo dos estudos de gênero, articulando militância e reflexão teórica. Quando eu voltei de Paris em agosto de 1979, o campo de estudos sobre mulher e família na UFRGS já estava mais consolidado, graças à entrada da professora Cláudia Fonseca no corpo docente da antropologia da UFRGS. A presença destas professoras, que ministravam disciplinas e nos estimulavam a fazer pesquisa nesta área foi fundamental para que eu articulasse meu interesse militante com a pesquisa acadêmica e, portanto, minha perspectiva teórica neste campo, foi desde o início marcada pela militância.

2.2 Financiamentos

Minha produção como pesquisadora, foi financiada em quase três décadas por diferentes organismos. Meu primeiro financiamento de pesquisa, direcionado à realização do doutorado (1982-1988), veio do Ministério das Relações Internacionais da França, através do CROUS de Paris, através de edital vinculado ao serviço cultural da embaixada francesa no Brasil. Tive também apoio de edital da ANPOCS (1984-1985) e do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) e CAPES (1987-1988) para o desenvolvimento de parte da pesquisa doutoral.

Destaco o CNPq, órgão através do qual tive o apoio para iniciar minha carreira com bolsa de recém doutora em 1989 e ao qual estou vinculada até o presente, com bolsa PQ, na categoria de pesquisadora 1B. Também tive o apoio da CAPES para realização de pós-doutorado e com recursos de diferentes projetos de intercambio institucional no Brasil (PROCAD) e no exterior (CAPES-COFECUB com a França, CAPES-NUFFIC com a Holanda, CAPES-CPU com a Espanha) e da FAPESC, que financia, através do edital PRONEM, um dos principais projetos desenvolvidos por nossa equipe no momento com intercambio com outras instituições universitárias de Santa Catarina.

Graças à experiência que tive na gestão dos recursos da ABA, me especializei em submeter projetos a editais de financiamento de organismos internacionais e ministérios⁵. Assim fui vencedora de editais de financiamento da Fundação Carlos Chagas, *Association Catholique pour le Développement et la Paix*, Fundação Ford, CEBRAP-PROSARE, vários editais de apoio à pesquisa e extensão da UFSC e do Ministério de Educação, Ministério da Saúde (através do programa nacional DST/AIDS), da Secretaria de Políticas para Mulheres a quem tenho atendido inúmeras demandas no campo das políticas públicas para mulheres.

2.3 O NIGS

Criamos o NIGS em 1991, ligado ao Laboratório de Antropologia, espaço que construímos coletivamente nos primeiros anos da década de 1990. O Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, que não tinha ainda esse nome quando foi criado, apesar de já ter como referência a publicação Trabalho de Campo e Subjetividade, fruto dos encontros da equipe

⁵ Sou grata à tesoureira de nossa gestão, Esther Jean Langdon, que impôs como condição de sua participação na ABA, não escrever projetos nem relatórios, o que me obrigou e permitiu desenvolver esta importante habilidade no campo acadêmico.

realizados durante o ano de 1991 e apresentados na Reunião da Antropologia do Sul – Abinha, em 13 de novembro em Curitiba, data que guardamos como de fundação do NIGS. Mas foi apenas em 1999 que o NIGS passou a ter este nome oficialmente registrado no diretório de grupos de pesquisa no CNPq.

Um núcleo se reconhece por diferentes dimensões. Uma delas é o território que ocupa, luta política que percorre toda a existência do NIGS. Após três significativas mudanças de espaço no CFH, ocupamos hoje um espaço físico extremamente reduzido no andar onde se localiza o departamento de antropologia (uma sala com 12 m²) e o reduzido espaço da Revistaria do CFH, onde desenvolvemos pesquisa enquanto vendemos os livros produzidos no CFH aos frequentadores do centro. As reuniões das diferentes equipes são realizadas em numerosas salas e os eventos circulam entre diferentes auditórios. Nosso acervo está confinado em armários em um espaço coletivo de armazenamento de documentos do departamento de antropologia. As condições nas quais desenvolvemos nossas pesquisas e reuniões não condizem, todavia, com a efervescência da equipe que não para de crescer. Temos hoje em torno de 40 estudantes desenvolvendo atividades de pesquisa no núcleo. Trata-se de uma equipe multidisciplinar, com alunos de graduação de todos os cursos da UFSC e de pós-graduação dos dois programas de pós-graduação aos quais estou vinculada: antropologia (PPGAS), e doutorado interdisciplinar em área de ciências humanas (PPGICH).

Já tivemos um projeto de ensino médio com escolas públicas, mas hoje a equipe é composta por estudantes de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, de várias gerações, cursos universitários e identidades de gênero, orientação sexual e com outros marcadores sociais de diferença que são vividos como compromissos de militância na equipe. Nosso projeto político-pedagógico é de integrar todos os níveis de formação acadêmica pois acreditamos na riqueza das trocas produzidas desta forma.

Jornadas de estudo são eventos regulares do NIGS, realizadas semestralmente e em geral em torno da revisão da obra de um/a autor/a (Françoise Héritier, Marilyn Strathern, Sherry Ortner, Judith Butler, Miguel Vale de Almeida, etc) e os grupos de estudo reúnem-se semanalmente, a cada semestre em torno de um tema que articule diferentes pesquisas individuais ou coletivas.

Como somos um núcleo fortemente articulado com projetos de extensão com impacto social, fazemos um treinamento com os alunos de iniciação científica sobre como falar com a mídia pois consideramos este treinamento, cedo na formação acadêmica muito importante para a devolução social dos investimentos recebidos em pesquisa e formação nas universidades públicas.

2.4 Grandes eixos de pesquisa

Apresento a seguir os eixos de minhas pesquisas, apontando para as principais publicações e impactos de cada um destes campos.

2.4.1 Violências contra mulheres e homo-lesbo-transfobia

A primeira fase do meu trabalho foi na área de violência contra a mulher: estudei em meu doutorado, defendido em 1988, o SOS Mulher de Porto Alegre. Em 1994 fiz uma das primeiras consultorias nesta área, para a elaboração do documento brasileiro para a III conferência mundial da mulher, organizada pela ONU em Beijing e elaborei alguns artigos com dados de minha tese de doutorado⁶. Em 2000, desenvolvi pesquisa com Analba Brazão Teixeira na delegacia da mulher de Natal, da qual publicamos o livro Histórias para Contar. Entre 2004 e 2006 recebemos financiamento da Fundação Ford para amplo levantamento do campo de estudos e pesquisas sobre violências contra as mulheres no Brasil que resultaram em duas publicações de referência na área: Mapeamento de Pesquisas sobre Violências contra as mulheres no Brasil (1975-2005) e Depoimentos de pesquisadoras sobre violência contra a mulher, ambas publicadas pela Editora Mulheres e muitos outros artigos⁷.

⁶ **GROSSI, M. P.** . Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo conjugal. In: PEDRO, Joana e GROSSI, Miriam. (Org.). MASCULINO, FEMININO, PLURAL. 1ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998, v. , p. 293-313.

GROSSI, M. P. . O Significado da Violência Nas Relações de Gênero No Brasil. SEXUALIDADE, GÊNERO E SOCIEDADE, Rio de Janeiro, v. 2, n.4, 1995.

GROSSI, M. P. . Velhas e Novas Violências Contra A Mulher: 15 Anos de Lutas e Estudos Feministas. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), BRASIL, v. ESP., p. 473-484, 1994.

⁷ **GROSSI, M. P.** . Violência, gênero e sofrimento. In: RIFIOTIS, Theophilos e HYRA RODRIGUES, Tiago. (Org.). Educação e Direitos Humanos. 1ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, v. 1, p. 121-134.

GROSSI, M. P. (Org.) ; MENDES, J. C. (Org.) ; MINELLA, L. S. (Org.) . Gênero e Violência: Pesquisas acadêmicas brasileiras. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. v. 1. 92p .

GROSSI, M. P. (Org.) ; MINELLA, L. S. (Org.) ; PORTO, R. M. (Org.) . Depoimentos: Trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violências. 1. ed. Florianópolis: Mulheres, 2006. 381p .

GROSSI, M. P. . Mapa da Violência - Pesquisa gera banco de dados sobre o sofrimento imposto às mulheres. Revista da FAPEU, Florianópolis, p. 51 - 51, 01 dez. 2005.

Mais recentemente, dei depoimento para a CPI da violência no Senado e tenho trabalhado nas temáticas de homofobia, lesbofobia e transfobia, campo no qual tenho reatualizado os estudos sobre violência.

Apesar de ser um tema de pesquisa que percorre minha carreira em todas suas fases, paradoxalmente foi nele que orientei menos estudantes, acometida por um sentimento ambíguo de que não é um campo fácil de ser estudado e sobretudo aportar a ele novas contribuições. Publiquei um artigo em coletânea organizada por Theophilos Rifiotis sobre os desafios emocionais de se estudar violências.

Entre minhas orientandas que desenvolveram pesquisas sobre o tema destaco as pesquisas de mestrado de Fernanda Cardozo sobre violências contra travestis e de Anahi Guedes de Mello sobre violências contra mulheres com deficiência. No doutorado, Patricia Moura Rosalba Costa desenvolveu importante trabalho sobre Homofobia e campo judiciário em Sergipe e Isadora Vier Machado desenvolveu pesquisa sobre a violência psicológica na Lei Maria e foi escolhida como a melhor tese da área interdisciplinar pelo Prêmio CAPES 2014. No momento Carmelita Afonseca Silva desenvolve doutorado sobre as violências de gênero em Cabo Verde, ampliando assim o escopo comparativo internacional do tema em nossa equipe. Com várias delas escrevi artigos em parceria⁸.

2.4.2 Freiras, conventos e religião

Entre 1986 e 1987 recebi financiamento da Fundação Ford e Fundação Carlos Chagas para desenvolvimento de pesquisa sobre freiras e conventos no quadro do concurso de dotações de pesquisa sobre mulheres, onde estudei como se dava na década de 1980 no Brasil o desenvolvimento da vocação religiosa feminina⁹. Apesar de ter buscado entusiasmar estudantes

⁸ COSTA, P. R. ; MARIANO, R. ; TRIÑANES, G. ; **GROSSI, M. P.** . O caso Geisy Arruda: representações midiáticas brasileiras sobre violências contra mulheres. Bagoas : Revista de Estudos Gays, v. 6, p. 1-23, 2012.

COSTA, P. R. ; **GROSSI, M. P.** . Nos tribunais de Sergipe: narrativas de crime de atentado violento ao pudor em processo judicial. In: Mario Martins Viana Junior; Viviane Teixeira Silveira; Claudia Nichnig; Patricia Rosalba Costa. (Org.). Por Linhas Tortas: Gênero e Interdisciplinaridade I. 1ed. Fortaleza: Instituto Tito de Alencar, 2011, v. 1, p. 81-94.

COSTA, P. R. ; **GROSSI, M. P.** . Violências de gênero: assassinos/as ou enlouquecidos/as pela dor do amor?. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), v. 18, p. 620-622-622, 2010.

MACHADO, I. V. ; **GROSSI, M. P.** . Historicidade das Violências Psicológicas no Brasil e Judicialização, a partir da lei 11.340 /06 (Lei Maria da Penha). Direitos Fundamentais & Justiça, v. 21, p. 84-104-104, 2012.

⁹ **GROSSI, M. P.** . Conventos e Celibato Feminino Entre Camponesas do Sul do Brasil. HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS, Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 47-60, 1995.

para desenvolverem pesquisas nesta temática, viria a orientar nesta linha apenas um dos primeiros TCCs do curso de Ciências Sociais, de Ana Cristina Barreto Floriani, em 1990.

Em 2006, em diálogo com a colega Maria Amélia Dickie, propusemos um projeto sobre Ensino Religioso e Gênero em Santa Catarina para o edital PROSARE/CEBRAP, através do qual desenvolvemos pesquisas em escolas de cinco regiões do Estado, cujos resultados foram apresentados em diferentes eventos e tem um livro no prelo, organizado em parceria com Tania Welter.

Também neste campo, com Peter Fry e Marcelo Natividade editamos em 2009 um dossiê na revista VIBRANT sobre Religião e Homossexualidades no Brasil, abrindo o debate para um tema que tem provocado o debate político no país, o que abriu o NIGS para o desenvolvimento de algumas pesquisas nesta área como a tese de Fatima Weiss de Jesus sobre Igrejas Inclusivas e a dissertação de Claudio Leite Leandro sobre uma igreja evangélica, denominada de Sex Church.

2.4.3 Campo e História da Antropologia

Passei a desenvolver pesquisas sobre as mulheres na História da Antropologia, em 1996 - 1998 quando realizei estagio pós-doutoral no *Laboratoire en Anthropologie Social*.

A pesquisa sobre a história das mulheres na antropologia me trouxe novos aprendizados, em particular no campo da antropologia visual pois ela resultou em uma série de vídeos que realizei junto com Carmen Rial. Fizemos inicialmente um vídeo que foi bastante premiado – *Mauss segundo suas alunas* –, com depoimentos de Germaine Dieterlen, Germaine Tillion e Denise Paulme. Depois editamos *Lições de Rouch*, filme feito a partir de entrevista com Jean Rouch, e, por fim, fizemos o filme *Germaine Tillion: là ou Il y a danger on vous trouve toujours*, que foi editado em homenagem aos 100 anos desta antropóloga em 2007.

Dez anos depois, durante um novo estágio pós-doutoral na Universidade de Berkeley, iniciei pesquisas sobre as antropólogas norte-americanas. O filme *Djero encontra Iketut em Bali* é resultado desta segunda etapa de pesquisas, a partir de imagens feitas no vilarejo onde Margaret Mead e Gregory Bateson fizeram a sua pesquisa de campo em 1939. E lá encontramos o bebê que aparece no filme deste casal de antropólogos sobre nascimento em Bali, que é o Iketut. Esta pesquisa ainda está em curso e planejo uma nova viagem a Ásia em julho de 2015, onde voltarei aos arquivos da antropologia tailandesa em Bangkok e os lugares estudados por Mead, Bateson e Geertz em Bali.

Mínhas principais publicações neste campo são o livro *Antropologia Francesa do Seculo XX*, editado em parceria com Antônio Motta (UFPE) e Julie Cavignac (UFRN) e vinte verbetes

sobre mulheres antropólogas para o *Dictionnaire des Femmes Créatrices*, publicação de referência da *Editions des Femmes* (França)¹⁰ e mais recentemente artigo publicado na *American Ethnologist*¹¹.

¹⁰ **GROSSI, M. P.** ; PEREIRA, F. R. . STRATHERN, Marilyn [Bromley, Kent 1941]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

IMAZ, E. ; **GROSSI, M. P.** . STOLK, Verena [Bitola 1939]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. ; LUIZ, D. . RUBIN, Gayle [Caroline du Sud 1949]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. ; FERNANDES, G.S. . RICHARDS, Audrey Isabel [Londres, Royaume-Uni 1899 - Springs, États-Unis 1894]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. ; CABRAL, C.G. . POWDERMAKER, Hortense [Philadelphie 1896 - Berkeley 1970]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

RIAL, C. ; **GROSSI, M. P.** . PAULME, Denise [Paris 1909 - id. 1998]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. ; WEISS DE JESUS, F. . ORTNER, Sherry Beth [Newark 1941]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. ; SILVA, L. B. M. . NEWBERY, Sara Josefina [Buenos Aires 1922 - id. 2003]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. ; PINHAL DE CARLOS, P. . MATHIEU, Nicole-Claude [Saint-Radégonde-desNoyers 1937]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. ; KAUÊ FERREIRA, V. . LOMNITZ, Larissa [Paris 1932]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. . LANDES, Ruth [New York 1908 - Ontario 1991]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. ; KAUÊ FERREIRA, V. . KROEBER, Theodora [Denver 1897 - Berkeley 1979]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. ; GAROND, L. . HÉRITIER, Françoise [Veauche 1933]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. . FONSECA, Cláudia Lee [Boston 1947]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. ; CABRAL, C.G. . FIRTH, Rosemary [1912-2001]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. . FAVRET-SAADA, Jeane [Sfax 1934]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. . DOUGLAS, Mary [San Remo 1921 - Londres 2007]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

Também neste eixo de pesquisa, venho desenvolvendo e orientando pesquisas sobre o campo da antropologia no Brasil e no mundo. Já no início dos anos 1990 preocupei-me com o trabalho de campo com alguns textos publicados. Um de meus principais artigos neste tema foi elaborado a partir de pesquisa realizada pela ABA sobre o Campo da Antropologia no Brasil no início dos anos 2000¹². Entre os alunos que orientei nesta linha destaco o TCC de Vinicius Kauê Ferreira sobre a antropologia indiana e a dissertação de mestrado de Fernanda Azeredo Moraes sobre casais de intelectuais paulistas do campo das Ciências Sociais.

GROSSI, M. P. ; CABRAL, C.G. . DIGGS, Ellen Irene [Monmouth 1906 - Baltimore, Maryland 1998]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). Dictionnaire des Femmes Créatrices. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

RIAL, C. ; **GROSSI, M. P.** . DIETERLEN, Germaine [Paris 1903 - id. 1999]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). Dictionnaire des Femmes Créatrices. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. . DELORIA, Ella Cara [Réserve Sioux de Yanktown, Dakota du Sud 1888 - Vermillion, id. 1971]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). Dictionnaire des Femmes Créatrices. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. ; RIAL, C. . CLEWS PARSONS, Elsie [New York 1875 - id. 1941]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). Dictionnaire des Femmes Créatrices. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. ; PEREIRA, F. R. . CARNEIRO DA CUNHA, Manuela [Cascais 1943]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). Dictionnaire des Femmes Créatrices. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. ; KAUÊ FERREIRA, V. . BOAS, Franziska [New York 1902 - Sandisfield 1988]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). Dictionnaire des Femmes Créatrices.. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

RIAL, C. ; **GROSSI, M. P.** . BENEDICT, Ruth [New York 1887 - id. 1948]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). Dictionnaire des Femmes Créatrices. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. ; KAUÊ FERREIRA, V. . CARDOSO, Ruth [Araraquara 1930 - São Paulo 2008]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). Dictionnaire des Femmes Créatrices.. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

GROSSI, M. P. ; CABRAL, C.G. . ALBERTO TORRES, Heloísa [Rio de Janeiro 1895 - Itaboraí 1977]. In: Béatrice Didier; Antoinette Fouque; Mireille Calle-Gluber. (Org.). Dictionnaire des Femmes Créatrices. Paris: Edition des Femmes - Antoinette Fouque, 2013 (Verbete de dicionário).

¹¹ **GROSSI, M. P.** ; KAUÊ FERREIRA, V. . Toward Linguistic Diversity in Anthropology. *American Anthropologist* **JCR**, v. 117, p. 152-153, 2015.

¹² **GROSSI, M. P.** . Os egressos dos programas de pós-graduação em antropologia. In: Trajano Filho, Wilson e Ribeiro, Gustavo Lins. (Org.). O campo da antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004, v. , p. 39-68.

GROSSI, M. P. . Em Busca de Outros e Outras: Genero, Identidade e Representação Na Antropologia. In: ANTELO, Raul. (Org.). IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO. 1ed. Florianópolis: UFSC, 1994, v. , p. -.

GROSSI, M. P. . Fronteiras de Genero No Trabalho de Campo. In: FONSECA, Claudia. (Org.). FRONTEIRAS DA CULTURA. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 1994, v. , p. -.

GROSSI, M. P. . Em busca de outros e outras: gênero, identidade e representação na Antropologia. Identidade e Representação. Florianópolis: UFSC, 1994, v. 1, p. 335-347.

2.4.4 Feminismo, Gênero e Ciências

Desenvolvo pesquisas sobre feminismo desde o início de minha tese de doutorado, onde abordei a história do feminismo em Porto Alegre. Orientei e desenvolvi pesquisas sobre o tema, tendo me dedicado a pensar na temática do campo editorial feminista, e sobre o movimento feminista e o campo dos estudos de gênero¹³.

Depois de trabalhar com história da antropologia, passei a estudar o campo da gênero e ciências, onde tenho estudado mulheres que atuam em campos científicos. Este tem sido um dos eixos de financiamento para projetos coletivos pelos Editais de Gênero, mulheres e feminismo do CNPq. Entre as pesquisas realizadas destaco: *Antropologias Contemporâneas: Transmissão, formação e constituição de campos científicos no Brasil e na França*, projeto apoiado com Bolsa de Produtividade (2007-2008) e de Pós-doutorado (2009) pelo CNPq.

Entre os projetos desenvolvidos nesta linha, destaco a proposta submetida ao edital dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) em agosto de 2014, intitulada Violências, Gênero e Diversidades, no qual articulamos rede nacional de núcleos e institutos de pesquisa sobre gênero da Unicamp, UERJ, UFG, UFBA, UFSCar, UFRN, UFAM e UFMT para desenvolvimento de projeto nacional articulado de consolidação do campo de gênero e sexualidade visando maior engajamento em rede nacional na consultoria e produção de políticas públicas nesta área. A proposta que engloba uma centena de pesquisadoras doutoras, suas orientandas de graduação e pós-graduação e uma dezena de programas de pós-graduação de todo o país, ainda está em julgamento no CNPq.

2.4.5 Família, Parentesco, Sexualidade e Política

O tema da *família* já estava presente em minhas pesquisas nos anos 1980 sobre freiras e conventos, mas foi sob influência de Françoise Héritier e pela participação no grupo de pesquisa sobre *Parentesco* do *Laboratoire d'Anthropologie Sociale*, durante a realização de pós-doutorado em

¹³ **GROSSI, M. P.** . Feministas Históricas e Novas Feministas No Brasil. ANTROPOLOGIA EM PRIMEIRA MÃO, Florianópolis, p. 1-34, 1998.

GROSSI, M. P. . Estudos sobre mulheres ou de gênero? Afinal o que fazemos?(Teorias Sociais e Paradigmas Teóricos). Falas de Gênero Teorias, Análises, Leituras. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999, v. , p. 329-343.

GROSSI, M. P. . Direitos Humanos, Feminismo e Lutas contra a Impunidade. ANTROPOLOGIA EM PRIMEIRA MÃO, PPGAS UFSC, p. 1-13, 1998.

GROSSI, M. P. . Feminismes Et Generations Politiques Des Annees 90 Au Bresil. CAHIERS DU CEDREF (Politique et Recherches Feministes), Paris, v. 6, p. 169-190, 1996.

1996/1998, que iniciei um novo campo de investigação sobre *homoparentalidade e conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo*.

Tive, na primeira década dos anos 2000, em parceria com Anna Paula Uziel (UERJ) e Luiz Mello (UFG) dois projetos aprovados em Editais Universais do CNPq – *Parceria Civil e Homoparentalidades* (2004-2007) e *Parentalidades, Amor e Conjugalidades na Contemporaneidade* (2007-2010). Também no início dos anos 2000 debruicei-me sobre a entrada das Novas Tecnologias Reprodutivas no Brasil, buscando refletir sobre o impacto destas nas relações de parentesco¹⁴. Estes projetos tinham como objetivo principal, a articulação em rede de nossas três equipes de pesquisa e a produção de pesquisas de ponta sobre temáticas envolvendo pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans, visando compreender as transformações familiares em curso no Brasil no início do século XXI. Graças a esta rede, formamos uma geração de pesquisadoras/es brasileiras/os sobre um tema tabu na época mas que hoje está presente em todo lugar: nas novelas, no debate político e no cotidiano de muitas famílias brasileiras. Entre minhas e meus orientandas/os da UFSC, resultaram as seguintes pesquisas: TCCs em Ciências Sociais de Camila Medeiros (2001) sobre maternidades lésbicas e de Fernanda Cardozo (2006) sobre parentalidades travestis; dissertações de Flavio Tarnovski (2002) sobre pais gays e de Anna Carolina Amorim (2013) sobre o uso de novas tecnologias reprodutivas por casais de lésbicas e, as teses de doutorado de Eduardo Saraiva sobre conjugalidades e parentalidades gays, de Rosa Oliveira (2009) e de Cláudia Nichnig (2013) sobre as transformações no Judiciário brasileiro em relação ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e à homoparentalidade. Alguns destas/es pesquisadoras/es deram continuidade às pesquisas sobre o tema em novas etapas de formação acadêmica e como linha de pesquisa e orientação, como o psicanalista Eduardo Saraiva que é professor na Universidade de Santa Cruz do Sul e o antropólogo Flavio Tarnovski, que doutorou-se na França e hoje é professor do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFMT.

O tema permanece como uma linha importante de pesquisa em nossa equipe, tendo em 2015 as doutorandas Melissa Oliveira estudando as famílias que têm em seu seio uma pessoa trans e Anna Carolina Amorim que dá continuidade à sua pesquisa de mestrado debruçando-se sobre os processos de reprodução de mulheres lésbicas francesas, a partir de trabalho de campo feito em Toulouse e Paris. Neste mesmo eixo a doutoranda Jimena Massa realizou pesquisa na Argentina sobre os “netos apropriados” pela ditadura militar.

¹⁴ **GROSSI, M. P.** (Org.) ; PORTO, R. M. (Org.) ; TAMANINI, M. (Org.) . *Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas: Questões e Desafios*. 1. ed. Brasília: LetrasLivres, 2003. v. 1. 196p .

Desta rede resultaram duas principais publicações: **um dossiê publicado na Revista Estudos Feministas** em 2006 e o livro *Conjugalidades, Parentalidades e Identidades de lésbicas, gays e travestis*, publicado na Coleção do CLAM na Editora Garamond, em 2007¹⁵. Destaco a publicação de artigo no jornal francês *Libération*, em maio de 2014, sobre o tema da política, sexualidade e religião no Brasil, que considero uma de minhas principais publicações de divulgação para público não acadêmico¹⁶.

Neste eixo de investigação, mais recentemente, tenho voltado meu interesse a questão trans com uma nova geração de pesquisadoras que se identificam pessoalmente com a temática ou que se interessam como objeto de investigação¹⁷. Fernanda Cardozo (2009) que já havia trabalhado com famílias de travestis, desenvolveu pesquisa de mestrado sobre prostituição e sociabilidade travesti com destaque sobre a temática da violência. Simone Avila (2014) refletiu em tese de doutorado sobre a emergência das transmasculinidades no Brasil.

Por fim, nesta linha, desenvolvi nos anos 1990 pesquisas sobre mulheres na política e mais recentemente, desde a campanha eleitoral de Dilma Rousseff à presidência tenho refletido sobre sua trajetória e os embates de gênero que enfrenta. Alessandra Ghiorzi está iniciando pesquisa de mestrado sobre o tema.

2.4.6 Educação, Formação e Orientação

Devo à generosidade de minhas companheiras feministas do Grupo Ação Mulher de Porto Alegre, minha primeira publicação acadêmica, publicada em 1982. O texto *Mulher e Educação*, generosamente publicado pela filósofa Suzana Albornoz em sua coletânea, com o mesmo título, havia sido escrito a partir de um grupo de estudos no qual eu havia participado em 1980, no interior dos interesses e ações militantes nas quais estava engajada neste período de minha vida. O grupo era composto por colegas pós-graduadas, muitas delas professoras¹⁸, e eu

¹⁵ **GROSSI, M. P.** (Org.) ; **UZIEL, A. P.** (Org.) ; **MELLO, L.** (Org.) . *Conjugalidades, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. v. 1. 429p .

UZIEL, A. P. ; **GROSSI, M. P.** . *Parceria Civil e Homoparentalidade: O Debate Francês*. In: Grossi, M.;Uziel, A.; Mello, L.. (Org.). *Conjugalidades, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis*. 1ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2007, v. 1, p. 189-211.

UZIEL, A. P. ; **MELLO, L.** ; **GROSSI, M. P.** . *Introdução ao Dossiê Conjugalidades e Parentalidades de Gays, Lésbicas e Transgêneros no Brasil*. *Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)*, v. 14, p. 481-487, 2006.

¹⁶ **GROSSI, M. P.** . *Les évangéliques brésiliens à l'assaut de la sexualité*. *Libération*, Paris, França, p. 26 - 27, 26 maio 2014.

¹⁷ **AVILA, S. N.** ; **AVILA, S.** ; **GROSSI, M. P.** . *Identidades trans no contexto de transnacionalização do Movimento Transgênero e diáspora queer*. *História Agora*, v. 15, p. 199-216, 2013.

¹⁸ Faziam parte do grupo de estudos que escreveu o texto Suzana Albornoz, Anete Jalfim, Maria Conceição Carrion, Sonia Pilla.

era na época uma simples estudante de graduação. Décadas depois, quando passei a atuar no campo da Educação, sob a demanda de diferentes organismos, entre eles o MEC e o GEEMPA, percebi que o tema da educação e gênero era um marco em minha trajetória intelectual.

Nos anos 2000, o tema da formação em antropologia e das práticas pedagógicas de ensino se tornaram campos importantes de minha reflexão teórica. Entre os artigos que escrevi a respeito da formação em antropologia, destaco “A dor da tese”, ilustra uma de minhas principais preocupações sobre a produção de conhecimento acadêmico¹⁹. Nele reflito sobre minha experiência de orientação e sobre as angústias que tenho vivido e observado em minhas e meus alunos face a finalização de trabalhos acadêmicos. Considero um de meus textos mais importantes, não por ser um texto muito citado, mas sobretudo por mensagens que recebo regularmente de pós-graduandos de todo o Brasil que me agradecem por tê-los ajudado a entender o sofrimento que representa para muitos deles a escrita acadêmica.

Um outro campo de reflexão nesta área diz respeito à formação de professoras/es. A experiência de formar futuros professores universitários, através do estágio docência, ainda não resultou em uma publicação formal. Todavia é um dos eixos sobre o qual mais tenho refletido nos últimos anos, já tendo um significativo volume de diários e documentos acumulados sobre a urgência de transformação da forma de ensinar antropologia nas universidades, onde via de regra se privilegiam a leitura e a escrita como únicas formas de aquisição de novos conhecimentos. Centrada em jogos e atividades feitas em grupo em sala de aula, fui aos poucos transformando minha prática pedagógica, hoje muito menos centrada no conteúdo acumulado de forma solitária e muito mais na construção de uma ambiência de questionamentos individuais e coletivos e de problemas que só podem ser resolvidos coletivamente em torno de questões teóricas e conceituais.

Também nesta linha experiência de formação de professoras de escolas públicas, que os curso GDE e do GEEMPA têm se configurado como campos de pesquisa sobre a escola e as professoras de escolas públicas no Brasil e sido objeto de algumas de minhas publicações²⁰.

¹⁹ Artigo apresentado na VII RAM e que foi publicado em dossiê sobre orientação na Revista ILHA (2004).

²⁰ GARCIA, O. R. Z. (Org.) ; **GROSSI, M. P.** (Org.) ; GRAUPE, M. E. (Org.) . Desafios da formação em Gênero, Sexualidade e Diversidade Étnico-raciais em Santa Catarina. 1. ed. Tubarão: Copiart, 2014. v. 1. 190p .

GRAUPE, M. E. ; **GROSSI, M. P.** . Superando obstáculos: a implementação do GDE em Santa Catarina. In: Olga Regina Zigelli Garcia; Miriam Pillar Grossi; Mareli Graupe. (Org.). Desafio da formação em gênero, sexualidade e diversidades étnico-raciais em Santa Catarina. 1ed.Tubarão: Copiart, 2014, v. , p. 13-32.

GROSSI, M. P. ; GARCIA, O. R. Z. ; GRAUPE, M. E. . A formação como foco do projeto GDE: formação da equipe pedagógica, de cursistas, de bolsistas. In: Olga Regina Zigelli Garcia; Miriam Pillar Grossi; Mareli Graupe. (Org.). Desafio da formação em gênero, sexualidade e diversidades étnico-raciais em Santa Catarina. 1ed.Tubarão: Copiart, 2014, v. , p. 33-54.

GRAUPE, M. E. ; **GROSSI, M. P.** . AS AÇÕES DO NÚCLEO DE IDENTIDADES DE GÊNERO E SUBJETIVIDADES (NIGS) E A AGENDA POLÍTICA DE COMBATE À HOMOFOBIA, LESBOFOBIA E TRANSFOBIA NAS ESCOLAS. Emblemas (UFG. Catalão), v. 10, p. 221, 2013.

Por fim, é neste eixo que desenvolvemos há quase 10 anos atividades do projeto Papo Serio que envolve pesquisa e extensão junto à estudantes de escolas públicas – da creche ao ensino médio. Nele já formamos dezenas de estudantes de graduação, bolsistas ou voluntários, que vão às escolas realizar oficinas de gênero, sexualidades e violências e na organização, montagem e premiação dos Concursos de Cartazes contra a Homo-lesbo-transfobia. Deste projeto temos muitas publicações coletivas²¹.

2.4.7 Antropologia urbana - De Porto Alegre à Paris

Um último eixo de pesquisa, que percorre de forma paralela meus interesses no campo de estudos de gênero, se dá na antropologia urbana. Apesar de não termos TCC quando de nossa formação em Ciências Sociais, foi neste campo que realizei a pesquisa mais importante que fiz no último ano do curso, em parceria com três colegas Lucia Alves Muller, Sergio Bello e Sonia Coutinho, sobre as transformações urbanas na Avenida Independência, em Porto Alegre. Infelizmente não publicamos nem guardamos registro desta pesquisa feita com fotografias e entrevistas com moradores e comerciantes localizados na rua.

Anos mais tarde, já morando em Paris, iniciei “por acaso” uma nova pesquisa neste campo, pesquisa que desenvolvo esporadicamente até hoje, sobre a moradia e a vida na cidade da qual tenho alguns textos em parceria com Carmen Rial²².

GARCIA, O. R. Z. (Org.) ; **GROSSI, M. P.** (Org.) . Fuxico: uma maneira lúdica de contribuir para o aprendizado das questões de gênero, sexualidades e raça/etnia. 1. ed. Florianópolis: Editora Copiart, 2013. v. 1. 503p .

GARCIA, O. R. Z. ; **GROSSI, M. P.** . Cerimônias de formatura nos cinco pólos: acompanhando os rituais. In: Olga Regina Zigelli Garcia; Miriam Pillar Grossi; Mareli Graupe. (Org.). Desafio da formação em gênero, sexualidade e diversidades étnico-raciais em Santa Catarina. 1ed.Tubarão: Copiart, 2014, v. , p. 91-97.

²¹ **GROSSI, M. P.** ; GRAUPE, M. E. . Desafios no processo de implementação do curso gênero e diversidade na escola (GDE) no estado de Santa Catarina. POIÉSIS - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação (Unisul), v. 8, p. 104-125, 2014.

KREMER, N. S. ; Welter, T. ; **GROSSI, M. P.** . Trajetórias e experiências no Ensino Médio: a extensão universitária criando possibilidades. Caminho Aberto. Revista de Extensão do IFSC, v. 1, p. 1-8, 2014.

²² RIAL, C. ; **GROSSI, M. P.** . The future of Paris. In: IUAES2014 inter-congress: the future with/of anthropologies, 2014, Chiba City. IUAES 2014 with JASCA - Conference programme - The Future with/of Anthropologies, 2014. p. 172-172.

GROSSI, M. P. ; RIAL, C. S. . Living in Paris: old and small places in a small city. In: Jezernick, Bozidar. (Org.). Urban symbolism and Rituals. 1ed.Lubdjana: , 1999, v. , p. 31-53.

2.5 Redes internacionais e nacionais

Nunca deixei de manter vínculos com o campo acadêmico francês, desde que lá estive como estudante universitária no final dos anos 1970, e depois, na década de 1980, quando fiz meu doutoramento. Vou todo ano a Paris.

Também estive por duas vezes na Universidade de Berkeley, na Califórnia, em 2009 e 2012, por períodos de alguns meses, sempre vinculada ao Centro de Estudos Feministas Beatrice Bain Research Group. Nesta universidade de excelência, mas muito alternativa, politizada e engajada, passam pesquisadoras do mundo inteiro. Lá ampliei minha rede de diálogo com o campo de estudos de gênero para muitos lugares do mundo, em particular para a Ásia.

No momento tenho recebido muitos alunos estrangeiros com pós-doutorados na equipe do NIGS. Recentemente, passaram pelo NIGS duas alunas italianas, Caterina Rea e Arianna Sala, que fizeram pós-doutorado e se integraram na vida acadêmica brasileira.

2.6 Edição

A Revista Estudos Feministas (REF) foi criada em 1992, com apoio financeiro da Fundação Ford, a partir de demanda elaborada por pesquisadoras feministas presentes em seminário organizado pela Fundação Carlos Chagas, em São Roque, no final de 1990. Instalada inicialmente no Rio de Janeiro, em 1999, fomos consultadas por uma das editoras, Albertina de Oliveira Costa, sobre a possibilidade de acolhermos a revista na UFSC. Joana Pedro, que era então diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, apoiou a proposta e disponibilizou a vaga da secretaria editorial, Carmem Veras Ramos, que está até hoje nesta função e se tornou um pilar do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC.

Foi então que nós assumimos a loucura de levar a REF para Florianópolis, mesmo sem recursos para sua edição. Fui uma de suas primeiras editoras, em parceria com Cláudia de Lima Costa, colega da área de Letras, e conseguimos recolocar a REF em dia na periodicidade e constituí-la enquanto revista de excelência para entrar no Scielo, ainda no início dos anos 2000. Agora contamos com o apoio da UFSC, de programas de pós-graduação, e temos um recorde de trezentos e cinquenta e seis assinantes em papel.

Quando membro do conselho editorial da EDUFSC, criamos a linha editorial Gênero e Sexualidade, da qual sou uma das editoras. Publicamos livro de Miguel Vale de Almeida - A

chave do Armario – em co-edição com a Editora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e traduzimos *Antígona*, obra de referência de Judith Butler, na qual além de escrever o prefácio à edição brasileira, fui responsável pela revisão da tradução²³.

3. Orientação

3.1 Pesquisas individuais

Além da formação em sala de aula, que considero um lugar privilegiado de construção de conhecimento, o espaço da orientação individual é também para mim um importante espaço de formação e produção conjunta de conhecimento.

Minhas primeiras orientações individuais foram de um aluno da FURB, Carlos Hoffman – A alma roubada – sobre ciganos em Santa Catarina e de uma aluna da UFSC, Rosana Badalotti, sobre a festa do Espírito Santo na comunidade do Ribeirão da Ilha, em Florianópolis. Após estas duas primeiras experiências, de orientar em temas não muito próximos de meus interesses de pesquisa, passei a centrar minhas orientações no campo dos estudos de gênero e com o desenvolvimento de diferentes pesquisas financiadas a sugerir temas de investigação que pudessem também receber financiamento para viagens de campo e outras atividades. Desta forma orientei 29 TCCs. Em geral estimo meus estudantes de graduação a seguirem estudos pós-graduados em outras instituições. Assim vários ex-alunos fizeram mestrado e doutorado em lugares como o Museu Nacional na UFRJ, na EHESS em Paris, na UFRGS em Porto Alegre, na USP em São Paulo e na UnB em Brasília, mas mantiveram vínculos afetivos e acadêmicos com nossa equipe.

Como forma de reconhecer a excelência e divulgar os trabalhos de graduação desenvolvidos no NIGS criamos em 2010 uma série dos Cadernos NIGS – Pesquisas – específica para publicação de TCCs em formato de livro com as publicações dos trabalhos de Bruna Klöppel²⁴, Fernanda Cardozo²⁵, Daniel Machado Conceição²⁶, Jefferson Virgílio²⁷, Joana Corona²⁸, Julia Godinho²⁹ e Vinicius Kauê Ferreira³⁰.

²³ **GROSSI, M. P.** . O clamor de Antígona: entre a vida e a morte. Florianópolis, 2014. (Prefácio).

²⁴ Ciência, Excelência e Gênero: Um olhar antropológico sobre um laboratório de engenharia, , Cadernos NIGS Pesquisa, Florianópolis, 2014.

²⁵ Parentesco e parentalidade de travestis em Florianópolis, , Cadernos NIGS Pesquisa, Florianópolis, 2010.

²⁶ Estudante Atleta: caminhos e descaminhos no futebol – entre o vestiário e o banco escolar, , Cadernos NIGS Pesquisa, Florianópolis, 2014.

²⁷ Antropólogo militante, pesquisador e/ou sujeito de estudo? Revisão teórica sobre pesquisa e militância na antropologia contemporânea, , Cadernos NIGS Pesquisa, Florianópolis, 2014.

Desde 2008 quando orientei o estágio pós-doutoral de Carla Giovanna Cabral, que hoje é professora no curso de Tecnologia e ciências na UFRN, já orientei até o presente 11 estudantes em estágio pós-doutorado. Todas/os que passaram por esta experiência, fizeram concursos públicos e estão hoje empregados em universidades públicas e mantêm forte vínculo intelectual com a equipe do NIGS. Mareli Graupe é professora no Programa de Pós-graduação em Educação da UNIPLAC e faz parte da rede que desenvolve pesquisa com recursos PRONEM FAPESC. Barbara Arisi é diretora do Centro de artes e humanas e professora do curso de pós-graduação em estudos latino-americanos na UNILA. Fernando Pochay atua hoje no curso de Educação da UFRJ, tendo passado um ano na UNIFOR vinculado à Psicologia. Felipe Fernandes e Maise Zucco são professores dos cursos de graduação e pós-graduação em Gênero e Feminismo da UFBA. Caterina Rea é professora no curso de Humanidades da UNILAB. Arianna Sala é consultora do MEC na área de diversidade sexual onde atua na SECADI. Pilar Miguez, colega mexicana que realizou pós-doc em nossa equipe em 2013, voltou à Universidad Educacional do México onde atua com mulheres indígenas. Daniela Novelli encontra-se em estágio pós-doutoral em Paris desde fevereiro de 2015. Desenvolvem atualmente estágios pós-doutorais sob minha orientação os seguintes estudantes. Tania Welter que já havia realizado um estágio pós-doutoral no NIGS e depois atuou por alguns anos na UFFS, em Chapecó, na formação de licenciatura em Ciências Sociais, hoje desenvolve com bolsa de pós-doc atividades no projeto de Avaliação do Concurso Igualdade de Gênero. Marisa Napolini, professora do campo do Teatro, atua no projeto Papo Serio, coordenando atividades de oficinas e concurso de cartazes nas escolas. Pedro Magrini, que recém ingressou no pós-doutorado com bolsa PNPd, desenvolve pesquisa junto ao curso GDE de formação de professores.

3.2 Pesquisas coletivas

Como estudante na UFRGS havia tido várias experiências de fazer pesquisa em grupo, todavia na maioria dos casos eram atividades sem orientação de professoras/es. Mais tarde, em Paris V, tive a experiência de participar do Seminário de Pesquisa coletiva na região da Bretagne, uma atividade orientada pelos professores Jeanine Fribourg e Robert Creswell, e parte de um projeto de iniciação à etnografia, o CFRE, desenvolvido desde a década de 1950 por Leroy Gouran.

²⁸ As meninas do centro – família, sociabilidades e subjetivação entre mulheres prostitutas de rua em Florianópolis, Cadernos NIGS Pesquisa, Florianópolis, 2014.

²⁹ Mulheres artistas em Revolução: Museologia, Feminismo e Arte, , Cadernos NIGS Pesquisa, Florianópolis, 2014.

³⁰³⁰ Histórias de rodapé: conflitos na constituição da antropologia indiana, , Cadernos NIGS Pesquisa, Florianópolis, 2014.

Em 1988, na FURB, tive minha primeira experiência de orientação de uma grande pesquisa coletiva, forma de orientação que considero uma das marcas de minha trajetória acadêmica. Fui chamada pela reitoria, que me pediu para coordenar uma pesquisa encomendada pela Federação da indústria de Blumenau sobre acidentes de trânsito na região. Nessas indústrias têxteis, os trabalhadores moram em periferias e regiões rurais e vêm trabalhar como operários, de moto. A FIESC estava muito preocupada, naquela época, com o número de acidentes de moto que tinha em Blumenau e o impacto que estes acidentes tinham sobre a produção nas fábricas pois muitos operários ficavam afastados por vários dias do trabalho quando se acidentavam. A partir desta demanda constituí a primeira equipe de bolsistas, hoje em sua maioria professores universitários, que trabalhou comigo no acompanhamento etnográfico dos serviços de urgência dos hospitais de Blumenau e no posterior acompanhamento dos acidentados no processo de recuperação pós-acidente.

Muitas foram as pesquisas coletivas desenvolvidas no NIGS. Uma das primeiras, realizada em 1994/1995, atendeu a uma demanda da ONG canadense – *Développement et Paix* – de mapeamento de grupos e organizações feministas e de mulheres no Brasil, e foi feita de forma multisituada por uma equipe vivendo em várias cidades do Brasil. Seguimos este modelo em pesquisa mais recente, feita sob demanda da Secretaria de Políticas para Mulheres de acompanhamento e avaliação do processo de construção das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, realizada em 2011, na qual participou uma equipe de 46 pesquisadores.

4. Administração -Criando Instituições

Poucos foram os momentos em minha trajetória na UFSC em que não estive vinculada a algum cargo administrativo, dentro ou fora da universidade. Quando entrei no programa de pós-graduação em antropologia, em 1989, brincávamos que o corpo docente cabia num Karman-Guia, porque o programa tinha pouquíssimos professores. Liderados pelos “históricos” Sílvio Coelho dos Santos e Anamaria Beck, tínhamos dois colegas norte-americanos, Esther Jean Langdon e Dennis Werner, e dois jovens ingressantes na UFSC, Rafael Bastos e Ilka Boaventura Leite. Quando entrei no grupo, eu era então a sétima integrante, e o Karman-Guia já começava a ficar pequeno para o novo projeto de pós-graduação em antropologia na UFSC, cujo início fora em 1988, após a aprovação da CAPES para o desmembramento dos cursos de pós-graduação em Antropologia e Sociologia Política do curso de pós-graduação em Ciências Sociais – este tinha existido por uma década e contribuído com o desenvolvimento da antropologia em nível de pós-graduação.

O professor Sílvio Coelho dos Santos me introduziu na política acadêmica. Ensinou-me a articular redes, dialogar com as pessoas e inserir novas gerações nos debates políticos do campo, mostrando com o seu exemplo que não bastava apenas fazer uma excelente pesquisa ou ser um ótimo professor. Aprendi com ele que para fazer ciência são necessárias horas incalculáveis de gestão, dedicação administrativa e política, uma vez que é fundamental obter recursos materiais, humanos e simbólicos para a constituição de um campo de saber, uma instituição ou um grupo de pesquisa.

Assim, já neste primeiro ano, como bolsista de pós-doutorado, passei a ter a responsabilidade no que hoje se chama de *coordenadoria de extensão*. Partindo da demanda da coordenação do PPGAS, criei o informativo *ANTROPODICAS*, que era o órgão de divulgação das atividades de docentes e alunos do curso e também o espaço de divulgação dos periódicos e livros de antropologia adquiridos pela Biblioteca da UFSC, em uma época onde nem sonhávamos em internet ou periódicos e livros eletrônicos. Também nesta função, atuei na organização de palestras e eventos do PPGAS, atividades que aconteciam muito regularmente e se configuravam como espaço de encontro e troca de ideias de todo o grupo de docentes e discentes do curso.

Assim que fui contratada oficialmente como docente, no ano de 1991, fui designada para a coordenação da área de antropologia do então departamento de Ciências Sociais, cargo que gerenciava as atividades de ensino dos professores da área e que me abriu as portas para a articulação política, tanto internamente, no departamento, quanto externamente, com a pró-

reitoria de graduação – com a qual negociava a contratação de professoras substitutas para ministrar disciplinas – e junto aos cursos de graduação de Ciências Sociais, Educação Física, História, Letras, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Serviço Social. Entre muitas atividades administrativas, estive também na coordenação da extensão e de pesquisa do departamento de antropologia.

Em 1992, com Ilka Boaventura Leite na liderança, assumi, como vice, a coordenação do programa de pós-graduação. Assim, aprendi desde muito cedo a fazer relatórios anuais para a avaliação do programa junto a CAPES. Naquele momento, as notas dos programas eram A, B e C, e a UFSC tinha o conceito C porque, apesar de já ter um curso de mestrado desde 1978, foi só em 1988 que se constituiu o mestrado em antropologia autônomo do grupo da Sociologia Política. A este último restou o espólio do que era então o Mestrado em Ciências Sociais, contando, para além do conceito B, com a presença da eficiente secretária Albertina.

Tivemos a sorte de, logo ao assumirmos a coordenação, receber uma visita institucional de Otávio Velho, que era representante da antropologia na Capes, e seus ensinamentos contribuíram muito para levar adiante a administração do PPGAS, quando precisávamos nos consolidar no campo da antropologia brasileira. Nos dois anos em que coordenamos o PPGAS, desenvolvemos inúmeras atividades de extensão, reforçamos o *curriculum* do curso, passamos a ter uma política de seleção, criamos uma sólida articulação com estudantes e, sobretudo, lutamos pela mudança de conceito do curso e seu reconhecimento no cenário nacional da antropologia brasileira. Foram tempos heroicos e de trabalho coletivo intenso, dos quais guardo belas lembranças.

Também nestes primeiros anos da década de 1990, passei a frequentar espaços decisórios da política acadêmica, participando ativamente da campanha da chapa *Scheibe e Alberto*, que era a “oposição” à reitoria da UFSC, e da continuidade do projeto da Constituinte da Universidade que ocorreu neste período.

Entre as representações que tive na UFSC, uma das que mais me geraram aprendizados foi a da Câmara de Pós-Graduação, que ocupei entre os anos 1998 e 2001. Ali, pude ajudar a formular as políticas de pós-graduação da UFSC e regular abusos cometidos por cursos como a Engenharia da Produção, que depois seria descredenciado pela CAPES devido à forma como produzia mestres em série. Entendi também, através desta experiência, como é fundamental um bom entendimento entre os pares que participam de uma comissão e como é estimulante aprender com colegas de áreas distintas das ciências humanas.

Em 1994 candidatei-me, junto com Hector Leis, para representar o CFH no Conselho Universitário da UFSC, posição que voltaria a ocupar anos mais tarde, em 2000, como

representante da Câmara de pós-graduação nesta mesma instância decisória, da qual participei esporadicamente em 2010/2011, quando fui designada pelo então reitor Álvaro Prata para elaborar o projeto de reconhecimento do Nome Social para travestis, transgêneros e transexuais na UFSC. Apesar de reconhecer o papel central do Conselho Universitário na constituição da UFSC, não guardo lembranças muito fortes destas representações, uma vez que percebi ali a prevalência de um jogo político entre oposições esquerda/direita, situação/oposição, maçonaria/pessoas sem vínculos.

Convidada pela pró-reitora de Cultura, Maria de Lourdes Borges – colega que transformou esta pasta durante a mesma gestão de Álvaro Prata na reitoria –, fui membro do Conselho Editorial da EDUFSC no período 2010-2012, em uma interessante experiência de produção da política editorial da editora da universidade. Além da experiência de elaboração de regras, pude contribuir para a criação de duas coleções da EDUFSC, sendo uma delas a *Gênero e Sexualidade*, que já publicou uma série de livros, entre eles *A chave do armário*, de Miguel Vale de Almeida, e *Antígona: entre a vida e a morte*, de Judith Butler. Fiquei sabendo a partir do informativo da UFSC que *Antígona* teve seus últimos 65 exemplares vendidos na mais recente feira da EDUFSC, o que mostra o impacto e a abrangência dos estudos de gênero em nossa universidade. A segunda coleção, *Antropologia em Laboratório*, já publicou coletâneas dos diferentes núcleos de pesquisa do PPGAS UFSC, dando visibilidade à produção docente e discente em vários campos de referência das pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Antropologia da UFSC, nas áreas de infância, música, consumo, patrimônio, etc.

Também na última década, após anos estudando a temática da ética de pesquisa no campo da antropologia, tomei coragem para participar ativamente do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSC, como representante do CFH no período 2012/2013. Apesar dos embates e do complexo aprendizado dos mecanismos da Plataforma Brasil e das categorias bio-médicas fortemente presentes nos processos, foi extremamente estimulante dialogar com colegas de diferentes campos disciplinares, participantes do comitê, e uma experiência que considero fundamental para quem deseja entender as diferentes visões de ciência presentes hoje no Brasil.

Por insistência dos colegas do departamento de antropologia, voltei à coordenação do PPGAS em 2010, substituindo meu compromisso administrativo previsto de assumir a chefia do departamento, em prol do aumento do conceito de nosso programa de pós-graduação. As mudanças ocorridas na antropologia da UFSC neste momento, ligadas a inúmeros fatores - a criação dos cursos de Antropologia, Licenciatura Indígena e Museologia, a forma como foram tomadas decisões relativas aos concursos e áreas de conhecimento a serem privilegiadas e a

gestão das prioridades do recém criado Instituto Brasil Plural - não me permitiram levar adiante um projeto coletivo do grupo de Antropologia da UFSC, já infelizmente segmentado em disputas internas. As dificuldades enfrentadas em sucessivas reuniões do colegiado me levaram a renunciar, após 12 meses à frente do PPGAS, à gestão iniciada em maio de 2010. Apesar do pouco tempo de atuação frente ao PPGAS, conseguimos colocar em prática a maior parte de nossa carta programática, em particular a profissionalização da secretaria do curso e a ampliação de recursos para o programa. Destaco dois, entre alguns dos projetos que desenvolvemos nestes 12 meses. Um deles o projeto de bolsa de pós-doutorado PRODOC, que teve papel importante no levantamento e sistematização da memória dos 25 primeiros anos do PPGAS, projeto que foi desenvolvido por 5 anos com diferentes pesquisadoras doutoras e que hoje é recurso permanente do curso, através do projeto PNPd CAPES. O outro é a linha editorial Antropologia em Laboratório, desenvolvido com a EDUFSC, que continua publicando títulos dos núcleos de pesquisa vinculados ao PPGAS.

Entre as experiências mais recentes e atuais de administração, destaco duas atividades as quais voltarei a fazer referência em outros itens deste memorial: a primeira é a coordenação do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), que realizo desde 2012 em parceria com as Professoras Mara Lago e Zahidé Muzart, ambas colegas com vasta experiência na UFSC; a segunda é a coordenação do curso de Especialização em Gênero e Diversidade na escola que compartilho com a colega Olga Zigelli Garcia, do departamento de Enfermagem, e que tem nos exigido dedicação para muito além de nossa carga horária, no que diz respeito à obtenção de recursos, gestão financeira e formação pedagógica de vasta equipe de tutoras e 240 cursistas.

Estas representações oficiais em diferentes comissões e instâncias decisórias da UFSC me ajudaram a “aprender a fazer ciência” e propiciaram uma experiência fundamental em minha carreira: a da representação na CAPES.

5. Representação política

5.1 A representação da Antropologia na CAPES

Minha primeira experiência como avaliadora da CAPES aconteceu em 2000, quando fui convidada a participar das entrevistas de candidatos para a bolsa de doutorado pleno no exterior, da região nordeste. No ano seguinte, em 2001, a representante da área de antropologia, Giralda Seiffert, convidou-me a integrar a comissão de avaliação trienal, cuja equipe era composta por nós duas, Parry Scott, Luis Roberto Cardoso de Oliveira e uma colega da área de Arqueologia do Museu Nacional. A experiência de participar da comissão de área na avaliação da CAPES me deu uma ampla visão do campo da antropologia no Brasil e, por isto, quando fui consultada sobre a indicação, aceitei com muito receio, mas certa de que não seria escolhida no processo eleitoral. Portanto, foi com surpresa que recebi um telefonema de uma técnica da CAPES, no início de novembro de 2001, convocando-me para a reunião de posse dos representantes, quando seriam eleitos os novos representantes do Conselho Técnico Científico (CTC). Sabia da importância da representação da antropologia no CTC e lutei por esta indicação na reunião com os colegas de Educação, História, Filosofia/Teologia, Geografia, Sociologia/Ciências Sociais, Ciência Política e Psicologia. Eu, pela Antropologia, e Mauricio Abreu, colega da UFRJ e representante da Geografia, assumimos a representação da Grande Área de Humanas no CTC. Iniciamos ali um comprometido processo de luta pelo reconhecimento das Humanidades no campo da política de pós-graduação da CAPES, que incluiu: reuniões regulares da área de Humanas, construção de instrumento unificado para elaboração do Qualis das revistas da área de Humanas, elaboração de critérios para a valorização da publicação de artigos em livros e melhoria na política de formação doutoral plena e sanduíche no exterior, com maior acompanhamento de bolsistas.

O Conselho Técnico Científico engloba atualmente todos os representantes de área, mas, na época, era composto apenas por dois representantes de cada área, constituindo-se como um espaço de forte embate político entre as áreas científicas. Aprendi com esta experiência política e, graças a meu ponto de vista de antropóloga feminista, pude enfrentar o lugar subalterno de fala ao qual nossa representação de humanas era submetida. Além disto, a perspectiva teórica da subalternidade na antropologia contribuiu também para o fortalecimento de outros grupos “minoritários”, como as raras colegas mulheres de outras áreas ali presentes, a escassa presença de conselheiros negros e o fortalecimento da escuta da representação estudantil. Creio que pudemos transformar, junto com representantes de outras “minorias”, muitas das práticas

políticas no CTC da CAPES, apontando para o caminho das atuais políticas públicas de inclusão nas universidades brasileiras.

Também buscamos, durante nossa representação na CAPES, fortalecer a área de antropologia através da reativação do Fórum dos Coordenadores de Programas de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia e, sobretudo, estimular diretamente a criação de novos cursos nas regiões nordeste, norte e centro oeste, onde, na época, havia poucos cursos. Foi com satisfação que vimos um aumento exponencial de novos cursos durante nossa gestão e nas que se seguiram, confirmando o compromisso de nossa área com uma expansão que visasse maior democratização da formação em antropologia no Brasil. Também lutamos pelo aumento dos conceitos dos 12 cursos da área – muitos deles com trajetórias institucionais de mais de 30 anos de existência e com corpo docente altamente produtivo e consolidado –, que eram vistos como integrantes de uma área pequena e sem direitos. Como já é senso comum no campo das políticas científicas no país, houve na primeira década do século XXI uma virada histórica do impacto nacional e internacional da ciência brasileira e, creio, é importante recuperar o papel que a Antropologia, enquanto uma área de excelência no campo das Humanas, teve neste processo. Guardo dos “tempos da CAPES” um arquivo imenso, ainda em papel, com os quais espero poder analisar a história da antropologia no Brasil, contando com o recuo temporal necessário.

5.2 A presidência da ABA

Em uma noite fria de inverno recebi um telefonema do professor Sílvio Coelho dos Santos, dizendo-me que o Conselho Diretor da ABA estava avaliando o meu nome para uma possível candidatura como presidente da ABA. Aceitei o que era uma “convocação” e me candidatei para a presidência da gestão 2004 - 2006, sendo eleita em junho de 2004, durante a 24ª RBA, em Recife. Compunham nossa equipe na diretoria: Peter Fry (UFRJ), na vice-presidência, Esther Jean Langdon e Flavio Wüik (UFSC), na tesouraria, Cornelia Eckert (UFRGS) e Antonella Tassinari (UFSC), na secretaria, e as colegas Elisete Schwade (UFRN), Emilia Pietrafesa (UNICAMP), Jane Beltrão (UFPA) e Lia Zanotta Machado (UnB) nas diretorias regionais.

Tivemos o privilégio de assumir a presidência da ABA justamente quando a associação completava 50 anos de existência, e tomamos esta data histórica como eixo central de nossa atuação. Ao invés de uma única comemoração na data, organizamos cerimônias em mais de 10 estados do Brasil, em parceria com departamentos e programas de pós-graduação em antropologia. Pudemos assim conhecer colegas e estudantes de antropologia de todo o país e

acompanhar *in loco* o crescimento da antropologia e o impacto que a formação nesta área estava tendo, articuladamente com políticas públicas para populações à margem de direitos.

Além de dar continuidade à atuação pública em dois grandes campos da antropologia, nomeadamente os campos da defesa das populações indígenas e quilombolas, em nossa gestão criamos a comissão de ensino de antropologia, que teve impacto também na criação dos cursos de graduação em Antropologia por todo o país. Como marco deste projeto, em 2006, foi aberto o primeiro curso de graduação em antropologia e arqueologia na Universidade Católica de Goiás, que sediava naquele momento a 29ª RBA, e na sequência, graças à ampliação das universidades promovida pelo projeto REUNI, uma dezena de cursos de graduação foram abertos em todo o país. Também em nossa gestão passamos a olhar com atenção os jovens estudantes de graduação que vinham em massa aos eventos organizados pela ABA. Para acolhê-los, gestamos o projeto de criação de sócio aspirante, exclusivo para estudantes de graduação. Além disso, na 25ª RBA foi criado o Prêmio Lévi-Strauss de reconhecimento das pesquisas de excelência desenvolvidas em cursos de graduação no Brasil, prêmio que coordenei até a recente 29ª RBA, em Natal. Ao longo de cinco edições fomos ampliando seus objetivos e destacamos a política de integração como avaliadores internacionais, os convidados estrangeiros presentes na RBA, visando a produção de impacto internacional das pesquisas antropológicas brasileiras.

No campo da prática profissional, demanda cada vez mais crescente dos jovens antropólogos, mantivemos o diálogo com o Ministério Público da União e FUNAI, órgãos que já contratavam antropólogos em concursos públicos, e foi em nossa gestão que o INCRA realizou, pela primeira vez, um concurso específico para a área. No campo da atuação profissional docente, a comissão de ensino fez sucessivas gestões junto a várias universidades, visando a mudança de editais de concursos para docentes em universidades públicas e defendendo a pluralidade da formação antropológica.

Também durante nossa gestão frente à ABA, fortalecemos a revista VIBRANT – editada por Peter Fry e Carmen Rial –, que hoje é uma das principais revistas de divulgação da antropologia brasileira no exterior. Ampliamos o campo das publicações com a edição de uma dezena de livros, projeto que, nas gestões seguintes, sob a liderança de Antônio Motta, transformou-se na bem sucedida Editora da ABA.

Dando continuidade à política iniciada por Ruben Oliven e seguida por Gustavo Lins Ribeiro nas presidências que nos antecederam, tivemos como meta e compromisso a ampliação dos recursos e do fundo de reserva financeiro da ABA. Para isto, submetemos inúmeros projetos a diferentes agências de financiamento, tendo obtido com sucesso um significativo apoio da Fundação Ford para o desenvolvimento de várias áreas da antropologia e de

organismos públicos, como o Ministério de Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Políticas para Mulheres, para diferentes projetos. Graças a esta ativa política de produção de projetos de financiamento, a 29ª RBA, realizada em junho de 2006 em Goiânia, recebeu recursos das mais variadas fontes de financiamento e trouxe à ABA significativos recursos para seu fundo de reserva. Graças ao apoio dos colegas da tesouraria, conseguimos entregar à ABA, na gestão de Luís Roberto Cardoso de Oliveira, em torno de R\$ 300.000,00, mais do que o dobro dos recursos que a associação contava no início de nossa gestão.

6. Extensão

6.1 Eventos

“Desde criança, eventos fizeram parte importante de minha vida. Na infância, nossa família fazia parte do grupo de fiéis ativos da Igreja Mont’Serrat, liderada pelo padre Hugo Asmann (que se tornaria na década seguinte um dos expoentes da Teologia da Libertação), e vivíamos em constante estado de mobilização comunitária, em particular no ousado projeto de construir uma nova igreja após o incêndio criminoso que destruiu a pequena capela e a biblioteca de seu pároco. A vida associativa fazia parte de nosso cotidiano de forma indelével. Meu pai foi, por inúmeros anos, membro ativo de diretorias das Sociedades Gaúcha e Brasileira de Pediatria e da Associação Médica do Rio Grande do Sul, e com ele íamos aos congressos que organizava e que era convidado a palestrar. Para nós, crianças, os congressos eram como festas de aniversário, com cachoeiras de Cebion, brinquedinhos e amostras grátis de produtos da Nestlé. Foi graças a um destes congressos nacionais que conhecemos Brasília, em 1967, em uma memorável viagem de Volkswagen, como era de praxe na época. Um pouco mais tarde, em minha pré-adolescência, minha mãe e um grupo de professores de matemática de Porto Alegre criaram o GEEMPA, um grupo de estudos e pesquisa que passaria a organizar mega eventos com celebridades mundiais da matemática moderna. Neles, já pré-adolescentes, rodávamos apostilas em mimeógrafo a álcool, ajudávamos na organização das salas e fazíamos tradução do francês em passeios de professores estrangeiros. Adorávamos viver naquelas atividades de adultos e rezávamos para que ocorressem muitos congressos, com a intenção de viver os momentos de communitas e excitação que eles nos proporcionavam.

Depois, quando jovem, passei a frequentar eventos do movimento das bandeirantes e dos escoteiros. Mas foi impulsionada pela participação no IEPES, órgão de pesquisa do então MDB, organização liderada pelos sociólogos como Fernando Henrique Cardoso e Paul Singer, que passei a frequentar ativamente os eventos acadêmicos que ocorriam na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, na década de 1970. Em 1977, meu primeiro ano na Universidade, participei da reunião anual da SBPC, que ocorreu na PUC de São Paulo e teve um trágico desfecho de invasão da universidade pela polícia. Já em 1980, como militante feminista do Grupo Ação Mulher, fiz parte da organização do Primeiro Encontro Gaúcho Feminista, que foi um marco do movimento na cidade.”

Provavelmente por ter aprendido tão cedo a desfrutar da euforia de organizar eventos, considerei fácil e prazeroso dedicar-me à organização de inúmeros congressos, seminários, mesas-redondas, conferências e jornadas nas três décadas em que estive na UFSC. Em março de 1989, fui chamada por Anamaria Beck, então diretora do CFH, com o intuito de organizar a Primeira semana da mulher do CFH. Neste mesmo ano, participei da comissão organizadora do 3º

Seminário Nacional Mulher e Literatura, que ocorreu em novembro na UFSC, e da 17ª Reunião Brasileira de Antropologia, que ocorreu em março de 1990, também na UFSC.

Devo dizer que um dos principais responsáveis pelo meu engajamento na organização de grandes eventos de antropologia foi Sílvio Coelho dos Santos, que já tinha organizado em Florianópolis, no ano de 1974, em plena ditadura militar, a reunião histórica ABA, e que me convocou para editar diariamente o boletim *Antropodicas* durante a 17ª RBA. Em conjunto com um grupo de alunos da pós-graduação, escrevíamos, cortávamos, colávamos, diagramávamos, fazíamos xerox e distribuíamos o boletim nas primeiras mesas redondas da manhã. Também nesta RBA participei da comissão cultural, quando organizamos uma exposição sobre *Bruças na Ilha de Santa Catarina*, no Museu Histórico Cruz e Souza, graças ao apoio e incentivo de sua então diretora, Sonia Malheiros Miguel.

Além desta primeira RBA, na qual tivemos um “grande” público de 500 participantes, tive o compromisso de organizar a 25ª RBA, realizada em Goiânia, onde acolhemos 2.000 pessoas. Apoiei ativamente as presidentas Bela Feldman Bianco e Carmen Rial a organizarem respectivamente a 23ª e a 24ª RBA, em São Paulo e em Natal, ambas com públicos superiores a 3.000 pessoas e com grande complexidade logística. Com a experiência acumulada na organização de quatro Reuniões Brasileiras de Antropologia, aceitei a incumbência recebida do Conselho Diretor da ABA de propor a candidatura brasileira à IUAES – *International Union of Anthropological and Ethnological Studies* – para a realização da 18ª Reunião quinzenal na UFSC, em 2018. Este será o primeiro congresso mundial de antropologia da IUAES na América do Sul. Sua organização está sendo planejada desde 2013, quando nossa candidatura foi aprovada em intensa disputa com colegas da Índia e Croácia, no *17th Congress of IUAES*, realizado em Manchester.

Ainda no setor “mega eventos”, destaco minha intensa participação na organização dos *Seminários Internacionais Fazendo Gênero* desde o ano de 1994, quando ocorreu sua primeira edição, contando com a presença de um grupo restrito de 100 pessoas que desenvolviam pesquisa neste tema na UFSC. Nas 20 edições do evento, realizadas bianalmente até 2010, e agora com intervalos de três (2013) e quatro (2017) anos, o público cresceu exponencialmente. O aprendizado na organização destes mega-eventos, totalmente gerenciados pela equipe de pesquisadoras vinculadas ao Instituto de Estudos de Gênero em todas suas edições, levou à nossa candidatura para o 13º Congresso Mundial de Mulheres, que será realizado na UFSC em julho de 2017. Muitas vezes brincamos que após a aposentadoria vamos abrir uma empresa de organização de eventos, tamanha a experiência acumulada em mais de vinte anos na UFSC.

Da experiência de articulação institucional interna e externa à UFSC, organizamos muitas vezes, nestas décadas, a vinda de professoras/es estrangeiros de renome, articulando atividades

com elas/es em vários lugares do Brasil. Assim trouxemos colegas como Françoise Héritier (2000), Laurence Tain (2010), Alicia Barrabás (2012), Agnès Fine (2012), Barbara Glowcewski (2013), Marie Hélène Bourcier (2014), Rafael Caceres (2014), Eric Fassin (2014) e muitos outros. A produção destas missões, que nos permitiu fortalecer e ampliar redes acadêmicas, sempre teve como pressuposto garantir a democratização do conhecimento e o deslocamento de intelectuais de renome internacional para além dos eixos de produção intelectual já reconhecidos.

Para além da produção destas atividades em rede, organizei dezenas de pequenos eventos. Destaco, entre eles, Semanas de Debates de Filmes realizadas fora da UFSC, como o ciclo *Sexo, Gênero e Cinema*, realizado em 1991 no SESC, os *Estudos Culturais e Cinema*, realizados em 1995/1996 no Centro Integrado de Cultura de Santa Catarina (CIC), na Trindade, e os debates do *Café Antropológico*, que realizamos desde 2013 em parceria com o NAVI, no Centro Cultural Municipal Casa das Máquinas, na Lagoa da Conceição e no Centro Cultural do BADESC, no centro de Florianópolis. Nestes eventos buscamos ampliar o campo de interlocução da antropologia e estudos de gênero, visando públicos não acostumados a frequentar a UFSC.

Também voltados para públicos externos à UFSC, organizamos alguns ciclos do *Antropologia e Cidadania*, com atividades mensais envolvendo todos os núcleos do Laboratório de Antropologia no CIC, entre 2000 e 2002. No período 2010/2011, organizamos uma série de eventos para a recuperação da memória do PPGAS.

Vinculados a alguns projetos específicos de pesquisa, realizamos também eventos no campo dos estudos de gênero e sexualidade, como o *Seminário Homofobia, Identidades e Direitos LGBT*, em 2007, o *Seminário Ensino Religioso e Gênero em Santa Catarina* e muitas Jornadas mais fechadas às redes das quais o NIGS faz parte, como as recentes Jornadas *Trabalho de Campo, Ética e Sexualidades*, realizada em 2013 no ASSEFAZ (Florianópolis) e *Antropologia, Educação e Gênero*, realizada em 2014 na praia de Pipa (RN) em 2015.

6.2 Intelectual Pública

Desde muito jovem, eu aprendi a intervir na mídia, a falar na televisão, experiência que me foi dada pela militância. No campo acadêmico, há em geral, um pânico de mídia, pela forma como nossas ideias são deturpadas, usadas muitas vezes fora do contexto da fala na qual foi emitida. Mas minha perspectiva é outra pois considero que é importante intervir enquanto

intelectual no espaço público, certamente muito influenciada por minha formação na França e a admiração que sempre tive por Simone de Beauvoir, Sartre, Michel Foucault, Pierre Bourdieu e outros intelectuais públicos.

Aprendi que na televisão, a intervenção tem que ser um discurso da denúncia e que isto não desmerece a produção de trabalhos mais refinados. A mídia não é o espaço da reflexão antropológica na sua sutileza e na sua complexidade.

Um dos temas mais recorrentes, sobre o qual intervenho na mídia diz respeito às violências de gênero. Sei agora, depois de mais de quarenta anos de intervenção na mídia que não dá para falar nas complexidades da violência e nas ambiguidades de quem está imersa em uma situação assim. Hoje eu sou assertiva e uso o espaço da mídia para denunciar a violência e dizer que “tem de ser combatida” e trago sempre dados sobre o número de mulheres que morrem por dia, por feminicídio, ou que registram queixas em delegacias.

Eu acho que é muito importante dialogar com a mídia, porque ela é poderosa em sua abrangência e por isto raramente me recuso a responder para a entrevistas, como foi o caso da demanda da Revista Veja, a quem disse não com muito prazer. Costumo responder em média a uma demanda de intervenção na mídia por semana: jornais, rádios, televisões, blogs. Em geral é difícil dialogar com jornalistas pouco preparados/as e com muitas assertivas sobre os temas de suas pautas. Quando tenho tempo transformo o espaço da entrevista em uma aula e busco desconstruir os valores de senso comum que sustentam grande parte das pautas da imprensa, mas isto não é fácil.

Apesar de ter respondido a milhares de demandas da imprensa em minha vida, tenho pouco registro destas atividades que agora passam a ser valorizadas na produção intelectual acadêmica, mas mantenho meu registro desta atividade invisível em meu *curriculum* e comprovantes de atividades deste memorial.

7. Parceria afetivo-intelectual

Seria impossível falar da minha carreira sem falar da parceria intelectual e afetiva que construí, desde 1982, com Carmen Rial, também antropóloga e colega de departamento na UFSC. Esta parceria foi e é muito importante para mim, e se construiu ao longo de quase 34 anos, nos quais compartilhamos, às vezes de maneira mais próxima, às vezes mais distante, a vida pessoal e profissional.

Vim morar com Carmen em Florianópolis pela primeira vez em 1984, ao voltar da França para fazer pesquisa de campo. Vivemos tempos de *communitas* no início dos anos 1980, tempos pioneiros. Nós queríamos uma vida alternativa e fomos morar numa comunidade na Lagoa da Conceição, num lugar onde não havia telefone, não pegava televisão, a estrada era de terra e quando chovia não dava para sair de casa. A escolha desta vida alternativa, vista com suspeição por nossos pares de Porto Alegre, era também a realização de alguns dos projetos políticos e existenciais de nossa geração, que viveu a adolescência e o início da juventude durante a ditadura militar e se construiu identitariamente em diferentes movimentos sociais. Tendo vivido anteriormente em relações heterossexuais, nosso encontro e a decisão de vivermos juntas nos obrigou a “sair do armário” com todas as implicações que esta escolha “pessoal” significam no plano público e privado. As escolhas profissionais que fizemos foram marcadas por este complexo movimento, analisado por Eve Sedgwick sobre o *coming out* como algo que está sempre em processo.

Sem dúvida, os tempos hoje são outros e já podemos olhar para os embates que vivemos como parte de um passado pessoal que é também político. A escolha por um modo mais alternativo de vida, fora das obrigações de consumo nas quais estavam inevitavelmente imersos os familiares, amigxs e colegas de nossa geração na maior parte das grandes capitais brasileiras foi também uma forma de repensar a vida profissional.

Ao fazer concurso e trabalhar na UFSC, realizamos uma parte desse sonho pessoal de uma vida diferente daquela de nossos pais e pares gaúchos, mas também mostramos, com nosso trabalho e empenho na construção de visibilidade institucional à antropologia produzida na UFSC, que é possível articular vida pessoal e profissional com prazer e satisfação.

8. Entrevistas

8.1 Passagens acadêmicas e subjetivas por Paris

Entrevista publicada na Revista Passages de Paris, publicada pela APEB – Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na França - em 2013, aqui reeditada para o memorial do concurso de titular.

Esta entrevista foi realizada na sala de minha casa, no Canto da Lagoa, no final de 2012 por Vinicius Kauê Ferreira (então presidente da APEB) e Caterina Rea (então bolsista de pós-doc no NIGS), com a presença de Anna Carolina Horstman Amorim (então mestranda em antropologia). O diálogo teve como foco minha relação com a França, e nela destaquei as inúmeras vezes que lá vivi, assim como as principais influências da formação acadêmica francesa em minha trajetória intelectual.

Vinicius Kauê Ferreira – Conte-nos sua trajetória no campo dos estudos de gênero e Sexualidade?

Miriam Grossi – Bom, na verdade, esses estudos de gênero e sexualidade começaram numa passagem que eu tive em Paris, em 1978/1979. Naquele momento, eu estava na graduação no Brasil, fui para a França e fiz disciplinas na École des Hautes Etudes em Sciences Sociales como aluna ouvinte. Fazia curso de Teatro na Universidade de Paris III Censier e comecei a frequentar reuniões de um subgrupo de latino-americanas vinculadas ao Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, que se reunia na Maison du Brésil. Era ainda o período da ditadura militar e também era um momento de luta bem forte do Movimento Brasileiro pela Anistia. Então eu comecei a frequentar o movimento num momento de grandes manifestações. O período de 1978 a 1979 foi um grande momento de lutas pelo aborto na França, e então eu pude acompanhar manifestações do movimento feminista francês, quando eu estava lá. E quando voltei, em julho de 1979, para Porto Alegre – eu estava na faculdade fazendo Ciências Sociais – eu entrei num grupo feminista, que era o Ação Mulher, que já estava se separando, se dividindo, de outro grupo feminista, o MML, Movimento das Mulheres da Libertação. Em agosto de 1979 tinha sido promulgada a Lei da Anistia. E esse grupo no qual eu entrei tinha como característica que a maior parte das participantes era de exiladas políticas e mulheres que tinham vivido nos anos 1970 estudando no exterior e que estavam voltando pro Brasil naquele momento. Eram pessoas que tinham vínculos com o Círculo das Mulheres de Paris, mas eu não as havia conhecido em Paris, eram amigas de pessoas que eu conhecia, pessoas também mais velhas que eu. Também coincidiu com um pedido que nós, estudantes de Ciências Sociais, fizemos à professora Claudia Fonseca, para ela dar uma disciplina sobre gênero, acho que foi em 1980. Claudia tinha feito o doutorado na

França e que estava chegando a Porto Alegre como professora visitante na UFRGS. É verdade que, antes disso, no primeiro ano da faculdade, em 1977, eu tinha tido aula com a professora Maria Noemi Castilhos de Brito – que depois morreu de câncer – que estava também chegando em Porto Alegre, vinda com um mestrado na Unicamp. Ela tinha sido aluna da Verena Stolcke, da Mariza Correa, da Sueli Kofes. Ela estava voltando pra Porto Alegre, começando a fazer a sua dissertação de mestrado sobre as mulheres operárias da fábrica de cobertores Fiocruz. Era uma fábrica de cobertores que tinha lá no Rio Grande do Sul, na serra, na região próxima a Caxias. Ela me convidou – e naquela época não tinha bolsa de iniciação científica - depois que eu já tinha feito meu trabalho etnográfico sobre uma viagem de trem no interior do Rio Grande do Sul – para eu ir como assistente de sua pesquisa, lá nessa fábrica de Caxias. Essa indústria tinha casas para os operários junto da fábrica. Então a gente começou a fazer contato com as mulheres operárias, que eram de origem italiana, e era nesse momento de transição de uma fábrica que estava perdendo seu poder e num período de mudanças sindicais e no mundo do trabalho. A Noemi havia voltado de seu mestrado cheia de ideias para estudar mulheres e como seu pai havia sido gerente desta empresa, ela tinha contatos lá. Quando a Claudia Fonseca deu a disciplina Antropologia da Mulher, que na verdade tinha o título de Leituras Etnográficas, eu lembro que eu tive de apresentar um texto do Maurice Godelier sobre a dominação masculina entre os Baruya da Nova Guiné, porque era em francês e além de mim, ninguém lia francês na aula e naquele momento a bibliografia que a Claudia tinha era em francês. Bom, nesta época eu já militava no feminismo em Porto Alegre, no Grupo Ação Mulher (GAM) e deste grupo a gente criou o SOS Mulher, que juntou várias pessoas que eram dos movimentos e de vários grupos feministas em Porto Alegre. Era um momento muito intenso, porque isso era início dos anos 1980, tanto em Porto Alegre como no Brasil. E esse momento de grande efervescência política, entre 1979 e 1982 foi um movimento da reabertura política, então tinha muitos movimentos libertários. Nessa época eu participava de um grupo de formação em psicodrama psicanalítica com um psicanalista exilado argentino que estava em Porto Alegre, um dos primeiros psicanalistas lacanianos que apareceu por lá e formou toda uma geração de psicanalistas que depois fundaram a APOA [Associação Psicanalítica de Porto Alegre]. Então juntava tudo isto: tinha essa coisa da psicanálise, do feminismo que era uma coisa super intensa, tinha todo o movimento ecológico que também estava emergindo, e tinha a criação do Partido dos Trabalhadores. É dessa época que eu ia vender pão integral na feira, hoje já muito conhecida, o Brique da Redenção, para juntar dinheiro pra campanha, não sei qual, para criação do PT... Hoje, ajudando financeiramente as campanhas políticas de candidatas que eu apoio eu penso: “velhos tempos quando a gente juntava dinheiro pra campanha vendendo pão integral que a gente fazia

em casa”. Porque a gente juntava ecologia (pão integral, que não tinha em nenhum lugar e a gente vendia lá) com outros movimentos. Era um momento que a gente ia muito para bairros populares, que em Porto Alegre se chama de “vila”, porque tinha muito dessa coisa de achar que as mulheres da classe operária é que eram as mulheres da “verdadeira revolução”. Em 1974/1975, eu participava do movimento estudantil secundarista e do grupo que era do MDB Jovem, era o IEPES; Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer e outros intelectuais que eram as lideranças. Então eu participava do IEPES, que era o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais, que se reunia na Assembleia Legislativa, bem no centro da cidade, na Praça da Matriz. Trata-se de um lugar onde também tinha um teatro onde aconteciam os concertos da PROARTE, que era também um espaço cultural do qual eu participava, era associada, de carteirinha, uma das mais jovens na época. E também ali era do lado da Aliança Francesa, onde eu estudava três noites por semana para me formar no Nancy, curso avançado de francês e onde tinha também uma intensa programação cultural de filmes cult que não circulavam nem podiam ser exibidos em locais muito públicos. Um outro lugar que se frequentava muito, também, ficava a uma quadra dali, que era o Teatro de Arena, onde fizemos também muitas atividades do Grêmio Estudantil do Colégio Israelita, quando eu fui da diretoria, em 1975. Então juntava muita coisa naquele momento e lugar: política, arte, cultura. Como eu participava do IEPES, nessa época, eu já tinha ido muitas vezes a vilas populares, favelas, já conhecia esses movimentos de mulheres de periferias. Eu tinha participado também, como bandeirante, dos clubes de mães de Porto Alegre, que era uma organização meio assistencialista, liderada por assistentes sociais do SESI, como uma tia minha, Maria Pillar, e que ensinava as mulheres a fazer trabalhos manuais (crochê, tricô, artesanato) e que em geral se reunia em igrejas católicas. Estas experiências de ter estado em vilas populares, eu reativei quando me tornei feminista, e passei a ir nesses lugares já com outros objetivos políticos. Nesta época antes de eu entrar na faculdade, não tinha ainda uma questão feminista, era ainda a luta contra a ditadura, movimento estudantil secundarista, IEPES, música clássica, filmes de arte franceses, muitas coisas misturadas. Eu já era uma militante, desde a adolescência, destes movimentos sociais de resistência à ditadura, e quando fui para a França no final dos anos 1970 é que encontrei o feminismo, que, claro, deu sentido a muitas coisas que eu pensava e fazia sem o título de feminista.

Vinicius – Então quando você vai para a França, pro seu mestrado, você já vai decidida a estudar violência contra a mulher?

Miriam – Não, foi assim. Eu acabei a graduação em 1981, e ali eu fiz o pedido para fazer doutorado e ganhei a bolsa. Eu tinha morado na França pela primeira vez quando eu tinha 10/12 anos, foi quando eu aprendi francês, estudei na escola primária. Depois eu voltei pro Brasil e fiz todo o curso de Nancy. E aí, eu já era professora de francês e dava aula na Aliança Francesa. Eu estava no último ano da graduação e eu fiz o pedido de bolsa para fazer o doutorado na França e ganhei essa bolsa. Quando eu cheguei lá, eu não tinha feito o mestrado no Brasil – estava saindo da graduação – e aí na Université de Paris V, nas validações de diploma, me mandaram para a Licence, que era Licence-Maitrise, uma composição de certificats, grupo de disciplinas que te formavam em uma determinada área da Antropologia. Eu fiz em Ethnolinguistique porque me pareceu o mais interessante na época. Depois, quando vim a estudar a história das mulheres na Antropologia francesa, descobri que ali naquele grupo estava um núcleo forte de mulheres que construíram a disciplina na França. E quando fui para Paris V, eu fiz esse projeto sobre o SOS Mulher, mas fiz ainda de um ponto de vista militante, que era minha identidade na época. Aí eu cheguei na França, tive que fazer esse ano que era da Licence-Maitrise, fiz um mémoire, porque tinha que fazer um trabalho. Eu tinha ido com a equipe de professores de Paris V que davam continuidade ao projeto do CFRE [Centre de Formation à la Recherche Ethnologique], que tinha sido criado pelo André Leroi-Gourhan, nos anos 1940/1950 e depois o Roger Bastide tinha sido o responsável. Nessa época, início dos anos 1980, eram dois professores responsáveis pelo stage de terrain, Mme Jeanine Fribourg e o professor Robert Cresswell. Era um seminário cuja característica era a iniciação à pesquisa de campo, e isso existe até hoje. Eles levavam uma turma para fazer uma experiência de campo no interior da França e a nossa turma foi pra Jocelyn, um vilarejo na Bretagne. Mas os outros colegas todos que estavam ali nunca tinham feito pesquisa de campo, e eu já tinha feito inúmeras quando estava na graduação na UFRGS. Aí, lá eu fiz essa pesquisa que foi o meu certificat d'ethnolinguistique, sobre alimentação na Bretagne. Eu comia com as pessoas, via o que eles preparavam, fiz um estudo comparativo sobre classes sociais naquele lugar, como as classes sociais comiam de forma diferente, me detive em algo que depois descobri ser bem importante: a distinção entre comida do dia-a-dia e comida dos dias de festa. Tem toda uma parte desse mémoire no qual eu comparo receitas de comidas e de menus de casamentos, pois na França tem aquela coisa bem formal de alimentação em dia de festa, onde se fica o dia inteiro na mesa comendo pratos e pratos que se sucedem.

Mas como eu tinha uma bolsa para fazer doutorado, aceitaram minha inscrição dupla e eu fiz, junto com a maîtrise, o DEA [Diplôme d'Etudes Approfondies], fiz dois anos em um, e como eu estava fazendo o DEA, fiz um mémoire já sobre violência contra as mulheres no Brasil. Então, no final do meu primeiro ano, em outubro de 1983, eu tinha defendido os dois diplomas

e vim pro Brasil fazer a pesquisa de campo do doutorado. Mas quando eu voltei em 1983, para o Brasil, apenas um ano depois de ter saído daqui, já era outro momento político, as coisas passam muito rápido neste campo, ou pelo menos quando se tem 24 anos. Era o momento da transição política. Entre 1979 e 1982 foi uma explosão de coisas, como o PT. Já no final de 1983, início de 1984, era um momento bem diferente: o que eu queria estudar já não existia mais, que era o SOS Mulher. Aí eu fiz minha tese indo na casa das pessoas que tinham ido ao SOS Mulher no período de existência no qual eu tinha participado (1980/1982). Buscava os nomes e endereços através do arquivo do grupo e ia atrás das pessoas, em vilas populares da grande Porto Alegre.

Vinicius – E quando você vai pra França, você começa a participar do movimento feminista na França?

Miriam – Quando eu volto em 1982, eu fui em atividades acadêmicas que começavam a acontecer. Eu fui quase que na primeira reunião do que hoje é o CEDREF [Centre d’Enseignement, de Documentation et de Recherches pour les Etudes Féministes]. Eram sociólogas, que tinham voltado do Congresso de Sociologia da ISA [International Sociological Association] que tinha acontecido no México; lá tinha sido a explosão dos estudos sobre mulher, que elas chamavam de “rapports sociaux des sexes” porque se apoiavam na premissa sociológica de “relações sociais de sexo”. Não sei como eu fiquei sabendo que ia ter essa reunião lá em Paris VII – Jussieu, mas eu fui. Eu me lembro muito bem, estava começando, mas elas eram todas mais velhas do que eu, francesas, doutoras na sua maioria e eu era jovem, brasileira, recém começando meu doutorado. Era um pouco assim... elas eram amigas e se conheciam, tinham militado nas grandes barricadas francesas, sei lá [risos]. Então eu não me sentia muito bem no grupo mas aconteceu uma coisa imediatamente depois desta primeira reunião: teve um grande encontro, que é o marco dos estudos na França, que foi o Encontro Nacional dos Estudos Feministas em Toulouse em dezembro de 1982, onde foi criada a ANEF [Association Nationale des Etudes Féministes]. Eu estudava todo dia na Bibliothèque Marguerite Durand, que é a biblioteca dos estudos de gênero e feministas, que agora é na rue Tolbiac, no 13eme, mas que na época ficava bem em frente ao Panthéon, na Mairie du 5ème, no segundo ou terceiro andar. Era um lugar lindo, com aquelas coisas parisienses, que tu pisas no chão e faz clec clec clec, era uma espécie de sótão, com umas janelas de onde se via os telhados. E lá a Marguerite Durand tinha entregue toda a sua coleção de livros e documentos e a Mairie du 5ème cuidava daquilo. Então a biblioteca era hiper secreta e eram as primeiras pesquisadoras feministas que iam lá. Nem sei como fiquei sabendo da existência mas eu ia lá todo dia estudar. E foi lá que eu conheci um grupo do qual fiquei bem amiga, que era um grupo de estrangeiras, que iam também estudar

todo o dia na biblioteca, como era o hábito na época. Aquela coisa: estavam lá todo dia na biblioteca, estudando na mesma hora, na mesma mesa. De vez em quando conversávamos, quando saíamos para tomar um café, ir ao banheiro. E aquelas meninas falaram “ah, vai ter o encontro em Toulouse, eu queria ir”, “vamos quem sabe ficar no mesmo hotel”. Bom, naquele momento, naquele encontro de Toulouse, eu conheci muitas pessoas da minha geração, e jovens estrangeiras e francesas. Quando voltei de Toulouse, naquele primeiro ano de doutorado, passei a ter muita sociabilidade, muitos encontros, porque era isso, tudo estava começando, aquele movimento de pesquisadoras feministas do mundo inteiro que iam estudar em Paris. Foi quando teve o primeiro edital do CNRS (Centre National de Recherche Scientifique), de pesquisas sobre mulheres, não era gênero, era estudos de mulheres, ou de construção social do sexo, não sei bem qual era o título. Eu nem tive coragem de concorrer. Bom, não era mais movimento feminista, era a pesquisa feminista que se iniciava. Eu participei bem desse início quando as coisas estavam começando a acontecer. O Maurice Godelier era o presidente acho que da área de Humanas do CNRS e foi ele o grande responsável, institucionalmente, pelo financiamento deste campo de estudos. Não porque não fossem acontecer os estudos de gênero na França naquele momento, isto era inevitável historicamente, mas eu acho que se não fosse o fato do Godelier sustentar, politicamente, com o cargo que tinha no CNRS, o campo teria levado mais tempo para se formar, isto de financiamentos e tudo mais. Ele tinha acabado de publicar “La production des grands hommes”, ali em 1982/1983, então ele estava escrevendo sobre a dominação masculina e ele realmente levou aquele processo adiante no CNRS. Então, esse momento que coincidiu com meu doutorado, já era o momento das pesquisas feministas na França.

Caterina Rea – Então, pelo que vejo, na tua trajetória, o feminismo, a questão de gênero, a Antropologia e a militância política vêm juntos desde o início, pois são pontos dados no contexto da ditadura e de tua vida na França. É bem interessante.

Miriam – Essa coisa é verdade, isso tudo esteve sempre junto, são coisas assim bem misturadas, mas também diferentes. Diferentes porque depois vieram outras gerações que entraram no feminismo apenas pela pesquisa. Da minha geração, muitas pessoas no Brasil, que passaram por essa virada dos 1970 pros 1980, foram engajadas desde o início, não tinha como ser separado.

Caterina – A tua paixão pela Antropologia...

Vinicius – E naquele momento na França quais eram os seminários que você frequentava? Os da Françoise Héritier, talvez.

Miriam – A Françoise Héritier não dava aula nessa época. Quando eu fui em 1978/1979 quem me marcou ali foi o Manuel Castels, que dava o seminário sobre movimentos sociais urbanos; o Alain Touraine, o de movimentos sociais, foi o professor que mais me marcou. Fui a aulas do Godelier - levada pela Suely Kofes, que era amiga da Noemi, minha primeira professora que tinha estudado na UNICAMP - mas eu não gostei muito, achei muito difíceis para mim naquele momento. Esses dias, achei as “notes de cours” de um seminário que eu fiz em 1978/1979, em Nanterre sobre Antropologia da mulher. Eu não sei quem era a professora, não era alguém conhecida, mas eu me dei conta de algo que eu havia esquecido, que já tinha tido essa formação básica, inicial, naquela primeira estada em Paris nos anos 1970. E, muito importante, porque eu fazia o curso de teatro, a pessoa que foi a mais importante, o professor mais importante naquela temporada em que vivi em Paris, foi o Augusto Boal, que era professor lá na Université de Paris 3 – Censier; estava exilado. As aulas com ele foram uma experiência muito intensa. Porque no curso de teatro eu tinha professores maravilhosos e lá também se juntava teatro com psicanálise, com as coisas de gênero e literatura, tive um curso sobre o teatro nos países do leste – isto muito antes da queda do muro de Berlim – outro sobre psicanálise e teatro onde lemos toda a trilogia de Édipo Rei e as leituras psicanalíticas sobre a peça. E a gente ia muito ao teatro, fazia parte do curriculum, das atividades que se tinha de fazer fora de aula, como ler um texto, assistir uma peça e fazer um trabalho escrito, discutir em aula. Foi nessa época que eu realmente me tornei uma habituée, que aprendi a ir ao teatro, a entender o teatro como espaço de pesquisa, de reflexão, onde de alguma forma já juntava as Ciências Sociais com esta forma de expressão artística. Nessa época de Paris foi isso. Mas depois vem a Antropologia. Como é que eu fui estudar Antropologia? Não foi na França, porque senão eu teria voltado para fazer meu doutorado com o Alain Touraine, eu adorava o Touraine. Se fosse para escolher pela empatia com o professor, com o tema, com a abordagem teórica, eu teria ido fazer o doutorado com ele. Mas, no Brasil, quando eu entrei na faculdade em 1977, eu era super militante e eu entrei para fazer Sociologia, claro. Eu nem sabia da existência de Antropologia no curso de Ciências Sociais. Nem sabia, vírgula, eu tinha lido no curso de francês da Aliança, um livro do Lévi-Strauss, *Tristes Trópicos* e uma colega que tinha estudado Antropologia na Argentina e me influenciou bastante naquele momento. Então eu já tinha ouvido falar em Lévi-Strauss e em Antropologia, mas eu entrei na faculdade, querendo fazer Sociologia. Ai eu tive aula com a professora Maria Noemi Brito, de Antropologia I. Ela também era feminista, ela era militante do PTB, super brizolista e... não sei bem como foi. E coincidiu também de eu assistir no primeiro semestre em que entrei na universidade, em 1977, um evento na Assembleia Legislativa que marcou época – O índio, este sobrevivente, onde escutei o professor Silvio Coelho dos Santos falando em defesa dos índios.

Aí foi um caminho sem volta. A Antropologia abriu um horizonte. Eu até tentei ser aceita pelo CIMI [Conselho Indigenista Missionário] para ir para uma aldeia indígena, mas disseram a mim e a meu colega que “éramos jovens e inexperientes”. A Sociologia e a Ciência Política não souberam segurar aquela geração de pessoas que entraram comigo na faculdade no final dos anos 1970. A Sociologia era muito marxista e nós gostávamos do marxismo, mas como teoria não dava conta de toda nossa vida, nossos projetos pessoais de então.

Vinicius – Apesar de a Antropologia ser considerada “apolitizada” naquela época.

Miriam – Sim, mas nós éramos super politizados, talvez não para o mais legítimo, para a esquerda de então, mas para os “novos movimentos sociais”: feminista, ecologista, libertário. Por exemplo, comer pão integral, ser vegetariano, fazer ioga, era uma coisa radical. Tinha um restaurante macrobiótico onde a gente ia comer, e era quase como uma religião, como uma coisa de fé. Na vida cotidiana, junto, é claro, uma coisa fundamental para a minha geração – que para de vocês já é um dado – era a questão da sexualidade. Porque foi o feminismo que trouxe a abertura para se transar com quem se quisesse, não ser obrigada a casar, ter filhos, ser heterossexual, etc. Transgredir. Isso foi uma coisa fundamental daquele momento, dos anos 1970 pros 1980, e isso era algo que a Antropologia aceitava. O Gilberto Velho nunca foi meu professor, mas adorávamos as coisas que ele escrevia naquela época, que ele orientava: a tese da Maria Dulce Gaspar sobre Garotas de Programa, depois a tese da Maria Luiza Heilborn sobre namoro juvenil, Tania Salem sobre os casais igualitários. Também foi a leitura de vários outros textos nas aulas de Antropologia urbana com o professor Ruben Oliven, que me iniciou na Antropologia urbana. As coisas que a gente lia e escutava, eram coisas que falavam da nossa vida. Enquanto que a Sociologia falava de coisas muito longe, muito distantes, da vida dos outros, da classe operária, do campesinato...

Vinicius – E quando você volta pro Brasil, você começa a dar aula diretamente na UFSC?

Miriam – Não. Eu estudei em Paris V, de 1982 a 1988. Vim muitas vezes pro Brasil. Numa delas, em 1984, eu tive aulas no mestrado em Ciências Sociais da UFSC [Universidade Federal de Santa Catarina] com um professor visitante na pós, que me marcou muito, o Prof. Klaus Wortmann, da UnB [Universidade de Brasília]; também o contato com as Professoras Anamaria Beck para as questões de gênero, campesinato, cultura da Ilha de Santa Catarina e Ilse Scherer-Warren, que estudava movimentos sociais, foram importantes para mim naquele ano. Nos anos 1980, eu estou escrevendo a tese, mas já estou frequentando aqui no Brasil a reunião da ABA [Associação Brasileira de Antropologia]; na primeira RBA [Reunião Brasileira de Antropologia]

que eu fui foi em Brasília, em 1984, já participei do grupo de gênero mas não apresentei nada, só vim a apresentar na RBA depois de ter acabado a tese. Em 1986 abriu o Concurso de Pesquisas sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas e eu resolvi fazer um projeto sobre freiras. Porque quando estava no Brasil, eu ia trabalhar, escrever minha tese, num convento perto de Florianópolis. Hoje eu avalio que esse foi outro dos erros de minha carreira, pois eu achei que não podia fazer um projeto sobre a minha tese, que tinha que ser um projeto de pesquisa original, como se a tese não fosse original... Aí eu fiz o projeto de pesquisa sobre as freiras, mas minha tese era sobre violência contra a mulher. E ganhei essa bolsa da Fundação Carlos Chagas, que era na época uma coisa de muito prestígio no campo dos estudos sobre mulher (e posteriormente gênero), mas aí eu tive que fazer essa pesquisa sobre freiras que era uma pesquisa totalmente diferente de minha tese, abordando a temática do mundo camponês e da religião. Então eu voltei para o Brasil, fiquei um ano fazendo essa pesquisa. Quando estava escrevendo este trabalho sobre freiras, fui um dia pra UFRGS visitar uma colega e vi num mural que iria ter um concurso na área de métodos em Ciências Sociais para a FURB [Fundação Universidade Regional de Blumenau], em Blumenau, que era na região que eu estudava, a região do convento e das freiras. Então eu fiz o concurso e passei. E na banca desse concurso para FURB estava o professor Silvio Coelho dos Santos, e foi ali que nós nos conhecemos pessoalmente. Foi graças a isso que eu vim, depois de acabar minha tese, para Florianópolis, ele me trouxe pra a UFSC. Então eu passei no concurso e se juntou mais uma tarefa no meu cotidiano que já tinha a escrita do relatório da pesquisa sobre freiras e da tese sobre violência contra mulher e eu tinha de ir a Blumenau dar aulas de introdução à Sociologia, Antropologia da Arte e outras disciplinas. Dei aula, por um semestre, em vários cursos, pois o curso de Ciências Sociais ainda estava iniciando em Blumenau; consegui uma licença para acabar minha tese, e voltei para Paris, onde fiquei até abril de 1988. Ao acabar a tese, voltei novamente para Blumenau. Em junho, houve um concurso de Antropologia na UnB, e fiquei em segundo lugar, mas só tinha uma vaga. Então, o professor Silvio começou a me pedir pra que eu fosse para a UFSC como bolsista recém doutora pelo CNPq. Na época tudo isto era muito difícil, não era como hoje, com várias bolsas, em todos os níveis. O campo da Antropologia no Brasil tinha, talvez, no máximo, uns 50 doutores. Quando eu cheguei no PPGAS da UFSC havia 6 professores doutores. Bom, eram pouquíssimos professores doutores no Brasil, um número super limitado. E o pessoal da UnB, que já tinha um curso de pós-graduação consolidado, começou a tentar conseguir uma bolsa, um contrato de professor visitante, queriam muito que eu fosse pra lá e também recebi um convite de colegas a UFPb, Lourdes Bandeira e Eleonora Menecuci (que hoje é nossa ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres), para ir à João Pessoa como professora visitante. E aí, um belo dia, o

Silvio me telefonou - ele era representante de área no CNPq - e disse: “Eu estive ontem com o Klaas Wortmann, na reunião do CNPq e ele me disse que a UFRGS está querendo que tu vás para lá com bolsa de recém-doutora, mas eu quero que tu venhas pra Florianópolis. Tu não queres ficar aqui na Ilha?”. E eu disse “Claro, quero” [risos], e aí ele me disse: “Escreva um projeto de recém-doutor pra tu ficares aqui na ilha”. Foi o Silvio mesmo que me telefonou, porque eu não teria feito sem a demanda dele e eu estava em dúvida sobre os outros convites. E aí eu fiz o projeto para esta bolsa de recém-doutora, para finalizar a pesquisa sobre freiras e ganhei a bolsa. Então eu estava em Blumenau e vim trabalhar aqui em março de 1989. Depois fiz concurso e fui contratada regularmente para dar aula aqui; em Blumenau fiquei trabalhando na área de métodos, eu tinha 19 horas em sala de aula por semana; um dia o reitor me chamou dizendo “Ah, você tem doutorado – me mostrou uma carta – e nós temos uma demanda – era da FIESC [Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina] local, do Vale do Itajaí – que quer que a gente faça uma pesquisa sobre os acidentes de trânsito em Blumenau, porque está tendo uma grande incidência de operários faltando nas fábricas por conta dos acidentes de trânsito, das motos”. E isso era importante para a FURB, porque as empresas apoiavam seus funcionários a pagar as mensalidades da FURB, pois a maior parte dos estudantes era do setor de secretaria das empresas, e estudavam na faculdade à noite. Ou seja, a FURB tinha todo o interesse em fazer uma pesquisa solicitada pela FIESC. E então o reitor disse “Tu és a única doutora aqui, se tu quiseres, nós vamos te dar – nem eram 20 horas de pesquisa – 10 horas ou 15 horas para fazer isso.” Aí eu pensei: “Tá, vamos nessa.” Mas eu não sabia nada, nada. Aí eu montei um grupo de pesquisa, foi minha primeira experiência com bolsistas de graduação, ali na FURB, era a primeira turma de Ciências Sociais, alunos que estavam começando como o Carlos Hoffman, Adiléia Bernardo, Marcos Matteudi e outros com os quais não mantive mais contato. Hoje são todos professores, alguns da FURB, outros em vários lugares do Brasil. Eu tinha 30 anos, era quase da mesma idade de muitos dos meus alunos, daquela primeira geração. E fizemos a pesquisa indo aos hospitais, fazendo etnografia, acompanhando as pessoas em casa depois que saíam do hospital, como eram as sequelas, quem os cuidava, como faziam para se virar até voltar ao trabalho. Essa foi minha primeira experiência institucional de pesquisa, que não era de gênero, mas que tinha a ver com o tema porque a gente começou a ver que quem mais se acidentava eram homens jovens, de moto, porque eram trabalhadores das indústrias que usavam este meio de transporte, mais econômico do que carro e também era um momento de desenvolvimento da indústria de motocicletas no Brasil. Aprendi muito com aquela rápida experiência de pesquisa coletiva, sobre um tema novo para mim.

Então, em março de 1989 eu fui pra UFSC, e a professora Anamaria Beck, que é uma outra pessoa a quem eu devo muito por estar aqui, me chamou – ela era diretora do CFH [Centro de Filosofia e Ciência Humanas] – dizendo “Agora no mês de março vamos fazer um evento de gênero, sobre a mulher, aqui no CFH”. Eu respondi: “Vamos, vamos”. Aí fizemos, foi o primeiro encontro de gênero no CFH em março de 1989. Foi muito legal, juntou várias pessoas que estavam ali estudando gênero e que não se conheciam. Só para lembrar, este era um grupo novo, pois uns anos antes, em 1984, tinha sido criado um Núcleo de Estudos sobre a Mulher na UFSC, sob influência da Fanny Tabak, professora do Rio de Janeiro que tinha vindo à UFSC estimular a criação deste tipo de núcleo. Eu estava aqui na época, participei da criação do núcleo, ele existiu durante um certo tempo mas em 1989 já não existia mais.

Vinicius – Era um núcleo da UFSC, de professoras da UFSC?

Miriam – Da UFSC, de estudantes de pós-graduação, na época só tinha mestrado na UFSC. Da primeira leva, tinham participado professoras e estudantes da época, algumas que também tinham participado do Grupo Amálgama, que não era um grupo de pesquisa, era um grupo mais de vivência e de autoconsciência. E a maior parte deste novo núcleo, que criamos em 1989, era de alunas e professoras jovens. Eu nem era professora ainda, eu estava com bolsa de recém-doutora. Mas tinha um grupo das mais velhas, que eram da Letras, a Suzana Funck, Zahidé Muzart e a Carmen Rosa Caldas Coulthard, todas bem reconhecidas e importantes na UFSC. E elas estavam organizando, nesse ano, o 3º Encontro de Mulher e Literatura, que era uma coisa que existe até hoje, encontros sobre a questão da mulher na Literatura. E elas iam fazer o encontro em Florianópolis, e aí elas nos chamaram pra sermos da comissão organizadora, e eu aprendi muito com elas. Eu também tenho uma dívida imensa com essas três professoras da Letras, que não tinham um núcleo de gênero, mas faziam esse encontro e nos ensinaram muito como lidar com as coisas na universidade, na reitoria, pedir dinheiro, organizar e fazer. Eu aprendi muitíssimo com elas. A gente criou esse núcleo, que tinha a sigla NEG (Núcleo de Estudos de Gênero); esse núcleo se reunia toda semana, e gente discutia os trabalhos de todas nós. Durou um certo tempo mas, como no Núcleo da Mulher anterior, as pessoas se dispersaram pois foram fazer doutorado fora e algumas que eram estudantes se foram para outros lugares.

Vinicius – E o NIGS?

Miriam – A gente criou o NIGS em 1991. Hoje a gente vê que sua criação se deu um pouco de trás para diante. O marco de criação do NIGS foi quando a gente foi para o congresso do que hoje é RAM, que na época era ABINHA (Reunião da ABA-SUL) em Curitiba, em novembro de

1991. Na ocasião, a gente fez um grupo do qual saiu o livro “Trabalho de campo e subjetividade”. Fizemos um encontro no qual foram várias pessoas, eram meus orientandos e orientandas que estavam fazendo dissertações em Antropologia, e a gente apresentou várias pesquisas em torno de um tópico que a gente estava estudando, que era a questão da subjetividade e gênero. Então, ali foi um marco: 13 de novembro de 1991, lá em Curitiba. Foi um primeiro momento de criação, mais público, do núcleo que já se reunia uma vez por mês aos sábados, o dia inteiro. Mas o nome NIGS só surgiu muitos anos depois, em 1999, pois até então era só núcleo de estudos de gênero no Laboratório de Antropologia. Se discutiu muito o nome que o núcleo teria e até hoje umas pessoas brincam, lembrando “Ah, podia ter sido Afrodite”, que foi um dos nomes que se cogitou.

Vinicius – É nesse momento as questões LGBT começam a ser trabalhadas junto com as questões do feminismo na UFSC?

Miriam – Não. A primeira disciplina que eu dei na pós-graduação, logo que entrei, em 1989, foi de gênero. Antropologia da Mulher. As questões LGBT eram absolutamente tabu, impensáveis. Eu lembro que quem trouxe, de forma super militante, estas questões para a UFSC, foi o José Gatti, que era professor de Cinema, no curso de Jornalismo. Ele voltou de Nova Iorque, do doutorado, super militante, e eu me lembro inclusive de vários embates, porque ele estava discutindo a Parada do Orgulho Gay, a importância do *coming out*, e ele mobilizou toda uma juventude no curso de jornalismo. Tinha um grupo ali, de estudantes que se reconheciam como gays e lésbicas, mas era uma coisa mais militante do que de pesquisa mas que hoje avalio ter tido um papel importante para fazer emergir publicamente a questão LGBT na UFSC. A gente trabalhou junto em 1995-1996 num curso de Especialização em Estudos Culturais. Foi, aí, um primeiro momento em que se começou a falar dessas questões graças ao Gatti, que começou a mostrar filmes naquele curso. Foi ali que a gente passou pela primeira vez *Paris is Burning*, hoje um ícone dos estudos trans. Foi ele quem trouxe o filme dos Estados Unidos e foi ali a primeira vez que eu vi e discuti esse filme. Então, a questão LGBT não era uma coisa nem fácil, nem tranquila. Ela existia, mas também não existia. A gente discutia, fazia leituras, mas não era uma coisa muito politizada, visível. Para mim, foi depois que eu fiz um pós-doutorado na França, em 1996/1998, que eu comeci a estudar parentalidade homossexual. Quer dizer, não era meu projeto de pesquisa pós-doutoral. Eu estava lá e começou a ter movimentações da APGL [Association des Parents et Futurs Parents Gays et Lesbiens] e dos movimentos e opinião pública em torno do PACs [Pacte Civil de Conjugalité]. Eu estava na equipe da Héritier, no LAS [Laboratoire d’Anthropologie Sociale], estudando parentesco. E escutando todo aquele debate

público, me interessou estudar famílias de pais e mães do mesmo sexo, com a motivação de eu estar no grupo de estudos sobre parentesco, naquele momento. Aquilo ali foi uma coisa que surgiu de forma muito espontânea, paralelamente à pesquisa que eu estava fazendo sobre a História das mulheres na Antropologia. Mas, só para lembrar, durante meu doutorado eu ia a muitos seminários, eu tive muita influência, em minha carreira, do que aprendi no doutorado, que não foi só durante o ano do DEA [Diplôme d'Etudes Approfondies], quando se faz os créditos, mas durante todos os anos do doutorado, eu continuei a frequentar seminários, cursos. Não necessariamente só na Universidade de Paris V, onde eu estudei. Depois que terminei o doutorado eu continuei indo pra França todos os anos. Desde 1982, não houve nenhum ano que eu não tenha ido pra França ao menos uma vez. Então eu sempre ia e ficava vários meses, porque antes uma viagem aérea custava caro, e tinha que ir para ficar muito tempo. [risos] Agora tudo mudou, mas bom... A gente até escreve isso nesse artigo, que acabei de escrever com a Carmen Rial, que foi apresentado em congresso da IUAES [International Union of Anthropological and Ethnological Association] em Nápoles. A gente estuda a nova migração, que está sempre em movimento. Porque é isso, hoje é tudo mais barato, a passagem é mais barata, internet, telefone a cabo, skype, etc. Naquela época era só carta: tu mandavas uma carta, levava uns 5 dias úteis para ir, e depois a outra pessoa respondia, mais uns 5 dias uteis, no mínimo, duas semanas para se ter uma resposta de uma pergunta que tu fazias numa carta. E era o momento que, em Paris se fazia ligação de graça. Se descobria que lá em algum lugar tinha um telefone público que estava quebrado, e tinha filas de brasileiros para ligar. Mas no Brasil nem todo mundo tinha telefone, então não adiantava, não era tão fácil assim se comunicar. Porque aqui mesmo, no Canto da Lagoa, nós só tivemos telefone em 1989. Até 1989 não tinha telefone aqui, e a estrada era de terra e nem pegava televisão.

Vinicius – Eu gostaria de pensar um pouco na Journée que fizemos, que estabelece essa perspectiva comparativa entre o Brasil e a França. A tua trajetória fala da consolidação desses estudos nos dois países, os relatos que você faz sobre as dificuldades de comunicação entre pesquisadoras brasileiras e francesas ainda na década de 1990; eles nos fazem pensar sobre o fato de, em 2012, estarmos realizando um evento comparado entre Brasil e França, com pesquisadores de ambos os países e que é transmitido pela internet. Estamos falando de novas formas de se produzir movimentos sociais, no contexto de uma sociedade de redes. Quais são as possibilidades que se abrem, na sua opinião, com esses novos diálogos entre movimentos sociais de diferentes lugares?

Miriam – Eu acho que a última década foi o momento onde se desenvolveram esses estudos sobre sexualidades e eles passaram a ter esse espaço e a existir também na universidade. Foi quando começaram eventos como a ABEH [Associação Brasileira de Estudos da Homocultura] e o ENUDS [Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual]. Também foi o momento da chegada das teorias feministas e queer e toda a influência de autoras como Judith Butler. Eu acho que o que caracteriza mesmo esse momento é essa fluidez, que era algo que eu já tinha no feminismo: as pessoas militantes dos grupos feministas que vinham estudar na universidade e voltavam para o movimento, ONGs, redes nacionais e internacionais. Foi o que os movimentos LGBT assumiram nos anos 2000. Não que não estivesse lá, junto com o feminismo nos anos 1970, mas era muito mais localizado em poucos lugares. Nos anos 2000 é que há uma emergência dessa militância LGBT, da “visibilidade”. O que o Felipe Bruno Martins Fernandes mostra, na tese dele, é que as políticas públicas do governo Lula vão ser fundamentais pra essa visibilidade e para o lugar que esse movimento vai ter. E também é importante lembrar que a gente constrói também a legitimidade destes estudos, deste campo, no espaço acadêmico. Eu me lembro que, quando voltei de Paris e fiz meu primeiro projeto de pesquisa para o CNPq, sobre essas questões, eu mesma tinha muita dúvida se eu não ia colocar minha carreira em risco, se meu projeto seria aceito pelos pesquisadores do CNPq.

Vinicius – Em que ano exatamente?

Miriam – Início dos anos 2000. Eu estava entrando na representação de área na CAPES. Foi antes, foi depois ou foi junto, não sei. Eu já era uma pesquisadora reconhecida, eu tive o projeto aceito porque eu era uma pesquisadora reconhecida, isso eu sei. Mas eu tinha receio de abrir uma linha de pesquisa sobre isso. Eu trabalhava sobre violência, eu era reconhecida nesta área, já tinha feito muitos projetos de pesquisa. Eu havia feito o relatório sobre violência contra a mulher no Brasil para a conferência de Pequim, então eu tinha todo um respaldo nessa área. Tinha trazido a REF [Revista de Estudos Feministas] para a UFSC, eu era editora da REF. Então eu tinha uma garantia no campo acadêmico, mas ao mesmo tempo, eu lembro que não era uma coisa absolutamente exótica, estranha, estar na representação da CAPES e estudando essas questões.

Vinicius – No encerramento do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9, em 2010, foi lida uma moção reivindicando a criação de um comitê de Estudos de Gênero e Sexualidade na CAPES e CNPq. Como você vê as políticas científicas nesse campo no Brasil, atualmente? E também na França? Você falou sobre a atuação do Godelier no CNRS durante a década de 1980;

o que mudou? Também é comum ouvir em seminários e eventos franceses que os estudos de gênero ainda não são levados a sério pelas agências de fomento à pesquisa – como ouvi por parte de um professor num seminário intitulado *Politiques des Sciences*, precisamente sobre as atuais políticas científicas francesas.

Miriam – Essa questão é realmente muito importante e interessante de se colocar. Há duas grandes diferenças, no meu ponto de vista, sobre entre os lugares que esses estudos ocupam no Brasil e na França. Uma é do ponto de vista epistemológico, dessa relação entre ação – militância – e teoria – investigação. No Brasil, isso é legítimo; na França isso é totalmente ilegítimo. Eu lembro quando o Jérôme Courduriès veio aqui pra Florianópolis, e nós mostramos as fotos da parada LGBT, com os pirulitos que fizemos, com frases provocativas no campo dos estudos de gênero e levamos na parada, e ele não acreditava. “Eu não posso imaginar que uma equipe de pesquisadores vá para a parada LGBT se identificando como tal” [risos]. É claro, era uma ação política, justamente de dizer que a UFSC estava lá, presente, apoiando a militância, militando também. E depois que eu ganhei o projeto dessa rede de pesquisa sobre “conjugalidades e parentalidades” junto com o Luiz Mello da UFG e a Anna Paula Uziel da UERJ, eu sempre dizia nas entrevistas que dava na imprensa: “Estes dados são de uma pesquisa financiada pelo CNPq”. Quer dizer, então eu também aproveitei muito da minha legitimidade, do meu recurso institucional, dizendo “Não, isso não é militância, isso é pesquisa”. Então eu acho que essa legitimidade foi muito importante para o campo, no Brasil, e acho que na França essa legitimidade não aconteceu ainda. Até porque o próprio campo militante é super mal visto na França. Por exemplo, Pierre Bourdieu vai escrever “*La Misère du Monde*” no final da vida dele, quando ele vai pra televisão defender os movimentos sociais, e é um livro, a meu ver bem militante, na forma como traz em formato integral os depoimentos de pessoas que vivem em situações de pobreza, nas banlieux de Paris. E ele é super criticado por suas intervenções políticas públicas; isso eu acompanhei na França. E ele era, então, professor do Collège de France, portanto super legitimado institucionalmente. O mesmo aconteceu com Michel Foucault, mas ele militou algumas décadas antes, depois morreu cedo e esse lado controvertido de sua trajetória desapareceu nas narrativas oficiais sobre ele. Mas os intelectuais que se engajam dessa forma, por mais que haja toda aquela mitologia do “*intellectuel engagé*”, com Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, isso na França é desqualificador até hoje. Então eu acho que isso é uma diferença: na França isso te desqualifica; e no Brasil isso não te desqualifica. Não é que isso seja obrigatório e que todo mundo faça isso. Mas nós temos pesquisadores de ponta, no Brasil, que estudam essas questões e que são reconhecidos e respeitados. Claro, no caso da Antropologia, a ABA é um bastião importante para a defesa pública dessas questões. Até essa

semana saiu mais uma moção de apoio da ABA sobre a questão dos direitos LGBT na proposta de mudança de legislação que está sendo feita por um grupo de juristas. Mas é claro que a ABA também vai-e-vem em suas posições, porque as pessoas que estão lá tem maior ou menor proximidade ideológica, pessoal, com o tema e depende também das pressões que a diretoria recebe das comissões, dos associados. O segundo ponto é a institucionalização: as vantagens que as mulheres tiveram no Brasil. Não gays, lésbicas e travestis, porque as travestis continuam sem nenhum lugar – e está a nossa luta aí pelo nome social. Mas mulheres no Brasil puderam entrar na vida acadêmica nos anos 1970, quando teve o boom mundial no campo científico, e puderam entrar no campo dos estudos feministas, porque era um campo que estava se abrindo. Foi nos anos 1970 que, no Brasil, se abriram para valer as universidades e sobretudo a pós-graduação. Então foi junto com uma geração entrando no mercado de trabalho que se abriu o campo deste mercado acadêmico, de pessoas podendo trabalhar nestas temáticas. Isso foi o que permitiu que as mulheres entrassem nas universidades no Brasil; muito diferente de lugares como a França, onde as mulheres estavam presas em um sistema universitário muito mais fechado porque institucionalizado desde o início do século XX. Já estava cheio de homens ocupando todos os espaços de poder e as vagas nas universidades. Então não tinha lugar para mulheres entrarem. Na verdade não tinha lugar nem para homens nem mulheres jovens, enquanto que, nessa mesma época, no Brasil e em vários lugares do mundo, as mulheres entraram no sistema de ciência e tecnologia para valer. Então, essa é uma primeira diferença da entrada das mulheres e do feminismo no campo acadêmico. Não é só que a teoria feminista não entrou e que foi desvalorizada porque era um conhecimento suspeito. Ela deixou de entrar nas universidades porque não tinha onde se alojar, nas cátedras já bem definidas, não havia aposentadorias que liberassem vagas. Então as que vão abrir o campo acadêmico a estas questões são aquelas que já estavam no sistema, como por exemplo a Michelle Perrot, que vai abrir a linha da História das Mulheres. Também a Agnès Fine, em Toulouse, que trabalhava com questões clássicas do parentesco, do dote e Françoise Héritier, que começou a estudar questão de gênero nos anos 1990. O livro “Masculin-Féminin” é de 1996, época que fiz o pós-doutorado com ela. E essas coisas são conjunturais, pois elas estavam num lugar acadêmico, tinham legitimidade institucional e se engajaram nessa questão. Mas outras pessoas que ficaram anos estudando isto, de forma sempre mais marginal, não tiveram o mesmo reconhecimento, como Nicole-Claude Mathieu, que é uma teórica feminista francesa, vinculada ao LAS. Então, eu acho que mulheres, gays e lésbicas não entraram no sistema acadêmico francês por suas pesquisas com esses temas. Entraram porque eram pessoas competentes em outras coisas, e deixaram as questões identitárias de lado. Até porque, na França, a vida pessoal e a profissional não se misturam como no Brasil.

Essas questões eram assim veladas: “o cara é gay mas não se fala sobre isto”. Não se devia, até pouco tempo atrás. Enquanto que, no Brasil, como a vida pessoal e a vida profissional são muito mais interligadas, você não pode fazer vida acadêmica no Brasil sem uma ampla rede de relações pessoais e sociais. Sem um grupo de pertencimento tu não vais a lugar nenhum. Então aqui, no Brasil, ninguém podia esconder que era gay, lésbica, porque isso eram coisas que eram mais visíveis e também junto com isso estava a coisa da militância. Então, eu acho que essas são as duas grandes diferenças entre a França e o Brasil sobre o lugar destes pesquisadores no campo científico – se reconhecido institucionalmente ou não - e sobre a relação entre produção de conhecimento, se engajada ou não. Então, eu acho que essas são as diferenças. E o que aconteceu na jornada? Eu fiquei super emocionada, para mim, pessoalmente, foi um momento muito forte, muito importante na minha história, na minha trajetória acadêmica, na minha vida pessoal/profissional porque eu acho que foi um momento onde a gente conseguiu, de modo pequeno e pontual, mesmo sendo em um lugar fora do espaço institucional da universidade, na Maison du Brésil, a gente conseguiu trazer muita gente. E a gente trouxe o diálogo que já tínhamos com pessoas que já trabalhavam com a gente, como o Michel Bozon, que já tinha vindo à UFSC várias vezes e trabalha sobre as questões de sexualidade. Também com o Eric Fassin, que é uma pessoa com quem tínhamos uma relação mais distante, mas que já conhecia e que veio prestigiar nosso evento, pessoas como a Ilana Lovy, que é uma das principais pesquisadoras feministas da ciência na França.... eu não a convidei, ela foi porque ficou sabendo.... como Barbara Glowczewski que não estava em Paris, mas mandou vários alunos de sua equipe participarem, outros jovens pesquisadores que vieram de várias universidades de Paris e do interior e até colegas que vieram da Espanha e Portugal, por terem alguma afinidade com o tema, com o Brasil, por quererem se aproximar de nossa equipe, etc. O outro ponto importante foi ter juntado acadêmicos com militantes e isto é a marca mesmo do que nós fazemos no Brasil, juntando universidade com movimentos sociais.

Caterina – Eu fiquei muito impressionada mesmo com isso, professora. Mas lembro que eu convidei as pessoas do SOS Homophobie pra mesa sobre questões gays e ninguém veio. Mas enquanto à situação da França, temos que lembrar que a cultura republicana deste país dificultou muito a toma de palavra no nome das minorias e grupos particulares, pois isso parece ameaçar os ideais universais da “République” e introduzir um perigo de “comunitarismo”. O seja, falar no nome das minorias sexuais, de gênero ou mesmo raciais foi durante muito tempo percebido como algo supostamente incompatível com o universalismo republicano. O Eric Fassin tem reflexões lucidas e pertinentes sobre este ponto...

Miriam – E só para lembrar, foi muito difícil conseguir que militantes franceses viessem. Os gays, não conseguimos trazer. Houve um embate também entre as trans e as lésbicas. Porque para o campo militante da França, o campo acadêmico é visto como um mal, eles acham que é um perigo, que o movimento vai ser recuperado pela universidade. Então, eu acho que Journée foi um marco por ser um evento acadêmico-militante, com impacto para os dois lados, França e Brasil. Os vídeos de grupos acadêmicos e militantes que a gente recebeu do Brasil e mostrou no início de cada sessão também foram muito impactantes, pelas coisas que disseram, pela forma que cada um escolheu para falar de seu grupo para um público francês.

Vinicius – Então, de algum modo, o movimento brasileiro está produzindo algo no contexto francês?

Miriam – Não sei se está produzindo, mas eu acho que quem foi ao evento percebeu o impacto. Essa coisa, a gente nunca vai saber se teve impacto real mas do nosso lugar, a gente produziu, a gente acha que foi legal, que veio muita gente. Estava aquele frio horrível naquele auditório modernista onde a calefação funcionava mal, num dos dias mais frios do inverno em Paris, e mesmo assim as pessoas ficaram lá até o final. Eu acho que essa de articular movimento e academia, é uma característica importante brasileira que a gente trouxe para contribuir com os estudos franceses. Nosso lugar foi mostrar que a gente cresce muito no campo acadêmico, na pesquisa, se a gente dialoga com o campo militante. Porque o campo militante está na vanguarda da vivência, da experiência concreta que permite a gente teorizar melhor... Por exemplo, por que eu acho que é tão importante ter no NIGS pessoas com muitas diferenças identitárias? Negros/as, pessoas com deficiência, pessoas trans, lésbicas, gays, héteros, brancos, pessoas vindas de diferentes origens sociais, de escola pública, de escolas privadas, de elite, do interior, de experiências cosmopolitas internacionais, etc. Eu acho que a presença destas diferenças obriga todo mundo a repensar seu lugar no mundo, seu lugar de conhecimento. As pessoas que nunca se viram como diferentes, brancos, héteros, sem deficiência, de elites intelectuais, podem repensar seu lugar de poder adquirido sem pensar, pela presença de pessoas bem diferentes delas na equipe. Nesse diálogo, também os “diferentes” que estão mais acostumados a viverem entre os diferentes (eu sou lésbica vou ficar com as lésbicas, eu sou trans vou ficar com as trans, etc) se defrontam com outras formas de se colocar no mundo e aprendem também com os que chamo de “branquinhos” e com outras experiências de vida subalternas. Eu acho que o que a gente consegue fazer no NIGS é um projeto político e teórico, ao por para trabalhar juntos e dialogar essa/es pesquisadora/es que vêm desses vários lugares. O que acrescenta para a teoria? Acrescenta a experiência da pessoa que é negra e que sabe o que é racismo porque é negra e vive

o racismo no seu cotidiano. A pessoa é trans, que compartilha sua experiência cotidiana e obriga também o grupo a lidar com ela quando atua na área de gênero. A pessoa que tem a experiência da deficiência auditiva mostra também para os outros, que eles agem como se ela não existisse quando falam olhando para outro lado, com a mão na boca, muito rápido. Para um jovem, branco, de camadas médias, que estuda na UFSC com mesada da família e tem a bolsa só para seus gastos de lazer, é muito bom ver e ter de se confrontar no cotidiano com outro colega, no núcleo, que precisa pagar todas suas contas e sobreviver o mês inteiro com a bolsa de 400 reais e às vezes até ajudar a família com sua bolsa. O que estas diferenças nos ensinam? Que eu até posso teorizar sobre a vida de outros grupos, mas eu não saberei qual é experiência real de viver na subalternidade ou no espaço de poder se não for confrontado cotidianamente com elas. E aí entram autoras como Joan Scott, com seu texto sobre a experiência enquanto categoria teórica. Eu acho que a experiência é sempre subjetiva e que nosso esforço é conseguir transformar o que é pessoal em coletivo, social, histórico. E aí que surge, não por acaso, o nome de nosso núcleo - Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades -; quer dizer, experimentar subjetivamente um lugar diferente no campo do gênero e da sexualidade, da raça, da deficiência, das múltiplas diferenças. O nome do núcleo ajuda o grupo a pensar que está sempre em um lugar situado nessas diferenças. E ao mesmo tempo, o grupo, nas suas “normalidades”, te ajuda também a relativizar as micro-opressões identitárias. Quer dizer, eu acho que isso é uma experiência concreta, prática e teórica do que a gente faz no NIGS. Eu acho que isso é bastante característico do campo acadêmico brasileiro e existe em outros lugares do Brasil, como por exemplo, lá em Goiânia, no grupo do SerTão. Porque, para nós não é só um projeto político, é um projeto teórico: nós queremos transformar a prática, e produzir conhecimento – teoria - a partir desses lugares.

Vinicius – Para finalizar, que gostaria que você falasse um pouco sobre o que significa Paris pra você. Você sabe que a Revista se chama *Passages de Paris*, numa bela referência às passagens, então eu gostaria que você falasse um pouco mais especificamente sobre sua relação com a cidade.

Miriam – Eu adoro o nome *Passages de Paris* porque é um lugar com historicidade, criado no final do século XIX, o lugar onde eu mais vou passear quando estou em Paris. As pessoas vão para Paris e querem conhecer a Torre Eiffel, o Louvre, mas eu sempre levo quem chega lá pela primeira vez para as Passagens, nos Grands Boulevards, porque pra mim foi tão marcante ter lido Walter Benjamin e entender, pela leitura de Benjamin, que é nas Passagens de Paris que se constrói a modernidade, o urbano. Então, pra mim, esse é um lugar que eu gosto muito e tem

muito sentido pra mim. Acho também que “passages” significa também esta cidade, Paris, na qual estou sempre passando, às vezes por pouco, às vezes por mais tempo. E isto é o mesmo para muitos colegas e amigos que tenho. Paris é o lugar em que eu mais vivi na minha vida, eu nasci em Porto Alegre, saí de lá quando eu tinha 23 anos para fazer meu doutorado. Saí e nunca mais voltei. Depois do doutorado vim morar em Florianópolis, onde estou há mais de duas décadas. Eu já tinha morado em Paris quando eu tinha 10 e 20 anos. Paris é o lugar em que eu mais morei. Minha vida hoje está em dois lugares. Eu vivo uma parte da minha vida aqui em Florianópolis, no meio do mato, num lugar onde construímos um projeto ecologista. E aqui na UFSC construí minha carreira, minha equipe de trabalho, meu espaço profissional. E a outra é a vida urbana daquele pequeno espaço parisiense, num bairro que eu gosto muito, que foi o bairro onde eu mais morei em Paris, o 13eme. Na Place d’Italie, eu já tive quatro ou cinco endereços, até comprar nosso apartamento ali. Morei na Cité Internationale Universitaire de Paris, morei em outros lugares mais pontualmente, mas o lugar onde eu mais morei é ali na Place d’Italie. Então, Paris pra mim é isso, minha segunda vida. Segunda não, é a minha vida dividida em duas; metade está lá. Lá é o lugar onde eu vou ao teatro, a exposições em museus e galerias, que eu vou a museus, que eu vou a bibliotecas, seminários e colóquios. É também o lugar da sociabilidade acadêmica e intelectual com o mundo brasileiro e internacional. Em Paris, eu encontro a maior parte dos meus colegas brasileiros e muitos com os quais fiz amizade pelo mundo, pois é lá que eles passam sempre em algum momento da sua vida e é lá que a gente se encontra.

8.2 Engajamento político e acadêmico

Esta entrevista foi realizada no hotel Imirá, em Natal em 6 de agosto de 2014, durante a 29ª Reunião Brasileira de Antropologia por Celso Castro da Fundação Getúlio Vargas. Trata-se de uma entrevista filmada cujo objetivo é disponibilizar on line no quadro do projeto Cientistas Sociais de Países de Língua Portuguesa da Escola de Ciências Sociais/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Destaco, nesta entrevista, as reflexões feitas sobre minha trajetória familiar e no campo da Antropologia Brasileira.

Celso Castro – Miriam, em primeiro lugar, obrigado por aceitar o convite, principalmente no meio de um evento, no qual você é muito demandada. No início, eu queria que você falasse um pouco sobre sua família, suas origens, sua formação escolar ainda antes de ingressar nas ciências sociais.

Miriam Grossi – Eu nasci em Porto Alegre. Meus pais já tinham se conhecido no movimento estudantil católico, na JUC. Meu pai é médico pediatra, minha mãe é matemática, trabalhou sua vida inteira no campo da educação. Nasci em 1958, num momento, ainda, onde a questão política era muito forte na minha família, nos amigos dos meus pais. Então eu vivi já nesse ambiente de militância, mas uma militância ligada a engajamento. Eu lembro, desde pequena, de acompanhar minha mãe, à noite, num bairro operário, para alfabetização no método Paulo Freire. Então foi esse, digamos, o ambiente no qual eu fui criada. Sempre um ambiente mais intelectual. E estudei em alguns colégios em Porto Alegre; um deles, na escola primária, que era o Colégio João XXIII, também, na época, um colégio criado por pais que queriam uma educação diferente para os seus filhos. Depois, esse colégio se transformou muito mais num colégio de elite e menos, digamos, na proposta que era inicialmente, onde eu estudei no primário. Quando eu tinha dez anos, em setembro de 1968, fui com meus pais para Paris. Eles foram estudar, na época, com uma bolsa do governo francês, cada um na sua especialidade, e eu tive a minha primeira experiência, então, numa escola francesa. E aí era uma escola pública, como é a educação francesa, muito rígida, era radicalmente diferente da formação que eu tinha tido até então, super progressista, liberal, alternativa, mas foi uma experiência marcante na minha vida, que se refletiu depois na minha carreira profissional acadêmica: a relação com a França. Eu morei lá durante um ano e meio...

Celso – Foi em Paris?

Miriam – Na verdade, eu morei numa *banlieue* de Paris, em Boulogne-Billancourt, que é ao lado de Paris. Fui, então, numa escola pública, lá. Tive muitas experiências importantes. Aprendi francês, que eu acho que foi a coisa mais importante nesse momento, e o francês junto com outra experiência cultural.

Celso – Essa ida dos seus pais para a França teve a ver com o contexto político no Brasil?

Miriam – Na verdade, meus pais nunca estiveram exilados. Eles sempre foram muito engajados. Até, esses dias, teve um almoço familiar, vieram afilhados deles, do meu pai, da minha mãe, e eles começaram a contar coisas que eu nem lembrava. Eles eram sempre muito engajados nisso, na esquerda católica. E estavam contando disso, de quando construíram a igreja, que todas as pessoas, que eram jovens profissionais liberais, no início dos anos 60, médicos, engenheiros, advogados, e que eles tinham se engajado num empréstimo, empenhado as casas que eles tinham para construir a igreja. Uma perspectiva muito progressista. Só que tudo isso, com 1964, eles se afastaram, foram gradativamente se afastando desse lado da igreja, porque a igreja progressista foi para a ilegalidade, e eles sempre ficaram nessa posição mais de apoio, de acolher pessoas. Foram coisas que não são muito contadas, mas de várias pessoas que eles acolheram. Por exemplo, Porto Alegre era uma rota de fuga durante a ditadura, de pessoas, então eles acolheram muito, no quarto de empregada – uma família de camadas médias tinha quarto de empregada na época. O quarto de empregada era o lugar onde as pessoas entravam por uma outra porta, não se via. Então, ali, dormiram muitas pessoas que iam para o exílio. Havia uma rede, na qual eles participaram.

Celso – Mas em setembro de 68, quando vão, não tem nenhuma conotação de segurança...

Miriam – Não. Nesse momento eles foram, realmente, com uma bolsa de estudos. Meu pai foi para fazer um curso no instituto internacional da infância, onde tinha médicos pediatras de vários lugares do mundo. Sempre nessa perspectiva muito humanista de respeito à infância, que vai dar nessas políticas mundiais de proteção à infância. E minha mãe já foi, naquele momento, fazer o mestrado em matemática. No Brasil, em 68, programas de pós-graduação eram muito poucos. Em Porto Alegre, onde a gente morava, praticamente inexistiam. Mas, para mim, esse período que a gente ficou lá - de setembro de 68 até fevereiro de 70 - foi um período (eu tinha dez anos) onde teve essa marca da cultura francesa, mas teve também a marca do ingresso na consciência, digamos, política. Porque muitos amigos deles e pessoas que frequentavam o minúsculo

apartamento que a gente morava em Paris... (Que foi uma mudança radical, também, de classe. Saímos de uma casa, uma coisa confortável, para um apartamento super pequeno, porque a bolsa era muito pequena, uma família com três filhos. Eu era a mais velha. Tenho dois irmãos menores que eu.) ... eram pessoas que estavam exiladas. E uma das coisas que eu lembro, que vai marcar, depois, meus interesses de pesquisa é que foi ali, criança, que eu escutei os primeiros relatos de tortura. Eu até hoje penso isso. Quer dizer, claro, eram coisas que as crianças não podiam ouvir, mas que eu ouvi em algum momento. E esse momento então, quando a gente volta, em 70, ao Brasil, eu era uma criança que tinha uma consciência de coisas que não podiam ser ditas, não podiam ser contadas. A questão do segredo como algo muito importante. Que marcou muito minha reflexão, depois, sobre o campo da política. Uma outra questão, que depois vai voltar, numa pesquisa que eu fiz agora, mais recentemente, com Germaine Tillion. Foi também nessa viagem, a gente fez muitas viagens pela Europa nesse momento. A gente foi ao campo de concentração de Dachau, na Alemanha, e eu perguntei... Ali, bom, tive a experiência de conhecer o nazismo, o que tinha sido a perseguição. E de eu perguntar para os meus pais: “Mas se o socialismo é tão bom, aqui não era o nacional socialismo?” E aí eles me responderam: “Não. Pergunta para o tio Vicente”. O tio Vicente era um sociólogo. Então eu sempre localizo muito que a minha primeira pergunta sociológica, ela tinha que ser respondida por um amigo sociólogo dos meus pais. E de alguma forma, ali, com a questão da violência, foi algo que me levou para as ciências sociais depois, no futuro. Essa foi, digamos, algo da minha trajetória no campo da violência.

Celso – Esse tio Vicente era sociólogo?

Miriam – Ele era sociólogo. É o Vicente Faleiros, que é do campo do serviço social. Ele estava lá estudando sociologia. Era, digamos, reconhecido como sociólogo pelos meus pais.

Celso – E quando voltaram, em fevereiro de 70, você voltou para o mesmo colégio?

Miriam – Eu voltei para o mesmo colégio. Mas aí já era um outro momento, justamente, político. Essa escola já tinha deixado de ser aquela escola de pais de esquerda ligados à JUC e já começava a se tornar uma escola muito mais elitista. E aí meus pais, que tinham uma perspectiva de esquerda, contra o “imperialismo”. E eles acharam que a gente tinha que sair daquela escola e ter uma experiência de escolas públicas. Então eu fui estudar numa escola pública, que também estava começando e era dirigida por uma diretora conhecida, que eles achavam muito interessante, que foi na Escola Tubino Sampaio, ali perto de onde eu morava, no bairro Petrópolis, em Porto Alegre. Lá eu fiz o ginásio. Criamos o movimento estudantil lá, um grêmio

estudantil do colégio. Nesse momento que eu estava no ginásio, 72, eu já integrei um grupo, que na época era o MDB, nem era o PMDB, mas que tinha o IEPES, que era Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais, do qual faziam parte Fernando Henrique, André Singer e vários desses intelectuais do CEBRAP. E lá em Porto Alegre, por várias razões de organização lá, uma parte de pessoas de esquerda se organizaram em torno do IEPES. Eu era do movimento estudantil secundarista e comecei a participar desse agrupamento. Lembro de um inverno super frio que eu fui com a minha prima, que também era desse grupo, para tentar infiltrar o movimento secundarista, que estava todo na mão da direita, dos “pelegos”, e fomos lá para um congresso secundarista em São Borja, na fronteira. Por isso que a gente criou o grêmio. E foi algo que foi bem importante nesse momento, ali, do ginásio.

Minhas experiências de ter vivido na França e as experiências familiares que tinha, me tornavam uma aluna muito diferente naquela escola pública. Havia sempre um desconforto, porque eu fazia coisas de camadas médias – balé, inglês, música –, e era uma experiência, evidentemente, de classe diferente da maior parte dos meus colegas naquela escola. Além disto eu sabia francês e estudava na Aliança Francesa, onde, depois, eu fiz o exame de Nancy. Nessa escola não tinha o segundo grau, e aí a opção que se colocou foi ingressar no Colégio Israelita Brasileiro, em Porto Alegre.

Celso – Mas seus pais são de origem judaica?

Miriam – Não, meus pais não são. Todo mundo sempre pergunta. “Mas teu nome é Miriam, tua mãe é Esther, vocês não são judias?” Talvez cristãos novos. Por isso, eu criei uma relação, também, muito próxima, muito íntima com a cultura judaica. Estudei todo o ensino médio no Colégio Israelita Brasileiro, dos 15 aos 18 anos que é um momento de grandes descobertas e transformações na vida da gente. E meus amigos dessa época são realmente muito importantes. E aí também no Grêmio estudantil, fazíamos atividades ligadas a cultura. Tinha o Teatro Arena em Porto Alegre, do qual nós comprávamos ingresso para uma sessão, vendíamos no colégio, e depois tinha debate com os atores. Eram mil atividades dessa ordem. Existia a Proarte, que promovia concertos de música clássica. O grêmio estudantil tinha uma inserção no campo da cultura e o Colégio Israelita incentivava muito isso. A gente tinha aula de teatro, tinha aula de filosofia, com ótimos professores. Então tinha também essa ambiência cultural muito forte. Era uma escola, claro, de elites, cara, e que formava muito bem para o vestibular, mas que tinha professores realmente brilhantes. E professores ligados à comunidade judaica de Porto Alegre e professores não ligados. Mas o critério, realmente, era os melhores professores. Eu tive ali professores fantásticos, que de alguma forma consolidaram a minha vontade de ir para ciências

sociais. Eu até fiquei muito em dúvida, assim, em algum momento, se eu fazia psicologia, porque eu queria ir para a psicanálise, que também era outro campo que, naquele momento, me encantava muito. Já, em Porto Alegre, tinha muitos amigos dos meus pais psicanalistas, argentinos exilados. Nos anos 70, período das ditaduras militares na América do Sul, eu convivía muito com esse universo dos psicanalistas argentinos. E isso era um campo que eu pensava em seguir Mas aí, graças a essas coisas, esses *acasos*, como diz a Mariza Peirano, tinha vestibular na UFRGS, federal, ou na PUC, particular, e na PUC tinha que fazer uma espécie de psicotécnico, para saber se tu eras habilitado para fazer psicologia. E eu fiz esse psicotécnico e fui reprovada. Então, essa reprovação foi assim um choque. “Como!?” Eu não tinha experiências de ser reprovada pois sempre fui uma aluna de ficar nos primeiros lugares. Com aquilo, eu pensei: Não. Eu ia fazer os dois vestibulares, mas vou para ciências sociais mesmo, na UFRGS. Era o que eu queria. Já convivía com o pessoal das ciências sociais. Porque aí o movimento estudantil secundarista já estava ligado com o movimento estudantil universitário. Então esse momento do Israelita foi um momento, realmente, muito marcante da minha vida e que acho que formou muito a minha experiência intelectual. Paralelamente, eu estudava na Aliança Francesa, lugar que naqueles anos, nos anos 60, 70, junto com o Instituto Goethe, também, em Porto Alegre, eram lugares, mais do que só ensinar francês ou alemão, eram lugares mesmo da cooperação internacional. E, por exemplo, na Aliança Francesa, tinha ciclos de cinema, de filmes e foi ali que eu vi *Nuit et Brouillard*, que é um filme clássico sobre campo de concentração, que depois foi um filme que fez todo o sentido para mim quando eu trabalhei com a Germaine Tillion, essa antropóloga que foi aluna de Marcel Mauss. Ela foi deportada para um campo de concentração e é a primeira antropóloga que escreve sobre este tema, com seu livro intitulado *Ravensbrück* e ela foi uma das pessoas que inspirou e que ajudou no roteiro de *Nuit et Brouillard*. A Aliança Francesa me permitia uma vida cultural muito intensa para além de estudar francês (que fazia aquilo era intensamente, porque eram três vezes por semana, era muito difícil, era um curso de nível universitário), era um lugar onde tinha um espaço democrático de cultura francesa. Uma cultura francesa já de vanguarda e que a gente via ali. Então ali, também, foi um lugar muito importante nessa fase, dos 15 aos 18 anos, o tempo do ensino médio.

Celso – Agora, você entrou para ciências sociais e você fez direção teatral também?

Miriam – Também.

Celso – Entrou para os dois juntos?

Miriam – Não. Foi assim. Minha primeira vontade era fazer psicologia para ir para psicanálise para ser psicanalista, mas na época, grande parte dos psicanalistas eram médicos. Mas como meu pai era médico e eu venho de uma família de médicos, as famílias Pilla e Grossi que são famílias de imigrantes italianos e com muitos médicos, como era obrigatório na época para a ascensão social. Até hoje o meu tio, irmão do meu pai (eram dois irmãos), meu tio Lauro, ele sempre reclama que ele não pôde ser médico porque meu pai era mais velho e foi ser médico, e ele teve que ser engenheiro, porque, afinal, tinha que ter um filho médico e um engenheiro. Eu vinha, então, de uma família de ethos da medicina e eu não queria de forma alguma seguir a profissão dos meus pais. Claro que a gente sabe que depois, no fundo, a gente segue muitas coisas dos pais. Então não queria fazer medicina para não seguir uma carreira esperada na ala patrilinial de minha família e eu também tinha horror de sangue e de hospital. Os argentinos já vinham com essa ideia de que se podia fazer psicanálise por vários caminhos e como desisti da psicologia e eu sempre quis fazer teatro eu primeiro fiz vestibular para ciências sociais, que era o que eu mais queria, em 77 e já comecei, nesse primeiro ano, a fazer o curso 2 que eram até duas matérias de outros cursos. Comecei já a fazer disciplinas do curso de direção teatral e no ano seguinte, eu fiz o vestibular e entrei no curso. E aí fiquei fazendo em paralelo os dois cursos. Mas aí aconteceu uma outra coisa, que no segundo semestre de 78, meus pais voltaram à França, de novo, para estudar. Minha mãe foi fazer doutorado e eu estava já na faculdade e fiquei um ano lá, de setembro de 78 a julho de 79. Nesse ano que eu fiquei em Paris, que também foi um ano muito marcante, eu tentei ir para antropologia (lá não era ciências sociais), mas, deu uma... digamos, lá nas ciências sociais que, na antropologia, tanto de Nanterre como em Paris V, não aceitaram a minha transferência, e no teatro, que era em Paris III, aceitaram facilmente, já me colocaram no segundo ano. Naquela época era o DEUG (diplôme d'études universitaires générales). E aí eu entrei no teatro. Então eu tive uma matrícula regular no teatro. Que foi muito bom, porque, ao invés de eu ir para a faculdade de sociologia/antropologia, lá, o que é que fiz? Eu fui para o teatro. A faculdade de teatro era maravilhosa. Entre outros eu tive aula com Augusto Boal, que era professor lá, durante a sua época de exílio, e com outros professores que marcaram a minha cultura teatral até hoje. Foi maravilhosa a experiência, lá, nessa universidade, em Paris III. E aí, o que é que eu fiz? Eu comecei a frequentar as aulas, que eram da pós-graduação, na École des Hautes Études en Sciences Sociales. E quem eram os professores que eu assistia as aulas? Era o Maurice Godelier, era o Castells, Manuel Castells, era o Alain Touraine, professor que me marcou muito também, e outros professores que eu ia assistir seminários... e aí com quem? Eu assistia seminários, eu tinha dezenove anos, mas eu estava assistindo já seminários com as pessoas que estavam no doutorado. E grande parte das pessoas eram já meus professores ou

colegas. Eu mesmo aqui encontrei, ontem, a professora Edna Castro, lá do Pará, que foi minha colega. E, de alguma forma, eu fui meio que adotada por aquelas pessoas, que eram muito mais velhas que eu naquela época, é claro; dez anos, significava muito. Então foi muito... Esse ano que eu morei em Paris foi muito legal. Era também o momento antes da anistia. Eu me engajei imediatamente num grupo feminista, em Paris, ligado a todas as questões... Bom. Também tinha, lá na Casa do Brasil, muitas reuniões do movimento brasileiro pela anistia. Então foi... E era também, na França, o movimento feminista estava no auge, digamos, das suas lutas. Então foi uma experiência muito forte para mim a entrada do feminismo na minha experiência de esquerda. Porque eu tinha uma experiência de esquerda tradicional. E, ali, eu tive a inserção dessas questões, que até hoje estão aí em embate, no governo Dilma, entre visões de esquerda mais tradicionais e visões de esquerda que envolvem transformações no plano da cultura, das relações pessoais. E, ali, foi, realmente, uma... A minha formação... É claro, também fui à aula, a disciplinas sobre antropologia da mulher naquele momento. Então foi muito marcante. Era o ano de faculdade. Eu perdi. Não consegui revalidação de nenhuma disciplina. Hoje, eu fico muito feliz, eu vejo os meus alunos, todos esses intercâmbios, vai e vem, é muito bom, eu sempre estímulo. Eu não tive nenhuma revalidação de nada. Mas o que eu aprendi naquele momento foi essencial. E aí, quando eu voltei, claro, eu já queria estudar questões de gênero, que não era gênero na época, era mulher, feminismo e tal. Já no primeiro ano da faculdade, eu tive a chance de ter aula com a professora Maria Noemi Castilhos de Brito, que estava chegando da Unicamp, onde ela tinha feito o mestrado e tinha estudado com Peter Fry, com a Mariza Corrêa, com a Suely Kofes, com a Verena Stolcke. Então, que já tinha tipo pinceladas das questões de gênero e eu já tinha ido com ela a campo estudar as operárias da fábrica de cobertores lá em Caxias do Sul.

Celso – Isso, antes de ir para a França.

Miriam – Antes de ir para a França. Mas não tinha bolsa de iniciação científica. Ela convidou alguns alunos da aula para uma experiência de campo. Mas então, eu já tinha alguma coisa, já tinha essa sensibilização para as questões de gênero. Quando fui para a França, claro, elas se reativaram. Os professores são muito fortes, são muito importantes em abrir visões. Quando eu voltei, aí já tinha uma outra professora em Porto Alegre, professora Claudia Fonseca, norte-americana, mas que tinha morado muito anos em Paris, e, quando eu voltei, a professora Noemi já disse: “Ah! Tem que conhecer a professora Claudia”, e já me pôs em contato com a professora Claudia, que estava chegando, não falava muito bem português ainda, e a gente ficou muito amigas, no plano pessoal e... fizemos muitas disciplinas. E a professora Claudia Fonseca foi

realmente minha grande mestra. Todo mundo pergunta se foi minha orientadora. Não foi minha orientadora formal em nenhuma instância. Mas não existia, naquela época, nem trabalho de conclusão de curso nem nada, na graduação. E depois eu voltei para a França. Mas a Claudia foi realmente uma pessoa que eu me considero, até hoje, da sua linhagem, minha orientadora informal. Mas foram tantas mil horas de voo e de diálogos conjuntos que a gente já teve, desde 78, que, realmente, é a pessoa que eu me sinto muito próxima intelectualmente.

Celso – Quando você voltou, você foi fazer só ciências sociais, você não continua mais com direção teatral?

Miriam – Não. Aí... questões da vida pessoal, privada. Quando eu voltei de Paris, eu me casei, fui morar com meu primeiro marido e aí tinha que trabalhar para sobreviver fazendo a faculdade e fui dar aula de francês na Aliança Francesa. Era muito mais difícil de conciliar tudo. Fazer duas faculdades quando se mora na casa dos pais é tranquilo. Mas fazer duas faculdades trabalhando e militando era bem mais difícil. Porque aí também já estava profundamente envolvida na militância feminista em Porto Alegre, no grupo Ação Mulher. Fiz mais uma, duas disciplinas do teatro mas acabei parando. A minha idéia era de acabar primeiro as ciências sociais e depois finalizar o teatro. Mas o que acabou acontecendo é que, quando eu acabei as ciências sociais, eu era professora na Aliança e me candidatei para uma bolsa de doutorado na França pois lá naquele momento, não precisava ter mestrado para fazer doutorado. E eu me candidatei para a bolsa do governo francês, que não era uma boa bolsa, era bastante precária, mas como eu ganhei essa bolsa, eu me formei em dezembro de 81 e, em setembro de 82, eu fui de novo, voltei para Paris. Já tinha esse conhecimento desse universo das ciências sociais, lá, e aí eu já fui para fazer o doutorado, em 82. Só que aí, quando eu cheguei lá, não revalidaram totalmente as disciplinas da graduação e eu fiz o primeiro ano, o que seria o equivalente do mestrado, na Universidade de Paris V. Eu trabalhei no campo da etno-linguística, fiz um trabalho sobre alimentação na região da Bretanha, na França. Que também foi uma experiência muito legal que a gente teve lá. Era uma experiência de campo com dois professores, a professora Jeanine Fribourg e professor Robert Creswell, e quinze alunos, e ficamos duas semanas nesse vilarejo. E eu optei por estudar alimentação, e fiz o meu primeiro trabalho nessa linha de antropologia da alimentação, para ter o equivalente da *maîtrise en Ethnolinguistique*.

Celso – O seu orientador, você escolheu?

Miriam – Não. Louis-Vincent Thomas, que foi meu orientador, era uma figura absolutamente original. Ele era um africanista. Quando eu fui ser orientada por ele já tinha quase setenta anos.

Eu brinco dizendo que era “velhíssimo”, porque, para nós, para a turma que tem vinte anos, você imagina, assim, todo mundo que tem mais de trinta é muito mais velho. Ele já era professor muito experiente, ele tinha morado muitos anos na África, ele era reconhecido como africanista, mas naquele momento, além de estudos africanistas estava se especializando no campo da antropologia da morte, com pesquisas também sobre o mundo contemporâneo. Então foi nesse eixo que eu cheguei até ele. Mas, devo dizer que não escolhi trabalhar com ele. Eu queria, é claro, feminista que era, meu projeto era sobre violência contra a mulher, e eu queria muito uma mulher como orientadora. Eu tinha essa bolsa do governo francês, e as opções que me deram eram limitadas. A bolsa veio, eu fui para Paris, e lá eu tinha que definir quem seria meu orientador. Então eu fui na École (EHESS) conversar com possíveis orientadores mas eu queria que fosse em antropologia. Na época, eram muito poucos os professores que trabalhavam em sociedades complexas na École e em Paris V. Mulheres, praticamente, não havia. As duas mulheres que depois eu vim a estudar, que eram a Germaine Tillion e a Denise Paulme, tinham se aposentado em 78. Eu tinha até tido aula em 78, mas elas tinham se aposentado, não podiam mais orientar no doutorado. Eu fui conversar com um professor especialista, na época, de antropologia urbana. E ele olhou o meu currículo, ele me disse algo que me marcou e que eu penso, hoje, como professora quando um jovem me procura para orientar. Ele falou assim: “Aqui, no nosso laboratório nós só aceitamos pesquisadores confirmados. Tu és muito jovem, muito inexperiente para nossa equipe”. A categoria que ele usou – *chercheurs confirmés* – nunca saiu da minha cabeça. Bom, eu não fui trabalhar com ele e por isso, eu acabei indo para Paris V, que era a outra opção que eu tinha. E, lá em Paris V, eu não tinha muitas opções. Só tinha homens, não tinha nenhuma mulher. Eu fui conversar com um e outro professor, e acabei indo conversar com Thomas, que me acolheu na casa dele, cheia de coisas africanistas, quadros na parede, esculturas por cima dos móveis, e ele me disse: “Ah, sim, te aceito. Quer estudar violência? Eu te aceito”. Então ele me aceitou com uma tal generosidade que eu sempre fui muito reconhecida a sua acolhida. Ele sempre me dizia assim: “Uma vez, eu fui no Brasil. Ainda oferecem café de graça nos bares?”. E eu disse: “Não, professor, a gente paga o café”. Ele: “Não. Eu fui a São Paulo. A gente ia nos bares e o café era de graça”. Então eu acho que era assim: depois do almoço, ganhavam um café. Acho que era uma fantasia dele. Mas ele sempre me perguntava assim. Então, aquilo tinha marcado ele, do ponto de vista de uma generosidade do povo brasileiro, que ele dizia, que eu penso nisso, quer dizer, tinha uma coisa de reciprocidade... “O Brasil? Ah, eu quero muito. Venha trabalhar comigo...” Então eu acabei... Foi um acaso que me levou a trabalhar com o Louis-Vincent Thomas. Eu devo dizer também isso, quer dizer, eu não tive uma orientação, e como várias pessoas que estudaram na França na minha época, como são

as orientações que eu dou e que nós temos no Brasil. Eu via o Thomas uma vez por ano, na época de renovar a bolsa e de entregar alguns escritos. Então mandava pelo correio o que tinha escrito e – era impressionante – no dia seguinte eu já recebia, pelo correio, o texto todo anotado por ele. O problema é que a letra dele era incompreensível. Mas, às vezes, tinha assim: Bon. E ali... Ah, eu ficava com o bon. Deve ser bom... (ri) Era um tipo de diálogo escrito, que a gente vai ver, hoje, com a internet, a gente voltou a ter isso. Mas ele, realmente, todo dia de manhã, ele despachava a sua correspondência e fazia isso. Eu sabia que para falar com ele, tinha que escrever. Se não escrevesse, não tinha diálogo.

Celso – Mas não tinha cursos regulares?

Miriam – No primeiro ano, sim. No primeiro ano, na França, o doutorado (como é até hoje) é o DEA (Diplôme d'études approfondies) que é... tu faz as disciplinas que tu quer, sem muitos... créditos, assim, não tem leituras recomendadas, tu vai assistir seminários, tu escolhe o que tu quer. E eu, claro, assisti muitas aulas dele. E outro professor que foi muito importante no DEA foi o Georges Balandier. Ele fez, na turma dele, ele propôs algo que era... não existia, porque a gente não conhecia os alunos. Quando eu entrei no DEA, nós éramos oitenta alunos em sala de aula. Era um auditório. E, no final, a gente acabou...

Celso – Maioria de franceses ou de estrangeiros?

Miriam – Muitos estrangeiros. Muitos africanos. Eu fiz muitas amizades com colegas africanos. Porque parecia... era uma universidade africanista. Então muitos colegas que eu tinha eram africanos. Tinha franceses, claro, evidentemente. Estamos na França. Mas já era... como é até hoje. O doutorado na França continua sendo um espaço onde há mais estudantes estrangeiros que franceses.

O Balandier, ele propôs que a gente fizesse um grupo de estudos sobre identidades. E esse grupo de estudos... Que eu logo me atirei: “— Sim, vou”. Para falar de identidade, mulher, feministas e tal. Foi ali que eu me defrontei pela primeira vez com uma colega com deficiência física, que fazia parte do grupo. Então, era deficiência física, a questão que hoje a gente vai chamar de teoria creep, capacitismo etc., tinha uma colega judia, que aí queria discutir a questão... Aí que eu percebi que, da minha experiência judaica na vida de Porto Alegre, no colégio israelita, ali, no Bonfim de Porto Alegre, ser judeu em Porto Alegre, naquela época, era uma experiência positiva. Não havia discriminação. Era uma comunidade da qual... Pelo contrário, ocupava lugares de reconhecimento na comunidade gaúcha, porto-alegrense, muitos médicos e muitos intelectuais. E aí eu me lembro que lá, nesse grupo, foi a primeira vez que eu entendi a identidade judaica

como uma identidade de minoria, de luta identitária, que já era, por incrível que pareça, naquele momento, na França, no início dos anos 80, já há uma reflexão, que a gente vai ver hoje, super forte, nos embates que a gente está vendo. E tinha também uma colega que estudava ciganos, que era outra questão bem minoritária naquele momento. Que mesmo na França, hoje, é um problema social gravíssimo, a famosa questão dos Roms. E tinha isso, mais alguns outros colegas... Mas esse grupo de estudos, ele foi muito legal, porque aí a gente se reunia pra valer, toda semana, estudava, discutia, lia. E aí foi uma experiência à la brasileira, assim, de doutorado, que eu tive com aquela equipe do grupo de estudos. E depois, de sociabilidade e tal. Coisa que, se não, a experiência é muito solitária, de doutorado, na França.

Celso – Imagino. Mas você ficou direto até quando?

Miriam – Não. Aí eu fiquei com idas e vindas para o Brasil. Porque a minha pesquisa de campo naquela época era assim: tu tinhas que fazer um doutorado...

Celso – Seu marido na época foi para a França?

Miriam – Não. Eu já tinha me separado. Eu me separei. E, aí, eu já tinha...comecei ... já tinha uma outra relação, que é a relação que eu tenho até hoje, com a professora Carmen Rial. E, aí, eu comecei a ir e voltar. Fazer minha pesquisa de campo no Brasil, para... Voltava para a França, vinha para o Brasil. E nessas idas e vindas, eu... A Carmen fez concurso em Santa Catarina, foi ser professora lá, e eu fui me encontrar com ela durante um período; e naquele momento estava abrindo o mestrado de ciências sociais em antropologia, e eu pensei de, quem sabe, fazer algumas disciplinas lá. Inclusive fiz a seleção, até passei no mestrado, comecei a fazer lá. Porque eu estava um pouco na dúvida de como é que eu faria a sequência da minha carreira. Tive uma grande oportunidade, nesse momento, de ter aula com o professor Klaas Woortmann, que estava como professor visitante, lá; e que também está aqui na RBA; e que, para mim, também, é outro professor fundamental na minha formação de teoria antropológica.

Celso – Ele foi professor visitante em vários lugares. Ontem o Caroso estava dizendo que ele foi professor na Bahia...

Miriam – Então, o professor Klaas, eu tive aula com ele sobre campesinato e teoria antropológica, e foi realmente... Aprendi muito com o professor Klaas. Devo muito a ele, lá em Santa Catarina, quando ele foi meu professor. Nesse momento... bom, eu estudava violência contra a mulher. Era o tema da minha tese, que era ligado à minha militância feminista no SOS Mulher de Porto Alegre. E eu estava indo pesquisar, entrevistar as feministas e as mulheres que

tinham passado pelo SOS Mulher. Estava estudando isso. Só que aí eu comecei a frequentar um convento que tinha perto de Florianópolis (não vou te dizer o lugar por questões éticas, mas, ali, nas montanhas), que era assim: tinha um hotel no convento. As freiras, de origem germânica, tinham um hotel. Então esse hotel era assim: quarto de convento, totalmente sem nada, tinha um problema difícilíssimo, de noite, para ler de noite, tinha que levar lâmpadas para trocar, porque não tinha... luz muito fraca, que apagava, não sei se dez, onze da noite. Tinha uma coisa assim de convento. Mas tinha um restaurante com uma comida maravilhosa. Café da manhã, almoço, janta, e um bosque, e uma montanha, um caminho, e Santa Clara, que a gente parava quando tinha... Era um lugar maravilhoso de escrever tese. Então eu comecei a ir para o convento para escrever a tese. Sabe aquele momento dramático da vida de todos nós. E nisso, claro, eu estava lá, observava a vida das freiras, claro, dialogava muito com as freiras. Impossível de... A gente não é antropólogo meio período, a gente está sempre fazendo antropologia. E, aí, a Fundação Carlos Chagas abriu o concurso de pesquisas, de dotações de pesquisa sobre a mulher. E eu, como era totalmente sem nenhuma orientação, pensei: vou concorrer a esse concurso, sim. Mas ninguém me disse, nem eu pensei que eu pudesse concorrer com o assunto da minha tese de doutorado; o que seria óbvio que eu deveria fazer. Então eu tive a ideia de fazer um novo projeto de pesquisa, que era o de estudar esse convento e a questão... esse convento como ponto de partida, mas estudar a questão da vocação religiosa. Eu ganhei essa bolsa. Na época era uma bolsa muito boa. E, aí, eu fiquei numa esquizofrenia, porque eu tinha que escrever meu doutorado, já tinha acabado a pesquisa, estava escrevendo o doutorado, mas tinha ganho um recurso de pesquisa para fazer uma pesquisa sobre outro assunto. E comecei, então, a fazer pesquisa sobre esse outro assunto. Fiz, em paralelo, as duas coisas.

Celso – O convento e o SOS Mulher.

Miriam – Exatamente. Fiz. E aí, como eu estava estudando... Aí, com isso, entre Paris e Florianópolis e Porto Alegre, e lá as montanhas, estudando o convento, fui a Porto Alegre conversar com a professora Claudia, lá na UFRGS. Passando pelo corredor da UFRGS, eu vi um cartaz falando de um concurso que ia ter na Furb, em Blumenau (que era onde eu estava estudando, perto do convento), na área de metodologia em ciências sociais. Que eu devo dizer que eu também devo muito ao professor José Vicente Tavares dos Santos, da sociologia, lá, em Porto Alegre, a minha paixão pela área da metodologia. Porque ele foi meu professor de método, um professor brilhante, maravilhoso; mas não só pelas aulas dele, que eram ótimas, mas por um evento que aconteceu no último dia de aula. Porque a gente era de um grupo das alunas brilhantes e militantes, e nos distinguimos sempre da turma assim – aspas – não fazendo nada,

mas sempre ganhando o crédito, por sermos ótimos alunos. Porque tínhamos um capital cultural que nos diferenciava. E os professores todos caíam nessa lábia, percebia a... Então tínhamos aquele currículo de ótimas notas. Quando chegou na vez do professor José Vicente, nós entregamos um trabalho, que eu já não me lembro o que é que era, ele nos deu uma nota tipo assim... se não era zero, era um. E nós, quatro feministas de camadas médias, alto capital cultural, ficamos revoltadíssimas; e fomos lá reclamar, no meio da reunião do colegiado. (ri). Criamos um fato político. E ele, no meio da reunião do colegiado, lá, nos mandou sair da sala, foi lá fora, disse assim: “Olha. É o seguinte...” – “Mas como o senhor nos dá essa nota, porque para os outros... olha aqui, nós trabalhamos muito melhor...” Falou assim: “Ok. Para os outros, o trabalho é dez, do que eles sabem, porque eles estão aqui, é dez. Agora para vocês esse trabalho é zero. Se vocês não se dedicarem, não fizerem um trabalho à altura do que são capazes, vão ser reprovados na minha disciplina.” Então, nós ficamos revoltadas, furiosas, queríamos matar, nunca mais íamos falar com ele... Tudo aquilo. Hoje é meu grande amigo. Mas isso foi para mim um grande estímulo, porque, realmente, ele me fez...me ensinou algo, que hoje eu aplico muito na minha prática docente, que é: o aprendizado, realmente, ensinar, é puxar o aluno para o máximo de si mesmo. E ele foi a primeira pessoa que me confrontou com isso. Olha, não é pelo mínimo que se vai...

Celso – Só passar.

Miriam – Só passar. Tu tens que realmente puxar de ti. Então, vou dizer isso, esse concurso... Isso é para contar porque, quando surgiu esse concurso na área de metodologia... Era uma área que eu sabia muito, porque eu tinha sido provocada a estudar muito. E eu vou... “— Ah, vou fazer esse concurso.” É aquela coisa. Vou fazer tudo. Estava ali já fazendo a minha tese... Mas, naquela época, tinha muito poucos concursos, então... Bom. Era uma oportunidade. E era em Blumenau, era perto de onde eu estava estudando, era em Santa Catarina, onde eu pretendia morar, e fiz o concurso lá. E na banca estava o professor Sílvio Coelho dos Santos, que depois vai me levar para Florianópolis. E, aí, eu passei em primeiro lugar no concurso. Aí começou mais uma questão: eu tinha que dar aula em Blumenau. Então eu fiquei naquele momento ali. Isso foi em 87. Eu fazia a tese, estava acabando a pesquisa das freiras, comecei a dar aula em Blumenau. Blumenau estava abrindo o curso de ciências sociais; mas ainda não tinha muitas disciplinas de ciências sociais. E aí eu tinha que dar aulas loucas. Aquilo que toda pessoa em início de carreira faz, e eu acho que tem que fazer mesmo, porque é aquele banho... imersão nos casos mais difíceis. Por exemplo, eu tinha que dar aula para uma turma de noventa alunos de sociologia ou ciências sociais, para uma turma de noventa alunos da educação física, que chegavam no

auditório, vindo de alguma prática desportiva, de camiseta, suados e tal, e que a última coisa que queriam ter era uma aula teórica. Porque, claro, eu também estava, naquele momento, achando que... não, nós temos que dar aula teórica, temos que ler textos. Aquelas coisas todas que quando a gente está em início de carreira a gente acredita piamente, e que depois vai percebendo que não, que a gente tem que ser antropólogo também no processo de ensino. Então aquilo, eu me lembro de até chorar em sala de aula, desesperada, porque não tinha como controlar aqueles alunos. Mas eu dava realmente, peguei uma carga de umas vinte horas em sala de aula. Dava milhares de disciplinas. Dei aula ali, que foi legal também, tinha um curso de teatro, eu dava aula de antropologia do teatro, naquele momento ali. Blumenau foi a primeira experiência, então, de ensino de... Eu já tinha dado aula de francês. Ali, foi minha primeira aula de ensino na área de ciências sociais. E foi muito importante. Também dei aula, foi dos meus primeiros alunos, com quem eu fiz pesquisa, depois que eu fiz o doutorado, e... A primeira pesquisa que eu fiz era uma pesquisa encomendada pela associação... Fiesp, que era ali federação da indústria de Blumenau, que ali é o polo industrial de Santa Catarina. Eles estavam muito preocupados, naquela época, com o número de acidentes de moto que tinha em Blumenau. Nessas indústrias têxteis, os trabalhadores são operários camponeses. Eles são pessoas que moram no campo e vêm de moto. Então foi a primeira pesquisa que eu fiz, algo que eu faço até hoje, com grandes equipes de pesquisadores, e de formar pesquisadores em pesquisas, mesmo, coletivas. Foi uma experiência muito legal que eu tive, lá, em Blumenau. Mas tudo isso para dizer assim. Eu entrei na Furb em 87, trabalhei um semestre. Eles foram muito legais comigo lá, os meus colegas, disseram: vai para Paris acabar a tua tese. Então, eu voltei para Paris no segundo semestre de 87.

Celso – Já com a tese pronta?

Miriam – Não, não. Tinha que escrever a tese, tinha que escrever o relatório da outra pesquisa. Aquelas coisas que também estão na vida de todos nós. Não é que tenha melhorado ou piorado. Mas aí fui, trabalhando loucamente essas duas coisas. Acabei de escrever minha tese no dia... Não. Entreguei a minha tese, tinha que entregar, eu tinha um prazo lá, que era 28 de fevereiro. Graças a Deus, em 88, era ano bissexto, então tinha 29 de fevereiro. (ri). Então esse dia foi o dia mais precioso da minha vida. Foi o dia que eu entreguei na secretaria e tal. Aí eu cheguei lá no meu orientador, cheguei lá no Thomas, fui levar em mãos a cópia dele, e cheguei na casa dele (metrô Picusse), e ele me mostrou... Eu falei assim: “Ah professor, eu quero defender logo”. Tinha que voltar para dar aula em Blumenau. E ele falou assim para mim: “Eu acho que talvez na rentrée, (que era em setembro) talvez dê.” “Não. Imagina. Nós estamos em fevereiro...” Era dia 29 de fevereiro. E aí ele me mostrou assim: “Olha. Está vendo isso aqui?” – realmente, era

uma pilha de teses. Ele falou assim: “Todos esses entregaram antes de ti.” Bom. Mas ele era uma pessoa muito legal, excepcional, e aí conseguimos marcar a banca. Eu defendi no dia 22 de abril de 1978, a tese. E aí voltei para trabalhar em Blumenau. Nesse meio tempo, Cláudia Fonseca tinha falado com meu pai, avisado meu pai que ia ter um concurso na UnB e que eu tinha que me inscrever. Vamos lembrar. Esse tempo todo, não tem internet, o correio, a gente escreve uma carta, leva uma semana para chegar, uma semana para responder, o telefone é caríssimo. Então, não é assim, o momento de hoje. Aí meu pai me liga. “A professora Claudia me avisou que vai ter o concurso, tu tens que se inscrever. Me manda uma procuração.” Mandeí uma procuração, meu pai me inscreveu. Então... Mas eu achava que o concurso ia ser... Não sabia como era concurso. Que é demorado. Quando é que seria. Aí eu voltei em final de abril, e esse concurso na UnB foi no início de junho. Bom. Foi uma corrida tudo. Aí voltei, já estava dando aula em Blumenau, no meio do semestre, fui à UnB, fiz o concurso lá. E quem estava na minha banca? Nosso querido, saudoso professor Gilberto Velho. Que, claro, conhecia só de livros e de ter visto em reuniões de ABA. Mas, para mim, claro, era um autor importantíssimo. E o Gilberto estava nessa banca. Eu, claro, morrendo de medo, evidentemente. Eu acho que tive muita sorte nesse concurso, porque caíram questões que eu dominava. E acho que fui bastante bem nesse concurso. Passei em segundo lugar. E aí... Bom. Mas só tinha uma vaga. Não fui chamada, naquele momento, ali, para ir trabalhar na UnB. Mas graças ao fato de o Gilberto ter estado nessa banca, isso também me abriu... Você conhece bem, conheceu bem o Gilberto, uma pessoa extremamente generosa...

Celso – Você sabe que eu fiz o mestrado e o doutorado com ele...

Miriam – E tu conhece, sabe assim, aquela capacidade que o Gilberto sempre teve de produzir redes e colocar as pessoas em diálogo. Então, assim, eu sei que o Gilberto foi uma pessoa que falou muito de mim, em muitos lugares. Bem, aparentemente. Eu era... Claro, eu, hoje, só me dou conta também das coisas... das qualidades. Quer dizer, na época, eu era muito jovem, eu tinha apenas 29 anos, quando acabei o doutorado. Era um momento que havia poucos doutores no Brasil.

Celso – O Gilberto nessa época, ele tinha 43 anos, embora parecesse ter muito mais.

Miriam – Para mim ele era... (ri) Velho. Gilberto Velho.

Celso – A pose “imperial” que ele tinha, porque tinha uma produção... presidente da ABA... Enfim, era uma referência. Mas ele tinha 43 anos. É muito pouco.

Miriam – É isso. Mas ele já tinha esse lugar na antropologia brasileira. Então o Gilberto foi uma pessoa que, lá do Rio... Eu levei muitos anos, depois, para ter coragem de dialogar com ele mais de igual para igual. Mas eu tenho que reconhecer que o Gilberto teve esse papel, que foi muito importante para mim. E aí, com isso, eu comecei a receber vários convites de outras universidades, que queriam que eu fosse como professora visitante ou como recém-doutora. E foi no bojo disso que... Eu estava lá em Blumenau... E que o professor... Aí também, nesse mesmo momento, estava no CNPq, o professor Klaas Woortmann, era nosso representante de área no CNPq, e... não sei, das coisas todas – eu sei que o professor Sílvio Coelho dos Santos me liga e me diz: “Ah, eu sei que tal universidade está pedindo para tu ir lá como recém-doutora, mas tu tem que vir para a UFSC.” Então foi isso, foi nesse momento que o professor Sílvio me estimulou para fazer um pedido de bolsa para a UFSC, professor Klaas estava no CNPq.

Celso – Recém-doutora?

Miriam – Recém-doutora. Professor Klaas, que estava no CNPq, me estimulou muito para ir para lá, e fui. Mas a UFSC em... E aí eu comecei a trabalhar como recém-doutora na UFSC, em 89.

Celso – A Carmen já estava lá como professora?

Miriam – A Carmen já estava lá, como professora no jornalismo. Ela era professora, primeiro, no curso de jornalismo. Depois é que ela se transferiu para o Departamento de Antropologia. Bom. Eram tempos pioneiros, áureos. Nós fomos morar numa comunidade na Lagoa da Conceição, com outras pessoas (nós queríamos uma vida alternativa), num lugar onde não tinha telefone, não pegava televisão, a estrada era de terra, quando chovia não dava para sair de casa. Bom. Eram tempos de *communitas* muito fortes, para muitas pessoas que foram, no início dos anos 80, para Santa Catarina, trabalhar na UFSC. Isso não foi só no departamento que hoje é de antropologia; que, aliás, até hoje permanece sendo um departamento com... praticamente todo o departamento de pessoas que não são de Santa Catarina. Mas isso aconteceu em muitos departamentos da UFSC, de acolher jovens com características muito similares às que eu tinha. De movimento estudantil, militâncias várias, projetos mais alternativos de vida. Então foi isso, assim um pouco, que nos levou... Porque nós como gaúchas que éramos, quando a gente estava no tempo da faculdade, a graduação, todo verão, o que a gente fazia? A gente acampava em Santa Catarina. Santa Catarina era um lugar assim... das férias, e que a gente sonhava em passar a vida inteira na beira do mar e tal. Depois, a gente realizou um pouco esse sonho. Que foi isso... Só para dizer assim. Então essa foi... essa decisão, realmente, da minha vida pessoal, afetiva,

profissional, da qual eu acho que... seria impossível falar da minha carreira sem falar dessa parceria intelectual muito importante para mim, mas que, claro, é uma parceira que vai também se definindo ao longo da trajetória, dessas várias coisas também. Em muitos momentos pensei de ir para outros lugares. Na UnB, também me chamaram, em outros momentos, para ir trabalhar, eu fui como professora visitante, em 95, no mesmo ano quando minha mãe foi eleita como deputada federal pelo Rio Grande do Sul, eu achei que era um momento importante de eu apoiá-la, pessoalmente, como filha, e também o momento onde aquele convite de trabalhar em Brasília pôde se concretizar. E foi para mim uma experiência muito legal. Eu trabalhei lá em 95, no Departamento de Antropologia da UnB, da qual eu me sinto também muito próxima. Eu brinco muito que eu tenho os meus irmãos, o Gustavo, o Luís Roberto, são da minha geração, temos aí uma irmandade de geração, e eu sou muito próxima dos colegas da UnB. As colegas feministas também lá são muito importantes. Dra. Lia, professora Miriam Soares, professora Rita Segato, professora Lourdes Bandeira. São pessoas que foram importantes, e são amigas, e com quem eu trabalhei lá, também nesse período.

Celso – E você acompanhava o mandato da sua mãe de alguma forma, ou só como filha?

Miriam – Não. Eu morava, fui morar num apartamento funcional com minha mãe. E meio que fazia aquela parte assim de cuidar da infraestrutura, porque a vida de deputada é uma vida louca. Ela estava começando, ela não tinha experiência ainda. Então eu trabalhava, ajudei muito nessa parte de... e de também desse diálogo que precisava naquele momento. Ela ficou morando sozinha em Brasília, meu pai continuava morando em Porto Alegre. Trabalhava, era professor da universidade e médico, e tal. E eu morei lá. Foi uma experiência muito legal para mim. Eu aprendi muito com esse momento. E também aí me levou um pouco para outras coisas que eu trabalhei, que tenho trabalhado, sobre mulheres na política, a questão da política... Porque eu pude também, claro, perceber, ter essa experiência da vida política naquele momento, ali, petista, por essa experiência mais pessoal, subjetiva, que era a relação que eu tinha, e sem nenhum compromisso partidário, mas vivendo ali com a minha mãe ligada à bancada do PT e engajadíssima naquele momento. Que foi uma... Aqueles anos, o primeiro mandato que ela teve, 95-98, foi um mandato muito interessante, tinha muitas mulheres. Benedita da Silva, tinha a... Bom. Tinha muitas mulheres que tinham sido eleitas. Então era também um momento bem interessante, onde o CFEMEA estava articulando, eu também estava próxima das feministas lá, em Brasília, naquele momento. Foi um momento, também, que eu aprendi muito e que me levou a pensar mais nesse campo da antropologia política, em particular, nas questões de gênero na política.

Celso – Voltando um pouquinho ao seu início na Universidade Federal de Santa Catarina, primeiro como bolsista. Depois você virou professora visitante, quando acabou a bolsa. Também organizou a ABA lá. Você se engajou nesse momento.

Miriam – Isso. É. Nós estamos aqui na 29ª RBA. E...

Celso – Pois é. Lá, era a 17ª.

Miriam – Exatamente. Na 17ª RBA, então, eu estava lá como pesquisadora. A gente brincava, em 89, que o programa de pós-graduação em antropologia, que aí já tinha sido criado, cabia num Karmann-Ghia, porque éramos seis professores. Era o Sílvio, a professora Ana Maria Beck, a professora Jean Langdon estava recém chegando, ainda não era efetiva, o professor Dennis Werner, também norte-americano, o professor Rafael Bastos, que recém tinha entrado, por concurso, a professora Ilka Boaventura Leite, que também estava na mesma situação que eu, ainda, provisória, com bolsa de recém-doutora, e eu, que era a sétima desse Karmann-Ghia. E aí a gente... Claro, o Sílvio, ele me inoculou esse vírus, que é esse vírus de gostar, de fazer, organizar reuniões de antropologia. O Sílvio, que já tinha organizado, em 74, a reunião, que é histórica, na ABA, que a gente chama de renascimento da ABA, que foi quando, no meio da ditadura militar, a ABA não se reunia, e o Sílvio organizou em reunião, em 74, que foi uma reunião onde estavam começando os programas de pós-graduação e que veio muita gente nessa reunião, e que foi uma reunião histórica, então, para a ABA. Já tinha organizado essa reunião, já tinha essa experiência. Claro. Tinha sido uma reunião histórica, que tinha muita gente, mas “muita gente” cabia... nós temos as fotos, históricas, da reitoria da UFSC, que cabem duzentas pessoas. Então era muita gente, duzentas pessoas. E ele tinha se engajado com o professor Roberto Cardoso de Oliveira, eu acho... Não. Professor... Não me lembro mais. O Antonio Augusto Arantes, eu acho que era, na época, e a gente fazia reunião da ABA lá em Florianópolis, em 90. Então, eu cheguei em 89, e já estava todo o grupo lá, em comissões e tal, para organizar a reunião da ABA. Claro, reunião da ABA de 90, que foi lá em Florianópolis, ela teve eu acho que quinhentas pessoas; mas era muito grande já, para a época. E eu, claro, já me engajei ali em várias comissões. Entre elas, eu fiquei responsável pela edição do Antropodicas. O Antropodicas era um jornal diário, que reunia todos os alunos da pós-graduação, e a gente fazia... Era assim... fofocas: fulano fez isso, via aquilo e tal. A gente escrevia de noite. Mas não tinha computador, óbvio. Era assim: escrevia... Era do cortar-colar de verdade. Cortava, colava, diagramava, fazia xérox...

Celso – Mimeógrafo, ainda?

Miriam – Não. Xerox. Fazíamos xerox e tal, o Antropodicas, com coisas que aconteciam. Eu trabalhei muito lá, nas madrugadas. Ainda tinha energia para isso e tal. E foi muito legal. Foi um aprendizado muito grande. Sílvia, para mim, ele é uma pessoa que foi muito importante no... Assim, ele me introduziu nisso, que também é algo importante na minha carreira, que é a política acadêmica. Ele me ensinou isso: a como fazer redes, a como dialogar com as pessoas, a como inserir novas gerações no campo da política acadêmica, mostrando que não basta apenas fazer uma excelente pesquisa, ser um bom pesquisador ou ser um ótimo professor, que a antropologia, e a ciência em geral, exige horas de dedicação administrativa, de gestão, e gestão exige política, diálogo, conversa, redes etc. Isso o Sílvia me ensinou muito bem. Eu devo muito ao Sílvia, porque ele era absolutamente brilhante no campo da política acadêmica. E ele me ensinou muito isso. Então, eu estava lá e... bom, peguei o gosto por isso. E aí, já naquela RBA, já fiz milhares de coisas; e comecei a fazer muitas coisas lá, nesse campo, assim, já com Sílvia, desde aquele momento. Logo em seguida eu já assumi, como vice, a coordenação do programa de pós-graduação. A Ilka era a coordenadora, eu fiquei na vice, então já aprendi, ali, a fazer relatório da Capes; o Otávio Velho veio nos visitar nas visitas da Capes, porque o nosso programa... Quando eu cheguei em Florianópolis, eu estava contando que era um lugar perdido. Naquele momento, as notas dos programas era A, B e C. Santa Catarina era C. Significava nada. Nós éramos muito poucos. Então o professor Otávio Velho, que era representante da antropologia na Capes, veio fazer uma visita de avaliação e reconhecimento. Nós nos esforçamos ali ao máximo para mostrar que nós éramos ótimos e fazíamos mil coisas. E eu acho que o Otávio se convenceu. Até hoje, ele nos apoia muito. E também nos deu muitas dicas de como fazer o relatório, de como... Eu me lembro disso, ele, ali, já nos deu a dica: “Tem que organizar grupo de trabalho na reunião da ABA, tem que ir na Anpocs.” Então a gente fez aquele investimento, mesmo, de participação. As pessoas têm que conhecer você, você não pode ficar aqui só em Santa Catarina, vocês têm que ir para outros lugares e tal. E aí eu acho – digo assim com alegria e orgulho, eu acho que a gente conseguiu construir ali um programa, que tem o reconhecimento que tem hoje, a partir daquele momento. E aí fomos integrando outras pessoas. Depois, outros professores foram fazendo concurso, foram fazendo doutorado e integraram a nossa equipe ali, em Florianópolis. Então...

Celso – Você acabou indo para a Capes.

Miriam – Depois eu fui para a Capes. Que é outro momento que eu considero bastante significativo da minha carreira, pelo menos para mim, foi um momento que eu aprendi muito.

Celso – Mas eu queria, antes, que você falasse (aí, você já como professora efetiva) nesse campo da sexualidade, gênero, como é que se dava o debate na época e a trajetória de pesquisa e orientação também, que você orientou 50 teses, dissertações.

Miriam – Bom. Vamos lá. Primeiro, assim. Aquela loucura que eu tinha feito de fazer a pesquisa para a Fundação... o concurso na Fundação Carlos Chagas tinha sido, politicamente, academicamente excelente, porque a Carlos Chagas reunia as pesquisadoras que tinham ganho as bolsas com pesquisadoras consolidadas na área; então, ali, eu, jovem, já conheci pessoas da minha geração que tinham ganho bolsa junto comigo e conheci as históricas, que vinham debater nossos trabalhos. Isso foi muito importante. Então eu já estava integrada na rede de pesquisa feminista. Frequentava já, na Anpocs, os grupos de... que tinha dois grupos, mulher e trabalho, mulher e política. Já frequentava esses grupos. Frequentava, também na Anpocs, um outro grupo, aí mais pelo caminho da Claudia Fonseca, que era de família, que também estava o Klaas Woortmann, Ellen Woortmann, frequentava também por lá. Em Santa Catarina, logo que eu cheguei, nem tinha começado a dar aula... em 89, quando eu comecei a dar aula lá, a professora Ana Maria Beck, que também era feminista, também do departamento, me chamou e disse assim... Ele era diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Ela disse assim: “Miriam. Tu tens que organizar agora, para o 8 de março, uma atividade sobre mulher, aqui, no nosso Centro.” E foi aí, em poucos dias, semanas, a gente organizou. Chamamos professores... Já tinha tido um esboço do núcleo sobre a mulher, quando eu estava lá, em 84, estudando o programa. Bom. Fizemos, ali, o primeiro evento. E dali, de março de 89, já surgiu o núcleo de estudos e pesquisa sobre gênero, ali, na UFSC. Então, já criamos uma rede interdisciplinar. Porque desse núcleo, já tinha gente da Psicologia, da Letras; lá na Letras, as colegas da Letras, que eram Susana Funck, Zahidé Muzart, Carmen Rosa Coltrane), que já eram mais velhas, estavam organizando, naquele ano de 89, um encontro de mulher e literatura, que era uma coisa importante para a literatura, lá, em Florianópolis, me chamaram para a comissão organizadora, já comecei a organizar com elas. Então, ali a gente já começou a criar uma equipe interdisciplinar muito legal, que é, hoje, o que sustenta o Instituto de Estudos de Gênero, que eu também estou coordenadora nesse momento...

Celso – Já era o NIGS?

Miriam – Não. São duas coisas. Uma coisa é o NIGS, que é um núcleo de pesquisa que eu criei, coordeno, ligado ao laboratório de antropologia, a outra instância é o Instituto de Estudos de Gênero (IEG), que reagrupa todos os núcleos de gênero da universidade. Que somos, naquele momento ali na UFSC, uns dez núcleos, em vários departamentos, programas de pós-graduação,

também com o pessoal da UDESC, a universidade estadual, e outras do interior. Mas o IEG é um grande instituto, que reagrupa vários núcleos. E eu estou ligada, claro, com meus alunos, a minha equipe, é o NIGS, que é o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, que não tinha ainda esse nome quando foi criado. Ele só surgiu depois, que a gente deu para ele.

Celso – A Revista Estudos Feministas é de 99, que ela surge, não é?

Miriam – Não. É assim. A Revista Estudos Feministas, ela é criada em 92. Por essa rede daí, que eu já fazia parte, de pesquisadoras feministas ligadas também, muito, à Fundação Carlos Chagas, com financiamento da Fundação Ford. Temos o e famoso encontro de São Roque, que acontece eu acho que no final de 90. Nesse encontro, a Fundação Ford resolve diversificar os seus investimentos no campo de gênero e faz esse encontro, para que sejam decididas as prioridades. Uma das prioridades é a criação de uma revista feminista. A Fundação Ford financia essa revista. Ela está no Rio de Janeiro, inicialmente, com Heloisa, lá, na UFRJ, depois a Malu Heilborn, que também vai ser editora, a Bila Sorj. Ela está ligada à UFRJ, com UERJ. Isso, até 98. Em 98 há uma crise na Revista Estudos Feministas. Por quê? Porque ela foi criada, ela se sustentou, de 92 a 98, com recursos da Ford, muito generosos. Só que a Ford, ela financia as coisas para começarem. E quando chegou no momento que não tinha mais recursos da Ford, também não tinha uma estrutura que pudesse permanecer no Rio de Janeiro. Graças à professora Albertina de Oliveira Costa, da Fundação Carlos Chagas (que é outra pessoa a quem eu devo muito, também, da minha carreira), ela me telefonou um dia perguntando (que era do conselho editorial da revista) se Santa Catarina, com o IEG que a gente tinha (a gente já fazia o Fazendo o Gênero), se a gente não poderia assumir a Revista Estudos Feministas, sem dinheiro, sem nada. A gente conversou, a professora Joana Pedro era diretora no Instituto de Filosofia, disse: não, vamos ver se conseguimos uma secretária... Que é a secretaria que nós temos até hoje, que é a pessoa, assim, “pilar” da Revista Feminista na UFSC, Carmem Veras Ramos. Pessoa que eu quero realmente agradecer, porque é uma pessoa fundamental também na minha trajetória acadêmica, porque é a pessoa que cuida, faz a gestão desses projetos todos. E aí nós assumimos essa loucura, que foi a loucura de levar a REF para Florianópolis, sem dinheiro, já tinha perdido a periodicidade, e conseguimos, com uma equipe grande, primeiro foi a junta... fiz primeiro editora junto com a Claudia de Lima Costa, colega da Letras que também tem uma trajetória muito ligada aos Estados Unidos, e conseguimos recolocar a REF em dia na periodicidade, que era dois por ano, agora já é três, e a Claudia teve um papel muito importante na entrada da REF no Scielo. A Claudia já estava ligada... com a formação norte-americana que ela tinha, ela já tinha muito mais clareza sobre a coisa do campo editorial internacional. E logo que a gente recebeu

um convite do Scielo para uma reunião, não sei o quê, a Claudia foi. E já voltou e: “— Não, nós vamos entrar no Scielo”. Era quando estava criando o Scielo. E aí a gente já entrou no Scielo.

Celso – O Charles Pessanha era o grande incentivador do Scielo.

Miriam – Exatamente. E o Charles sempre foi apoiador das feministas. Isso aí a gente tem que reconhecer. Ele logo nos apoiou. “Vamos, vamos”, e aí a gente já entrou no Scielo. Isso foi realmente um salto qualitativo. Nós entramos no Scielo em 2000, eu acho.

Celso – O CNPq tinha um financiamento a revistas, mas precisava aquela periodicidade...

Miriam – Mas a gente conseguiu. A gente ficou sempre com o financiamento do CNPq. Voltamos a ele. Que nós temos até hoje. Mas agora com mais apoio da UFSC e de programas de pós-graduação, e com as assinaturas também, que é outro trabalho grande que a gente faz, que a gente tem muita... Apesar de estar no Scielo, a REF tem hoje um recorde de assinatura. A gente tem trezentos e cinquenta e seis, eu acho, não sei, assinantes em papel, que é bastante para uma revista no Brasil.

Celso – A Revista Estudos Históricos também está no Scielo, mas tem também uns trezentos assinantes.

Miriam – Então é isso. Quer dizer... Mas que é uma coisa pouca. Antigamente só tinha no papel. Mas eu não sou mais editora da REF. Hoje eu estou só... Então, no Instituto de Estudos de Gênero, nós temos quatro grandes linhas. Uma é a linha editorial, na qual a gente tem a REF. Hoje, a professora Mara Lago é a principal editora, junto com Cristina Scheibe e Tânia Ramos. A gente publica livros também, por essa linha. A gente tem outra linha do IEG, que é a linha de eventos, que é o Fazendo o Gênero. E a gente agora vai fazer, em 2017, o encontro mundial de mulheres. A outra linha que a gente tem é de formação. A gente faz curso de formação para professoras, pelo GDE. Estamos agora criando o curso de especialização. E o campo da pesquisa, que é onde agrupa todas as pessoas. Então, é muito grande a abrangência do IEG, em termos de pessoas. Só de pesquisadoras doutoras, a gente tem um grupo de 40 pesquisadoras doutoras ligadas ao IEG.

Celso – Em paralelo à sua carreira acadêmica... não tão paralelo, mas você também teve, nesses anos todos, uma participação muito presente na mídia, falando na imprensa, em audiências públicas, essas questões sociais geraram muita demanda de especialistas falando sobre esses temas. Como é que você lidava com essa dimensão de intelectual pública?

Miriam – Olha. É assim... Intelectual pública. Sim. É uma coisa que eu aprendi a fazer desde que eu... Mas como jovem, eu já tinha ido na televisão, quando eu estava no colégio, por razões. Então, assim, eu já tinha tido essa experiência muito antes de ser professora e já tinha tido essa experiência pela militância, de falar com a mídia. Minha mãe, depois, claro, era uma pessoa que frequentava a mídia, e ela sempre tinha muito claro a importância da imagem na mídia e tal. Depois tem a seguinte questão. Os colegas, em geral, eles têm pânico de mídia, de responder para a mídia, dizendo – uma coisa que é real, que é verdadeira, que é: que a mídia deturpa, não diz o que a gente disse, faz coisas... É óbvio. Isso sempre faz. Mas eu passei a tomar... Primeiro, tendo clareza disso, de que, dificilmente, o que eu digo vai ser o que vai ser colocado. Por quê? Por exemplo, o exemplo da violência. Eu era antropóloga, estudava violência, pensava nas complexidades da violência e nas ambiguidades, então eu ia para a televisão e começava a falar. E aí aparecia como – “não, eu sou a favor da violência”. Sabe? Na edição, a favor da violência. Hoje não. Violência? Violência é um mal, tem que ser combatida. No Brasil, tem tantas mulheres por dia que morrem... Quer dizer, para a televisão, o discurso tem que ser um discurso chapado, tem que ser um discurso da denúncia e ponto final. Não é um discurso...

Celso – Para caber em alguns segundos.

Miriam – Não é o espaço da reflexão antropológica na sua sutileza e na sua complexidade, evidentemente. Mas por outro lado, eu acho que é muito importante dialogar com a mídia, porque a mídia, ela é poderosa; então, eu nunca me recuso a responder para a mídia. Agora eu tenho, felizmente, muitos alunos, ex-alunos, ex-orientandos, e agora eu já posso... dependendo do assunto, eu já repasso para vários alunos meus. Inclusive, no nosso núcleo, sempre tem alguém do jornalismo ou outro que faz um treinamento com os alunos de iniciação científica sobre como falar com a mídia. Porque como a gente tem muitos projetos, como o projeto Papo Sério, que é um projeto que a gente faz com escolas e que a gente faz muita divulgação na mídia, são os alunos da iniciação científica que a gente manda para falar na mídia, então a gente faz treinamento sobre olhar para a câmera, o que dizer, como se preparar e tal. Eu acho que isso é uma coisa muito importante também, no campo acadêmico. Eu acho que a coisa da mídia é isso. E depois, é aquela coisa, tu és um informante, então, uma vez que tu falas para um, o outro quer, então eu evito coisas muito absurdas sobre... sei lá, discos voadores “— O que a antropologia tem para dizer sobre os discos voadores?” “—Não. Desculpa, eu não sei nada sobre isso.” Mas me perguntam sobre mil coisas. E quando eu acho que são coisas pertinentes, mesmo não sendo minha especialização, eu tento responder. Claro que aí acho que tem outra coisa. Estou falando aqui para um colega do Rio de Janeiro, que a gente fica pensando assim. Quer dizer, eu vejo

muito Globo News, vejo muitos colegas, é muito diferente tu falar para a mídia estando em Santa Catarina do que se eu estivesse no Rio de Janeiro ou em São Paulo ou em Brasília ou mesmo em Porto Alegre. Claro. A mídia que de alguma forma eu dialogo é uma mídia muito mais local do que uma mídia nacional, pela forma como se produz o campo de comunicação no Brasil.

Celso – Bom. Vou lhe perguntar agora sobre a ABA, da qual você foi presidente de 2004 a 2006. Como surgiu a convocação, vamos dizer assim, para...?

Miriam – Convocação. Uma noite fria de inverno, recebi um telefonema do professor Sílvio Coelho dos Santos, me dizendo que o Conselho Diretor da ABA estava avaliando o meu nome como uma candidata para ser presidente da ABA. Na época, eu estava na CAPES como representante da área de antropologia e também eu tinha sido eleita pelos meus colegas na Capes para representar a área de humanas no CTC, o Conselho Técnico Científico; que era muito diferente do que é hoje. Hoje ele engloba (e eu acho que mudou para melhor) todos os representantes de área. Na época era representação mesmo. E era realmente um espaço de embate político, com áreas científicas, tecnológicas, biológicas e tal, bastante hard. Eu estava lá naquele momento...

Celso – Mais poderosas do que as humanas.

Miriam – Do que as humanas. E ali, naquela experiência na CAPES, que, para mim, foi uma experiência da política acadêmica muito importante, eu aprendi, eu vi o quanto a minha reflexão antropológica e como feminista, ela era importante para as múltiplas subalternidades das quais eu representava. Eu era mulher, aliás, éramos pouquíssimas mulheres, eu era jovem na época, tinha quarenta e poucos anos, era muito jovem, (na primeira reunião, um diretor da Capes chamou a mim e a um outro colega da Bahia (não por acaso negro): “o movimento estudantil aí... cale-se”. Então, eu era de Santa Catarina, um lugar que não tinha valor nenhum na geopolítica da ciência e tecnologia brasileira, e portanto, a minha voz, de antemão, ela era desqualificada totalmente. E foi muito desqualificada. Mas, felizmente, o fato de ser antropóloga, de saber o que significam as relações de poder e como elas são conjunturais e como os lugares de fala, eles falam de mil coisas e tal, e ser feminista, de saber que – bom, que também esses lugares, eles não são do sujeito que está me agredindo ou tentando dialogar comigo por outras formas de sedução, etc., (porque essas coisas estão todas muito presentes no campo da política, como as questões subjetivas, elas passam também por essas relações interpessoais, onde tu como mulher, em geral, tu não existe como intelectual, tu tem que ser bonita, tu tem que estar arrumada, tu tem que ser sedutora, tu

tem que estar disponível, também, para esse tipo de vínculo, isso eu acho que foi o que fortaleceu muito nessa experiência, de poder ver isso como posições de sujeito. Foi nesse contexto, que eu acho que eu estava aprendendo muito sobre o campo científico, que eu fui convidada para a ABA e que eu aceitei - não sem antes ter quebrado a perna... (ri) para assumir a ABA; e me candidatei, e tive essa gestão de 2004 a 2006; que tive, assim, um dom também, que foi o fato de que, em 2005, a ABA completava 50 anos, e aí o projeto da nossa gestão, da nossa diretoria junto com Peter Fry, que foi meu vice (a quem também... foi uma pessoa fundamental na nossa gestão), Cornelia Eckert, que era secretária, pessoa também importantíssima nessa reflexão, a (Esther) Jean Langdon era tesoureira, a gente começou a pensar num projeto, que era: a ABA fosse em todo o Brasil. Em vez de fazer uma comemoração dos 50 anos da ABA, nós fizemos quinze comemorações. Nós fomos, foi assim uma epopeia, fomos em todos os programas de pós-graduação que tinham na época e em alguns lugares que nem tinham programa de pós-graduação, ainda, mas que a gente ajudou de alguma forma, produziu a ambiência, para que eles fossem criados. Foi uma experiência maravilhosa. Eu conheci colegas do Brasil inteiro. Eu vi o quanto a antropologia estava crescendo e o quanto ela era inovadora, fora dos lugares onde já éramos reconhecidos. Foi uma experiência realmente reveladora, no sentido de que a antropologia já não era mais aquela antropologia dos grupos pequenos, que era essa antropologia que a gente vê hoje, aqui, na RBA. A gente não tem a dimensão de quem são, se a gente não para olhar os dados, quem são as 3.800 pessoas que se inscreveram, aqui, até ontem, quando eu passei lá na secretaria e perguntei quantos estavam. Tinha 3.800 pessoas credenciadas. São na sua grande maioria... dois terços dessas 3.800 pessoas têm menos de 40 anos. Esses dois terços são alunos de mestrado e graduação, e doutorado. É uma antropologia espalhada pelo Brasil inteiro. Os lugares de onde vêm são os mais variados.

Celso – Tem mais programas, também, espalhados no Brasil. Antigamente você tinha Brasília, Rio, Campinas, Porto Alegre...

Miriam – Então é isso, quer dizer, a experiência da ABA é essa, de que foi um momento muito importante, eu acho, disso, de também... e transformá-la um pouco nesse sentido, que eu acho que ela é hoje, super consolidada e nacional, e integradora dos jovens. Quer dizer, a criação da categoria de sócio aspirante era demanda já naquele momento. Não foi nossa gestão que ela foi constituída. Mas foi lá que ela foi... assim, pensada, de incluir os estudantes. Foi naquele momento que a gente criou também o Prêmio Lévi-Strauss, que hoje é um super sucesso, para os estudantes de graduação que apresentam pôsteres. Acho que foi o momento de mostrar que a ABA tinha... ela era realmente... ela tinha uma demanda nacional. E eu fico muito feliz de ver que

isso só se amplia.

Celso – Nessa época estavam surgindo também as experiências primeiras de graduação em antropologia, não mais em ciências sociais. Participei de uma mesa na UnB com Carla Teixeira... Não me lembro direito. Acho que foi a Yvonne que me convidou. Eu sei que era para falar de ciências sociais, que eles queriam que a antropologia discutisse, no âmbito das ciências sociais ou...

Miriam – Essa discussão foi uma discussão... A gente também criou a comissão de ensino de antropologia. Era uma discussão central na comissão de ensino. Muito dividida, porque tinha uma corrente forte de pessoas que eu admiro muito que achavam que não tem... E isso está publicado no livro *Ensino da Antropologia no Brasil*, tem as várias posições lá. Que achavam que a nossa programação tinha que ser de pós-graduação e que tinha que permanecer nas ciências sociais, que era esse o nosso compromisso institucional. Já naquele momento tinha muitas pessoas que achavam que não, sobretudo os jovens: temos que ter uma formação direta de antropologia, desde a graduação e tal. Ali, em 2006, em Goiânia, durante a RBA, tinha sido feito vestibular, tinha o primeiro curso de graduação em antropologia e arqueologia da Católica de Goiás. Foi o primeiro curso.

Celso – Aliás, eu até participei desse livro, tem um “capitulozinho”.

Miriam – Então. Veja. Ali foi o primeiro curso. Depois, até, não deu sequência lá na Católica, mas foi a partir dali que UFRGS e outros lugares criaram, mesmo lá na UFSC, nós criamos o curso de graduação em antropologia, que é a nova realidade da ABA, agora. Quer dizer, agora, nós temos alunos de ciências sociais e de antropologia que estão vindo para a ABA. É também um desafio. Porque nesse meio tempo, para os alunos de ciências sociais se consolidou a licenciatura em ciências sociais, onde o campo de ensino de ciências sociais é imenso. Tem sido um campo profissional, para jovens antropólogos, de muito impacto. Na antropologia, nós optamos mais por bacharelato. Tem também todas as questões de demandas etc. Acho que esse é um desafio mesmo, nesse momento, da gente pensar os cursos de graduação em antropologia, dos quais eu me sinto parte do projeto político de a gente criar... Vamos dizer o seguinte. Qual foi a grande... Até o momento, o que eu posso dizer, assim uma coisa consolidada, da criação dos cursos de graduação em antropologia no Brasil inteiro foi a criação dos cursos de graduação em antropologia pelo Reuni, que permitiu a quase duplicação de jovens doutores em antropologia, que fizeram concurso e ingressaram em universidades federais. É o caso da UFSC.

A UFSC, com o curso de graduação em antropologia, nós passamos de 14 para 27 professores, em antropologia.

Celso – Talvez, por isso, toda a discussão sobre o campo profissional do antropólogo.

Miriam – Exatamente. Então assim...

Celso – Na história, na sociologia, você tem o ensino médio também, a licenciatura é uma coisa forte. A antropologia é uma realidade...

Miriam – Então é isso. Eu acho assim. A criação da graduação em antropologia foi muito eficaz para absorver o aumento de professores doutores egressos da pós-graduação. Agora o desafio é como a gente vai fazer para absorver, aonde, qual o mercado de trabalho, em que lugares, absorver os egressos das graduações em antropologia. Porque, evidentemente, nós não queremos que todo aluno que seja egresso da antropologia faça mestrado e doutorado em antropologia. Claro, alguns vão fazer. Mas essa não pode ser a meta. A graduação em antropologia, a gente pensou ela para atuar em políticas públicas, atuar em ONGs, atuar em outras instâncias onde a gente sabe que a antropologia é super demandada e necessária.

Celso – Ótimo. Bom, não temos tanto tempo mais. Mas eu queria perguntar mais algumas coisas. Primeiro, que você falasse da sua experiência audiovisual. Assisti o vídeo do Mauss segundo as suas alunas e um outro também. Bom. A Carmen está nessa área de antropologia audiovisual muito fortemente. Mas como é que você se envolveu também nessa experiência audiovisual, nesse vídeo em particular?

Miriam – Voltando um pouco. A antropologia audiovisual não é a minha área. Essa é uma das poucas parcerias acadêmicas que eu tenho feito com a Carmen. A gente tem tido sempre bastante preocupação de fazer coisas separadas e com interesses diferentes, porque também é importante não misturar integralmente a vida profissional com a vida privada. E essa é uma das coisas que a gente tem muita preocupação. No caso dos filmes que a gente fez com as antropólogas, isso acabou funcionando em conjunto por razões bastante pragmáticas. Eu tinha a pesquisa sobre história da antropologia, gravava... gravador. Mas, evidentemente, era fundamental ter imagens também. Com isso, a Carmen se entusiasmou, e a gente começou a produzir juntas essas entrevistas, com imagens, com essa... Isso foi quando nós estávamos em Paris, 96-98. Foi quando a gente começou esse projeto, junto, da história da antropologia. E depois, claro, fazendo imagem juntas, depois tem o momento, que você sabe que é o momento mais complexo, difícil, da edição. E aí, claro, também... bom. Comecei a ter que aprender a

trabalhar na edição. Só que não basta dizer... Não é exatamente aquilo que a gente quer e tal. Com isso a gente continuou viajando e fazendo outras entrevistas em viagens. Por exemplo, a gente fez um outro vídeo, em Bali, que se chama Djero encontra Iketut em Bali, que é um filme que a gente fez no vilarejo onde Margaret Mead e Gregory Bateson fizeram a sua pesquisa de campo em 1939. E a gente encontrou o bebê que aparece no filme sobre nascimento em Bali, que é o Iketut. E que tivemos, por mil acasos... A gente conta isso nesse filme que a gente fez. Está também online.

Celso – Eu sempre passo para os alunos também.

Miriam – Então esse filme, também, foi outra coisa que a gente fez. E a gente tem... mesmo em Bali, eu tenho vontade de continuar pesquisando em Bali. Então, o meu trabalho em antropologia visual, evidentemente eu não... Mas eu frequento festivais, e a gente acaba ficando com essa sensibilidade. Mas não é o campo que eu trabalho. O meu trabalho, meu campo, realmente... Meus campos são no campo de gênero e sexualidade, a primeira fase do meu trabalho foi na área de violência contra a mulher, o SOS foi minha tese... Claro, continuei trabalhando sobre isso, agora mais ligado à homofobia, à lesbofobia, transfobia, que é o que eu tenho feito mais recentemente, no campo da violência. Tenho orientado muitas pessoas sobre violências de gênero. Aí, fiz consultorias para... mais recentemente, para a CPI da violência, do Senado. Em 95, para a conferência de Beijing, fui consultora do governo brasileiro no documento oficial. Fiz muitas coisas nessa área aí. Não é o que eu tenho trabalhado em prioridade nesse momento. Depois trabalhei sobre essa questão de... com as freiras, gênero, religião, em algum momento. É algo que eu quero voltar um dia. Ainda não chegou a hora, porque foram outras demandas.

Celso – Voltar ao convento?

Miriam – Não. Eu volto lá de vez em quando. As minhas informantes todas já morreram, daquela época. Eu tenho depois... Comecei a trabalhar com história da antropologia e com o campo da ciência e tecnologia. Que é uma linha importante que eu tenho trabalho agora, que é essa linha que eu chamo de gênero e ciências, onde eu tenho orientado muitos dos trabalhos desses que tu listaste aí, falando desses 50 trabalhos... 59, que eu nem sabia que eu orientei, nesse campo de gênero e ciências, que aí envolve desde história da antropologia, mulheres em campos científicos, em diferentes profissões e tal. Comecei a trabalhar, nos anos 90, sobre homoparentalidade e conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo, trabalhando na França, e aí orientei muitas pessoas; e numa rede, junto com Anna Paula Uziel, Luiz Mello, fizemos um livro

e várias publicações. Foi um trabalho que eu orientei, do qual... claro, continuam alunos trabalhando. Mais recentemente, tem um interesse muito grande dos alunos sobre a questão trans. A última tese, que foi defendida duas semanas atrás, da Simone Ávila, era sobre transsexualidades masculinas. É um campo de interesse muito grande agora, que tem surgido. Dou aula no campo de teoria antropológica, tenho dado muitas aulas nisso, de metodologia e de gênero. São os três grandes, digamos, campos nos quais eu tenho ensinado. Porque eu faço muito... Eu, realmente, para mim... Muitas pessoas dizem assim: “depois que tu passa de uma idade, tu não vai mais dar aula; te livra da graduação”. Eu, pelo contrário, para mim, a graduação é uma cachaça. É aquela coisa assim. Eu preciso dar aula na graduação. Eu acho que dar aula na graduação fundamental. Eu me alimento muito. É um momento assim, paradoxalmente, onde eu descanso. Quando eu saio de uma aula na graduação, sobretudo, é quando eu saio alimentada; e não saio exaurida, sem vontade de fazer nada. Eu saio, em geral, muito satisfeita. É nesse campo que eu tenho dado aula na graduação.

Celso – Agora, além da sua conexão francesa, que vem desde muito cedo, você esteve dois períodos na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Como você foi?

Miriam – Olha. Era um lugar que eu sempre quis ir, assim, já tinha tido vontade de fazer pós-doutorado lá. Mas depois fui convidada pela professora Paola Bacchetta, que era, quando eu fui a primeira vez, coordenadora do Centro de Estudos Feministas de lá, que também por uma conexão francesa, e aí... bom. Não sei se... Todo mundo que já morou em Berkeley, acho que não conheço ninguém que não tenha gostado. É um lugar que é muito bom, é uma universidade fantástica. As condições de trabalho são impressionantes. É uma universidade totalmente alternativa, totalmente politizada, engajada, e onde passa gente do mundo inteiro. E a vida em Berkeley, também, é uma vida altamente alternativa. Então, por exemplo, a última vez que eu estive lá, aluguei uma casa de uma pessoa que era vegan, então já me tornei vegan, porque não podia, naquela casa, ter outros tipos de alimento. Então tem uma experiência... Tem experiências de vida...

Celso – Você continua vegan?

Miriam – Não, não. Foi um momento. Mas eu respeito muito. As duas vezes que eu fui para Berkeley, que eu pretendo voltar de novo, foram experiências muito legais também de vida.

Celso – Foi recente. Você esteve lá o ano passado?

Miriam – É, no ano passado, eu estive de novo. É um lugar que eu tenho gostado de ir. Assim como Paris. Paris, eu volto, eu vou todo ano. Já tenho meu lugar lá. Faz parte da minha dupla vida. Eu tenho minha vida em Florianópolis e minha vida em Paris, no sentido tanto pessoal, de amigos e tal, mas também profissional. Todo ano que eu vou para Paris, já tem aquele circuito de lugares que eu tenho que fazer uma palestra, fazer uma intervenção e tal, algum seminário. Tivemos um convênio com Toulouse, onde eu fiquei bastante tempo. Com os colegas de Portugal também. Trabalhei lá no ISCTE. A gente tem um convênio.

Celso – Com Antónia, não é?

Miriam – Junto com Antónia e o Miguel Vale de Almeida. Dei um curso junto com a Antónia. Foi muito legal. Temos muita relação lá com Cristiana Bastos, no ICS.

Celso – Você ficou quanto tempo em Portugal?

Miriam – Fiquei um semestre. Um semestre, que dei uma disciplina na graduação, na pós-graduação também. E foi uma experiência bem legal, lá. Também é outro lugar que a gente tem vontade de voltar, para morar em Portugal.

Celso – É um meio acadêmico que fala português, e a gente, tradicionalmente, tem pouco contato.

Miriam – É. E era muito legal, porque, sobretudo nas aulas lá, tinha momentos... de tradução português-português. Eu sei que aqui... parada de ônibus: paragem. Então a gente brincava nas traduções, porque eu falava em português do Brasil. Mas eu sei que em Portugal é um pouco diferente. Mas foi muito legal. Foi uma experiência muito boa. Agora, dos meus alunos lá, já têm vários que estão se doutorando, já tenho tido pessoas que têm me escrito para fazer pós-doutorado aqui. Isso tem sido uma experiência muito legal, nos últimos anos. Eu tenho recebido muitos alunos estrangeiros com pós-doutorandos, na equipe do NIGS. Recentemente...

Celso – Agora tem vindo muitos portugueses, por causa da crise, fazer concurso, bolsa...

Miriam – É. Recentemente, eu tive duas alunas italianas, a Caterina Rea e Arianna Sala, que estiveram lá até muito recentemente. E tenho tido muitos alunos de pós-doutorado. Tu me perguntavas sobre essa questão: o NIGS e a formação dos orientandos. Para mim, realmente, o espaço da sala de aula é um espaço fundamental. O outro espaço que é a minha vida mesmo é o espaço da pesquisa do NIGS, da minha relação com os meus orientandos; e aí vai desde a iniciação científica do ensino médio, que nós temos um projeto de ensino médio com escolas

públicas, até o pós-doutorado. Então, nossa equipe tem alunos de várias idades e de várias formações. E o projeto político, mesmo, pedagógico é de integrar todas os níveis de formação. E aí isso vai desde cada um fazendo a sua pesquisa, claro, TCC, mestrado, doutorado, pós-doutorado, mas também pesquisas coletivas e atividades de ação com impacto social. Nesse momento, um dos projetos que eu estou trabalhando é no campo da educação, na formação de professores na área de gênero e sexualidade, e na formação de estudantes de ensino médio e fundamental, através do concurso de cartazes contra a homofobia e oficinas em escolas públicas. Em nossa equipe, temos quase que permanentemente 30 estudantes, que mudam a cada semestre, de acordo com inícios e finais de curso.

Celso – É um desafio grande, você juntar coisas como ação social, ensino médio, pós-graduação, graduação.

Miriam – E essa equipe, ela é multidisciplinar mesmo. Alunos de graduação de todos os cursos da UFSC. Eu dou aula em dois programas de pós-graduação, na antropologia, e no doutorado, na área de ciências humanas, na minha, é de gênero, tem alunos de duas pós-graduações que estão ali, do mestrado de antropologia, da graduação, várias graduações, e é um desafio muito interessante, e eu acho que o que resulta é muito bom. Eu sou muito orgulhosa das trajetórias dos meus ex-orientandos que estão hoje, praticamente, em todas as regiões do país, são pioneiros de núcleos de pesquisa em vários lugares. Aqui, em Natal, é um desses lugares. Que eu estou muito feliz de estar aqui numa RBA organizada por ex-orientandas minhas. E é muito bom isso, quando a gente vê que as coisas, elas se frutificaram.

Celso – Uma última pergunta, que a gente sempre faz. A gente sempre pede para o entrevistado destacar um livro que tenha sido especialmente importante, alguma leitura que transformou...

Miriam – Olha. São muitas coisas. Eu acho que é difícil dizer um livro. Mas eu acho que no campo dos estudos da etnografia, dos estudos feministas, eu não tenho o que dizer mesmo o que são. E acho que aí é uma coisa assim. Menos que um livro, eu acho que é nessa nossa tradição, que encanta tanto os colegas estrangeiros, a tradição da antropologia brasileira como uma tradição de transmissão oral. Eu acho que a nossa transmissão, essa transmissão oral, ela é muito importante. Quer dizer, nessa linha. Eu sempre me identifiquei com o campo da antropologia urbana, porque eu tinha aula com Ruben Oliven e eu lia os trabalhos do Gilberto Velho. E do Gilberto Velho e de toda a equipe, da qual tu fazes parte, dos seus orientandos, com todos os livros que iam sendo publicados, como Maria Dulce Gaspar e outros. Então, essa linhagem vinda do Museu Nacional, do campo da antropologia urbana, esses eram livros que eu lia muito na

graduação e pós-graduação. A gente lia muito textos da Anpocs. Eu estava em Porto Alegre, trabalhava com a Claudia Fonseca e com a Noemi Brito, então recebia também muito da literatura feminista de primeira mão do que elas liam; pela Noemi, do que era produzido na Unicamp, pelo Peter, Verena, Mariza, foram coisas, também, que eu li que me marcaram muito. E textos de meus professores lá da UFRGS, que não tinham ainda livros, mas que depois, eu citaria Família, Fofoca e Honra, por exemplo, que é uma coletânea de vários textos da Claudia Fonseca, que eu citava muito. Várias linhagens foram importantes para mim. Eu diria, basicamente, essa linhagem do Museu Nacional, na antropologia urbana, da Unicamp, das questões de gênero, da UFRGS nesta articulação entre urbano e do gênero, e um pouco mais tarde, do diálogo com os colegas da UnB, que trabalhavam nesse campo de gênero.

8.3 Transmissão do Feminismo: campo político e construção de conhecimento

Entrevista realizada em Goiânia, na chácara do colega Gabriel Alvarez, por Eliane Gonçalves, em março de 2014, para projeto sobre a transmissão do feminismo no Brasil. Destaco nela as reflexões sobre a transmissão enquanto projeto político e acadêmico e a análise da construção do campo feminista no Brasil e a narrativa sobre a constituição do NIGS, Instituto de Estudos de Gênero, Fazendo Gênero e Revista Estudos Feministas na UFSC.

Eliane Gonçalves – Para conhecer um pouco da sua história pessoal gostaríamos de saber quanto tempo de feminismo você tem e como é que você chegou ao feminismo?

Miriam Grossi – Meu primeiro contato com um grupo feminista foi em Paris, em 1978. Fui passar um ano em Paris, com meus pais, num momento muito forte da luta pela anistia no Brasil, durante a ditadura militar. Então comecei a participar de um subgrupo de latino-americanas ligadas ao Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. Era também um momento de muita força do feminismo na França. Participei de uma grande manifestação pelo direito ao aborto, acho que isso em janeiro de 1979, e foi um marco no movimento de lá. Eu era jovem, estava ainda na faculdade, tinha vinte anos nessa época. Quando eu voltei para o Brasil, em 1979, já estava bem impregnada na militância feminista. Então havia em Porto Alegre o *Movimento Mulheres pela Libertação* (MML), mas logo que eu cheguei o MML já estava se subdividindo, em um daqueles famosos “rachas” do movimento feminista, e criou-se outro grupo, que era o *Ação Mulher*. A maior parte das integrantes do *Ação Mulher* eram feministas que haviam estado no exílio ou estudando no exterior e que retornavam a Porto Alegre. Foi ali que eu me integrei, entre 1979 e o início dos anos 1980. Já em 1981, naquela onda de criação de serviços de atendimento à violência contra a mulher, resolvemos criar um S.O.S. Mulher em Porto Alegre.

Em 1982 eu retornei a Paris para fazer meu doutorado, e eu tinha preparado meu projeto de tese para estudar feminismo, a violência e o S.O.S Mulher, mas quando cheguei na França a universidade me surpreendeu porque não havia uma professora mulher que pudesse me orientar, só havia homens professores orientadores. Em Porto Alegre, antes de ter ido para Paris, ainda no primeiro ano de faculdade, eu fui aluna da Maria Noemi Brito, que tinha feito o mestrado dela na UNICAMP e tinha sido aluna da Marisa Correa, da Sueli Kofes, da Verena Stolke, do Peter Fry. Então eu tinha me beneficiado de uma aproximação com a temática feminista, de gênero, com essas leituras. Também tive aula com a Claudia Fonseca, que estava chegando em Porto Alegre naquela época e deu um curso sobre antropologia da mulher. E em 1978 -1979, quando estive em Paris, eu tinha feito disciplinas: tinha estudado teatro (eu estudei com Augusto

Boal), e comecei a frequentar as disciplinas na École des Hautes Études em Sciences Sociales, e lá eu tive aula com Touraine e Castells, que estavam no auge daquela discussão sobre os novos movimentos sociais. Então eu já estava estudando essas coisas todas e queria fazer a tese nesse sentido, cheguei em Paris e a universidade em que eu estudava não tinha essa abordagem, não tinha nada sobre mulher ou gênero.

Naquele mesmo ano, em 1982, foi criado um grupo de pesquisa feminista bastante importante na França, na universidade de Paris VII, organizado por sociólogas – a Danielle Kergoat, a Dominique Fougeryrollas – que eram feministas de primeira hora e estavam voltando do congresso mundial da ISA, de sociologia, que tinha sido realizado no México. Entusiasmadas, criaram o grupo em Paris e aquela informação se espalhou. Fui a várias reuniões e então foi organizado o primeiro encontro de estudos feministas na França, sediado em Toulouse, em dezembro de 1982. Quando eu fui a esse encontro, já conhecia um grupo de pesquisadoras de Paris que tinha conhecido na biblioteca Margarithé Durand. O nome da biblioteca era de uma jornalista feminista que tinha constituído uma biblioteca muito importante sobre as questões da mulher, com dossiês de recortes de jornal, de várias coisas, no início do século XX, e em 1982 essa biblioteca já era bem instalada e organizada, acolhida pela prefeitura de Paris. Era lá que eu ia estudar todos os dias, e foi assim que conheci outras pesquisadoras – gregas, italianas, de todos os lugares – e nós criamos um grupo de estudos feminista. Não existia ainda esse campo de estudos na universidade, mas já havia pesquisadoras e estavam nos reconhecendo em lugares fora das salas de aula.

Depois disso retornei ao Brasil, no final de 1983, para fazer a minha pesquisa de campo sobre o S.O.S Mulher. Em 1986, abriu um novo concurso da Fundação Carlos Chagas e eu concorri, mas estava tão desorientada que não cogitei em fazer um projeto vinculado à minha tese e fiz outro projeto sobre as freiras de um convento de Santa Catarina. Ganhei o concurso e durante dois semestres em 1986 e 1987, foi uma loucura, porque fui fazer essa pesquisa - que eu gostei de ter feito - mas ao mesmo tempo eu estava acabando o doutorado, e nesse ínterim também havia começado a dar aula na Universidade de Blumenau (FURB). Voltei para Paris e acabei a tese, tudo sempre assim, nesse ritmo de muitas coisas juntas. Quando eu voltei, em 1988, eu tinha muitas possibilidades de atuação, onde trabalhar, mas era outra época, não havia concurso a toda hora e em qualquer lugar como agora. Aí me inscrevi no concurso da Universidade de Brasília (UnB) e passei em segundo lugar. Só tinha uma vaga, mas aquilo ficou no ar e logo em seguida me chamaram para assumir como visitante, e então eu já estava vinculada com Florianópolis, dava aula em Blumenau, e acabei ficando em Santa Catarina.

Em 1989 eu comecei a lecionar na UFSC, e já havia um núcleo de pesquisa sobre a mulher, que tinha sido criado em 1984 ou 1985, por algumas alunas do programa de pós-graduação em ciências sociais. A professora Ilse Sherren Warren, que trabalhava com movimentos sociais, também estimulava pesquisas sobre feminismo, como a realizada por Sonia Malheiros Miguel. Em março de 1989, a professora Anamaria Beck, diretora do centro de filosofia e ciências humanas, me chamou e disse: "Nós vamos fazer aqui uma semana da mulher, no dia oito de março, e vamos trazer pessoas de outras universidades e organizar atividades que dêem visibilidade ao que se faz na UFSC".

Então fizemos. Lembro que veio a Ana Vicentini, professora da UnB na área de letras, e quando nos reunimos – éramos um grupo de pesquisadoras de gênero na UFSC e um pessoal mais antigo das letras, psicologia, antropologia – resolvemos criar um núcleo de estudos de gênero, o NEG. O Instituto de Estudos de Gênero (IEG) é um sucessor desse núcleo, que na verdade já era a segunda tentativa de organização de um núcleo na UFSC, já que o Núcleo de Estudos da Mulher estava desativado.

Lá na área de letras, já havia então um trio muito importante que era Suzana Funk, Karen Rosa Couto e a Zaidé Unzadi, e elas organizaram naquele ano, 1989, esses encontros que existem até hoje sobre mulheres e literatura em Santa Catarina, e me chamaram para ser organizadora. Eu era bem jovem e elas me pediram para organizar uma mesa de ciências sociais e convidei a Albertina de Oliveira Costa e a Malu Heilborn que vieram pela primeira vez a UFSC em novembro de 1989.

Neste primeiro ano dei um curso de Antropologia da Mulher no PPGAS e outras disciplinas, fiz concurso e entrei na universidade em 1991, quando fui finalmente efetivada. Logo fiz pedidos de bolsa de iniciação científica e passei a orientar estudantes interessadas em gênero. As primeiras que orientei, Marisa e Carla, nem eram oficialmente minhas alunas mas faziam pesquisa sobre violência contra mulher na Psicologia e o orientador delas que não conhecia a área pediu minha co-orientação mas esqueceu de colocar meu nome nos artigos que publicaram com os dados que eu havia ajudado a analisar. Depois, orientei a Angela Sacchi, que hoje é professora aqui na UFG (com bolsa PNPd CAPES) que foi da segunda geração de bolsistas de iniciação científica, e ela sempre me relembra como foi que nós criamos um espaço para o núcleo de gênero: que puxamos as cadeiras e o armário do laboratório de antropologia, criamos uma parede e, como ela diz até hoje, fizemos uma “ocupação de território”. Foi assim que surgiu o NIGS, em 1991, mas a data de criação oficial ficou para novembro daquele ano, com um grupo de trabalho num evento – Abinha - que viria a se tornar mais tarde a Reunião de Antropologia do *MERCOSUL*

(RAM). Faziam parte da equipe do NIGS naquele momento meus orientandos da antropologia, na graduação e na pós.

Entre 1991 e 1994 muitas pessoas que eram do NEG foram fazer doutorado fora da UFSC e o NEG deixou de se reunir. Estas pessoas do antigo núcleo começaram a voltar e em 1994 a Zahidé Muzart resolveu organizar um seminário na UFSC – o Fazendo Gênero. Foi uma coisa muito legal porque ao ver o auditório cheio de gente e as apresentações e discussões, nós vimos que já tinha muita gente na UFSC fazendo pesquisa nesta área. Então, já sugerimos que fosse algo conjunto da Letras com o Centro de Filosofia e Ciências Humanas, e dois anos depois, em 1996, o evento já foi bem maior, com grupos simultâneos e convidadas de fora da UFSC

Eliane – Aí já tinha financiamento...

Miriam – Não, não tinha. Naquela época cada programa de pós-graduação dava uma passagem para uma convidada. Em 1996 convidamos quatro ou cinco pessoas dos cinco programas que estavam envolvidos: antropologia, sociologia, letras, história e psicologia. Nesse ano publicamos o segundo livro oriundo do Fazendo Gênero, pela editora Mulheres - *Masculino, Feminino, Plural*.

Depois, em 1999, a Albertina de Oliveira Costa me ligou e fez toda uma negociação para a *Revista Estudos Feministas* (REF) ir pra Santa Catarina, porque tinha acabado o dinheiro do financiamento da Ford. A Joana Pedro era diretora de Centro naquele momento e assumiu a responsabilidade, chamou a Carmem Vera Ramos, que era funcionária do CFH para trabalhar no projeto e assim começamos. Quando a REF veio para Florianópolis, não não tinha um tostão sequer, nem artigos para publicar, mas tinha um acervo de revistas antigas, e eu fui até o Rio para ver. Elas me levaram num depósito imenso, com prateleiras e prateleiras de REF's e eu pensei: "Bom, nós vamos vender isso aqui em coleções, vamos juntar um dinheiro para recomeçar a publicar a REF", e foi a primeira coisa que a gente fez. Eu perguntei à Cláudia Lima Costa, que já era professora na Letras, mas que não tinha acabado o doutorado ainda, se ela não topava de ser editora junto comigo, e a Cláudia foi muito importante para a editoria da revista. Depois de ter ido a uma reunião do Scielo, a Cláudia logo entendeu como funcionava o sistema, anteviu uma oportunidade de valorização da REF e voltou dizendo "Temos que indexar assim, publicar duas vezes por ano...". Assim, a REF foi uma das primeiras revistas que entrou no Scielo, porque a gente logo aderiu às regras e entrou oficialmente, em 2002.

Quando a REF chegou em Florianópolis, a ideia era de que ficaria alguns anos e depois mudaria para outra universidade, pois se pensava que a revista deveria circular em todo o Brasil. A cada seis meses nós fazíamos reuniões com o conselho editorial, que era formado por Albertina de Oliveira Costa, Bila Sorj, Malu Heilborn e outras que vinham menos freqüentemente, e

começamos a envolver mais gente na editoria. A Luzinete Simões Minella foi a primeira a ser envolvida já em 2002, quando fui eleita para representar a antropologia na CAPES. Nesta representação política na área de Humanas um dos principais desafios políticos daquele momento era a constituição do Qualis como algo que tivesse respeitabilidade entre as áreas. Foi um super trabalho, mas logo a gente entendeu quais eram as regras, o que ia valer e a gente adaptou a REF nestas regras, garantindo assim seu reconhecimento e impacto no campo das ciências humanas.

Eliane – É um *timing* muito perfeito para o Scielo e para a Capes...

Miriam – É, e como eu também estava no Conselho Técnico Científico da CAPES, o CTC, onde o embate era difícilíssimo, eu fazia trabalho político direto com as outras grandes áreas de conhecimento. No CTC havia praticamente só homens e eu lembro de chegar no CTC distribuindo folders da REF para todos. Eles olhavam para aquilo e diziam: "Revistas de estudos feministas, o quê que isso?". Tinha dois representantes por área, eu era da Antropologia, mas no CTC eu representava a área de humanas, e havia um representante das áreas de ciências sociais aplicadas que era da Bahia, um rapaz jovem e negro, da área de Comunicação e nós éramos super militantes. Nós não deixávamos passar nada, e logo começaram a nos chamar de "o movimento estudantil"... Tínhamos quarenta anos na época, éramos muito jovens. O que eu aprendi nesses processos é que tudo é uma questão de entender as regras e jogar o jogo de acordo com elas. Assim íamos sempre nessas reuniões do Scielo, da Associação Brasileira de Editoras Científicas, sabíamos o que estava acontecendo. A gente reestruturou internamente a REF e é a estrutura que permanece até hoje: temos várias equipes que trabalham simultaneamente em partes da revista, e o Conselho Editorial, que discute os artigos que chegam espontaneamente (são uns trezentos por ano). Era muito sofrido no início, ninguém queria ser editora, mas agora a Mara Lago, a atual editora chefe, trabalha loucamente e é super competente na articulação com a equipe composta por Cristina Scheibe e Tania Ramos.

Eliane – Ou seja, a revista é completamente sustentável hoje, e no tempo você acha que ela continuará, porque parece que tá muito planejado, profissionalizado...

Miriam – É sim, a REF não vai deixar de existir. No início, nem tínhamos ideia de como é que funcionava, eu ainda não era pesquisadora do CNPQ, morria de medo da responsabilidade de editar uma revista, mas a gente fez e creio que aprendemos a fazer bem. Agora temos essa secretária maravilhosa que é a Carmem Vera Ramos, que também é a secretaria geral do Fazendo Gênero. Ela é funcionária da UFSC, hiper feminista e engajada, supermilitante do movimento

sindical. A gente tem esse financiamento do CNPQ que não cobre os custos da revista, e por isto pensamos, em muitos momentos, em restringi-la para a versão eletrônica. Mas como gostamos da revista em papel a mantemos assim, nas duas versões. Eu conheço o esforço que é editar, a paciência para ler, reler e corrigir, mandar e voltar, e é uma coisa que para mim é muito, muito difícil. O que acho que contribuiu mais é que sou uma boa gestora e tenho ajudado a REF o o IEG a obter recursos e bem utilizá-los.

Eliane – Captar recursos...

Miriam – Captar recursos, propor projetos, fazer as coisas funcionarem, formar pessoas e criar equipes. Não é uma coisa fácil, mas eu sei fazer bem e dá certo. Quando a REF veio para a UFSC, fizemos um projeto para a Fundação Ford, que não queria mais dar financiamento nenhum para a edição da revista. Mas fomos lá no Rio de Janeiro, no início dos anos 2000, argumentar e defender nossa demanda de apoio. Assim conseguimos convencer a Fundação Ford de fazer um projeto para criar uma rede de revistas feministas. Era um projeto que envolvia encontros das editoras das revistas acadêmicas e de ONGs. O que nós produzimos foi muito legal. Acho que desenvolvemos essa articulação entre espaços feministas que é essencial para a REF. Juntávamos nestes encontros as ONGs e grupos feministas que tinham publicações, com as editoras de revistas acadêmicas, e essa política depois se transmitiu ao Fazendo Gênero e ao IEG. Vendíamos a REF em eventos e encontros acadêmicos ou de militância, e isso funcionou muito bem. No Fazendo Gênero, vendemos milhares de pacotes de revistas por um preço ínfimo mas todo mundo ficava feliz em levar uma coleção da REF para sua prateleira. Como temos a linha de gênero no doutorado interdisciplinar que passou para o conceito seis na avaliação da CAPES, vimos bem o impacto que a REF teve também na avaliação de programas onde há pesquisadoras feministas que publicam na revista. Apesar do PPGICH ser um programa pequeno, com poucos professores, é um programa de pós-graduação muito poderoso, porque ele é interdisciplinar e só acolhe professores sênior, de todas as áreas. Temos pessoas muito produtivas e ninguém está em competição; quem está ali o faz por prazer. O interdisciplinar tem nos ajudado também no financiamento da REF porque a parte editorial é cara: é revisão, editoração gráfica...

Outro campo complicado na gestão de uma revista são os recursos humanos. Estamos em uma batalha para conseguir novos funcionários para a REF, mas essa é uma batalha política e inglória. Essa coisa de funcionários e bolsistas, por exemplo. Uma revista sem uma boa secretaria não funciona, a Carmem Vera é uma, mas ela faz o trabalho de dez, e ela tem acumulado toda a história da REF na UFSC. Essa é uma preocupação que eu tenho da continuidade na editoria. As

peças que fazem a REF não vão ficar para sempre na UFSC, e essa transmissão e esse aprendizado, sobretudo pra quem está em início de carreira, quem é mais jovem, é uma coisa que consome um tempo enorme e não rende. Então é difícil que pessoas mais jovens peguem esse tipo de responsabilidade.

Eliane – É como funciona processo de reposição. Você, por exemplo, com a sua *expertise* em gestão, tem algo que chega perto disso?

Miriam – O IEG agrupa professoras da UFSC e da UDESC – da UFSC são mais antigas, da UDESC são um pouco mais jovens. Temos tentado que o pessoal da UDESC assuma, mas são outras dinâmicas institucionais. É muito pequeno, na UFSC, o número de pessoas que entraram nos concursos, e nunca conseguimos fazer um concurso específico para a área de gênero, em nenhum departamento. Então, o que tem acontecido é que, de vez em quando, por sorte grande, entra alguém no concurso geral que trabalha com gênero. Acredito que a única solução que teremos para essa reposição é fazer como na Bahia e criar um curso de graduação. Isso porque um curso de graduação é o único caminho de entrada de novos professores em uma universidade federal. Então, eu acho que essa é a única saída, mas é uma coisa também, que exige uma negociação política complexa.

E o problema da infraestrutura é gravíssimo. Trabalhamos em condições péssimas, em um espaço pequeno, é muito complicado, e não vemos nenhuma perspectiva no horizonte, a curto, médio e longo prazo. E não é nem a questão do dinheiro; o problema é que não temos autorização da reitoria para criarmos um projeto de construção de um prédio próprio para o IEG, para pedir recursos, porque não há mais espaço físico para construir no campus.

Eliane – Sabe que isso é frequente também nas organizações que investiram na institucionalização e constituíram bibliotecas? É o caso particular de Transas do Corpo (em Goiânia), mas agora vendo o S.O.S. e o Papai (em Recife), o Curumim, o Cunhã, vejo muita semelhança.

Miriam – Nós, por exemplo, tentamos entregar o acervo do IEG para a Biblioteca da UFSC, mas ela já não aceita mais nada porque não tem espaço. O IEG, no início, tinha bolsistas para classificar o material que recebia, enviar cartas de agradecimento mas agora nem isto mais temos porque não temos lugar para uma biblioteca ou um centro de documentação. Infelizmente não temos no Brasil um arquivo do feminismo e não vejo ninguém o constituindo. Na UFSC nós temos um acervo imenso: físico e virtual. Há um tempo atrás fizemos um acordo com a biblioteca para colocar on line nosso acervo de teses sobre violência. Escaneamos tudo –

bolsistas e bolsistas durante anos a fio escaneando todo o acervo— mas mudou de reitoria e a nova bibliotecária chefe decidiu que não vai colocar online o nosso acervo.... Certa vez, o CFEMEA nos deu um arquivo de recortes de jornal, tudo o que eles tinham acumulado desde os anos setenta. Temos um acervo muito grande, mas há dois anos atrás, o chefe do departamento de antropologia solicitou que o NIGS jogasse este acervo fora porque “ocupava muito espaço”. Então tive que fazer um documento, explicando que não poderia fazer isso, porque o departamento tinha se comprometido com o CNPQ, com a Fundação Ford, com outras agências de financiamento e que todo esse acervo é resultado de pesquisas institucionais. Isso é frustrante. Eu tenho trabalhado com arquivos para estudar a história das mulheres na antropologia e sei da importância deles.

Eliane – E o mundo virtual não contempla tudo.

Miriam – Não, não dá. Eu tenho um projeto da FAPESP com o CNPq, tenho cem mil reais para comprar equipamento e não posso comprar porque não tenho onde colocar cem mil reais de equipamentos e eu vou ter que gastar até o ano que vem.

Eliane – As verbas de custeio são limitadas e capital tem muito.

Miriam – Não, mas o pró-reitor diz assim: "Não, não tem o que fazer, não posso ajudar, veja com a direção do centro...". E aí falo com a direção do centro e me dizem que não podem fazer nada porque quem teria de resolver isto é o departamento de antropologia. E vira um problema sem solução.

Nas minhas viagens pelo mundo, por vários centros de pesquisa, a existência de um prédio, de uma referência territorial onde se agrupem todas as pesquisas, isso é base pra uma instituição. Isso o que eu lamento na UFSC. A instituição está deixando de reconhecer um grupo super competente e que dá uma grande visibilidade à universidade. O IEG tem pelo menos quarenta professoras doutoras que dão aula na pós-graduação, que orientam, que produzem. A UFSC é a única universidade do Brasil que tem isso, e a gente não pode nem fazer uma reunião das diferentes equipes pois não tem uma sala, não tem um lugar que a gente possa juntar as pessoas regularmente.

Eliane – Mas nesse efetivo todo, vocês conseguem perceber um movimento de renovação geracional? Pessoas mais jovens estão chegando...

Miriam – Pessoas mais jovens estão chegando e nós formamos muita gente, mas não há reposição suficiente de quadros na docência, e sobretudo, os que entram também estão

sobrecarregados com este novo modelo de universidade, de pós-graduação, de mostrar-se “produtivo” através de atividades que acabam necessariamente sendo mais solitárias e individualistas como as publicações.

Eliane – Há algo qualitativamente diferente em relação ao feminismo?

Miriam – Vejo que essa nova geração entra no feminismo pela universidade e pela pesquisa. Não temos nessa geração muita gente que seja realmente engajada nos movimentos sociais.

Eliane – Conhece o feminismo inicialmente pela teoria, faz uma discussão conceitual, mas não tem a memória do movimento, porque não esteve lá também...

Miriam – É, eu sinto isso. É uma postura de engajamento, que quem passou pelo movimento tem. Essa nova geração está mais presa nas regras de produtividade. Ao mesmo tempo, o NIGS atrai lideranças de todos os movimentos, do movimento LGBT, do movimento feminista, do movimento lésbico, negro, por deficiência, então lá tem muita gente militante, e são jovens, estão na graduação.

Eliane – Os grupos reconhecem esse lugar como um lugar de interlocução. Dá para saber como é a recepção da produção acadêmica no movimento?

Miriam – Ali na UFSC tem o coletivo Gozze, e eles fazem as nossas disciplinas também e são super militantes. No ano passado, o Felipe Fernandes, que fazia pós-doutorado comigo, deu uma disciplina sobre gênero e sexualidade, e como ele é também super militante, eu dizia: "Felipe, nós não podemos só formar o pessoal da militância, temos que formar todo mundo. Isso aqui é uma disciplina da graduação e não um espaço de formação de quadros para o movimento LGBT". Quando eu quebrei a perna, ele ficou sozinho na aula, e pode levar o trabalho de forma muito competente neste sentido e eu reconheço que formou gente bem militante. Uma coisa que ele propôs, que eu vou repetir nesse semestre, era a leitura do *Lampião da Esquina*, mostrando o quanto era um jornal a frente de sua época.

Eliane – Um dos primeiros jornais dos movimentos.

Miriam – As pessoas dos movimentos leem muito das nossas produções, nossos cursos, nas formações que a gente dá pelo Brasil afora.

Eliane – Você acha que hoje, se nós olhamos pra universidade e para os movimentos, o lugar de transmissão do feminismo em termos de ideário, as pessoas que estão fazendo a coisa mais *strictu sensu* acadêmico?

Miriam – Não, mas eu não dou uma aula, na graduação e na pós, sem ter oficinas.

Eliane – É mesmo?

Miriam – É um diferencial, que não vem apenas do movimento feminista mas de outras concepções pedagógicas pós-construtivistas. Os alunos, às vezes tem uma certa resistência, principalmente na pós-graduação, mas depois aprovam. Em quatro horas, você tem que criar muito, tem que ter uma dinâmica especial: todas as aulas têm oficinas, trabalho em grupo, jogos, pois é preciso fôlego para professora e estudantes aguentarem quatro horas juntos aprendendo o tempo inteiro, sem tédio.

Eliane – Você acha que a universidade tem eficácia em termos de transmissão, e que numericamente atinge mais gente?

Miriam – Eu acho que a universidade faz isso, sou bem convicta. No caso da UFSC o trabalho que a gente faz nas aulas, nos núcleos de pesquisa, no Fazendo Gênero, tudo isso são formações práticas muito importantes. O Fazendo Gênero tem mais de duzentos monitores. A Tânia Ramos, colega da Letras, há anos é coordenadora da monitoria, e ela trabalha para valer. Quem passa pela monitoria do Fazendo Gênero também aprende sobre feminismo. Em Florianópolis, a Marcha das Vadias é muito forte, e quem encabeça é uma gurizada anarquista. Muitas delas são nossas alunas. Claro, eu tomei a organização da Marcha como parte do que elas fazem no núcleo, das atividades de suas bolsas de iniciação científica e extensão. Mas elas fazem uma diferenciação entre uma coisa e outra. Eu tenho a sensação de que está havendo também um renascimento da militância feminista entre estas jovens, que também são veganas e anarquistas.

Eliane – É uma revivescência dos ideais anarquistas, da forma autogestionária, e de uma contestação de certas coisas que foram “encaretadas”. E o que vocês vivem é muito diferente dos espaços institucionais, que são os paradoxos que eu vejo, de pessoas que são feministas, fazem interlocução com movimento, mas na academia se comportam de um modo que não pode fazer nem alusão aos movimentos.

Miriam – Essas meninas também são bem militantes. Por exemplo, no ano passado, uma mulher evangélica assumiu a Coordenadoria da Mulher de Florianópolis. Foi uma coisa horrível e

foram as meninas que me convenceram de que eu deveria estar no conselho, que eu deveria me candidatar e eu acabei fazendo isto e hoje sou conselheira do CONDIM.

Eliane – Eu fico pensando na quantidade de trabalho para lidar com tudo isso, no tanto de horário para cumprir...

Miriam– É, são centenas de coisas. São várias frentes, e agora nós estamos na organização do próximo Fazendo Gênero que será junto com o Mundo de Mulheres, em 2017, e organizar isso é um imenso trabalho.

8.4 Construção do Campo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade no Brasil

Esta é uma versão editada por Miriam Grossi de entrevista, ainda inédita, concedida à pesquisa “Gênero e sexualidade na pesquisa e na produção científica brasileira: processos de mudança, atores, redes e desafios.”, coordenada por Regina Facchini (UNICAMP) e realizada por Marcelo Perillo (doutorando na UNICAMP) no espaço de lazer do Hotel Transamérica Flat em São Paulo, no mês de setembro de 2012. Nela são abordados aspectos relativos ao campo dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil, tendo como eixo a contribuição da UFSC para a construção deste campo.

Marcelo Perillo – Vamos começar com uma apresentação: Onde você nasceu, qual é a sua cidade...?

Miriam Grossi – Eu nasci em 15 de julho de 1958, em Porto Alegre, onde morei até os 23 anos. Depois eu fui fazer doutorado na França e, aos 29 anos, eu fui para Florianópolis, que é onde eu moro até hoje.

Marcelo – E a sua escolarização? Estudou em escola privada ou particular?

Miriam – Estudei primeiro no colégio João XXIII, que era uma escola alternativa de Porto Alegre, criada nos anos 1960 por um grupo de pais que queriam uma escola diferente. Depois, quando criança, morei um ano na França – estudei em escola pública – e na sequência, em Porto Alegre, estudei na Escola Florinda Tubino Sampaio, que ficava no bairro Petrópolis. Então cursei o que era o segundo grau científico na época no Colégio Israelita Brasileiro, no qual eu tive muitas experiências no movimento estudantil.

Depois disso entrei na UFRGS, em 1977. Cursei Ciências Sociais, e junto com ela também fiz a faculdade de Direção Teatral, mas não cumpri todos os créditos porque muito rapidamente terminei a primeira faculdade e fui para a França, para fazer mestrado e doutorado na Université de Paris VINICIUS Comecei no mestrado no ano de 1982 e defendi meu doutorado em 1988. Fiz a minha tese sobre a violência contra a mulher, tema ligado à militância feminista que eu tinha desde os anos 1970, primeiro no grupo Ação Mulher e depois no próprio S.O.S. Mulher de Porto Alegre. Em 1988, quando defendi a minha tese, eu já tinha prestado concurso para a Universidade Regional de Blumenau (FURB), e lá dei aulas durante um ano. No ano seguinte, 1989, eu comecei a trabalhar na UFSC como professora, e agora já estou há 23 anos nessa universidade.

Marcelo – Com relação a esses contatos que você manteve antes do ingresso na universidade, você mencionou um vínculo com algum movimento social?

Miriam – Quando eu era adolescente, na década de 1970, durante a ditadura militar, eu tinha participação no movimento estudantil de esquerda. Logo aos 13 anos já me aproximei do que na época era o Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais (IEPES), grupo ligado ao MDB (antiga sigla do PMDB), uma proposta de Fernando Henrique Cardoso, Otavio Ianni, Luciano Coutinho, Paul Singer e outros intelectuais vinculados ao CEBRAP e UNICAMP. Esse grupo jovem, do qual eu participava, estava vinculado ao espaço do MDB na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, e ali eu tive bastante participação. No ginásio, eu também atuava no grêmio estudantil, e durante o científico integrei uma chapa que concorreu ao Grêmio no Colégio Israelita e através do qual fizemos muitas atividades.

Em 1977 entrei no curso de Ciências Sociais da UFRGS, onde havia um dos diretórios acadêmicos mais ativos da universidade, na época, o DAIU. Mas ali minha participação foi um pouco mais distante pois já percebia diferenças em relação à política de esquerda, mais trotskista que imperava no movimento estudantil universitário e já começava a me sentir mais próxima de movimentos mais libertários.

Logo após entrar na universidade eu fui para a França, em 1978, e foi onde eu comecei a militar no movimento feminista, através do Círculo das Mulheres Brasileiras, onde havia toda uma mobilização feminista ligada aos brasileiros e brasileiras no exílio. Foi assim também que conheci alguns brasileiros exilados no curso de teatro da Universidade de Paris III (Censier) onde fiz uma disciplina com o Augusto Boal, que era professor lá, e foi um espaço em que encontrei muitas dessas pessoas que me levaram para a militância feminista, que já era importante no movimento de esquerda local. Eu voltei para o Brasil, para Porto Alegre, em julho de 1979 e em agosto veio a Lei da Anistia e muitas pessoas voltaram do exterior. Foi aí que criamos, em Porto Alegre, o grupo Ação Mulher, onde eu canalizei minha militância mais para o feminismo do que para os grupos estudantis, que ainda eram bem fortes naquela época.

Marcelo – E como se deu a escolha dos seus cursos de graduação?

Miriam – Como eu tinha morado na França aos 10 aos 12 e depois eu estudei por vários anos na Aliança Francesa onde fiz o que na época já era equivalente a um curso universitário, o diploma de Nancy, que me habilitava como professora de francês, eu já tinha uma aproximação com a área de Letras, Ciências Humanas e Artes. Quando foi na hora de fazer vestibular, eu estava engajada com política e a sociologia parecia ser o lugar onde se juntavam política e estudo universitário. Na época eu também pensava em fazer o curso de Psicologia, tentei até na PUC,

mas não passei, nem eu nem meus colegas de esquerda. Entendemos que aquela reprovação no psicotécnico que havia um forte viés ideológico naqueles testes profissionalizantes, e assim decidimos que nós não íamos fazer um curso com esta visão estreita do indivíduo, não ligado ao social. Então prestei vestibular uma primeira vez em 1977 para Ciências Sociais e no ano seguinte, 1978 para Direção Teatral. Fiz esses dois cursos na UFRGS, que naquele momento era a melhor universidade que havia em Porto Alegre. Dessa forma, minha entrada nas Ciências Sociais se deu mais pela questão da política.

Marcelo – Como você se aproximou dos estudos de gênero e sexualidade?

Miriam – Quando eu estava na França, em 1978 e 1979, era um momento muito forte para o movimento feminista francês e, eu já havia começado a participar de discussões feministas. Mas antes disso, na UFRGS, eu tive aula de Antropologia I com a professora Maria Noemi Castilhos de Brito, que estava chegando de um mestrado na Unicamp e estava fazendo pesquisa sobre as mulheres operárias da indústria têxtil de cobertores em Caxias do Sul. Naquela época não existiam bolsistas de iniciação científica; o professor convidava o aluno para fazer parte de suas pesquisas, como auxiliar. E a professora Noemi me convidou, junto com outros alunos, para passarmos um fim de semana em Caxias do Sul. Participando um pouco de algumas entrevistas, que eu mesma transcrevi. Então eu já tinha tido esse contato com questões de gênero e da mulher, com a professora Maria Noemi que foi uma professora bem importante na minha trajetória. Infelizmente morreu de câncer, muito jovem em 1996.

Depois, nos anos 1990, eu fui pra França, e lá eu fiz disciplinas de dois cursos na *École des hautes études en sciences sociales*, uma com Alain Touraine e outra com Manuel Castells, também sobre movimentos sociais. Ambos foram determinantes para a minha vontade de estudar feminismo e movimentos sociais. Quando voltei para o Brasil, em 1979, a Claudia Fonseca estava recém começando a dar aulas na UFRGS – ela tinha vindo da França, onde trabalhou para a UNESCO sobre questões de gênero e campesinato na África – e ela foi a primeira pessoa que me deu uma disciplina de Antropologia da Mulher. Neste momento eu já era militante feminista. Como naquela época não era exigido o Trabalho de Conclusão de Curso, meu primeiro projeto de pesquisa foi voltado para o mestrado, para a questão da violência contra a mulher e o S.O.S. Mulher.

Marcelo – E que autores, metodologias e contextos favoreceram o desenvolvimento desses estudos nesse contato inicial?

Miriam – Eu me lembro de ter lido Maurice Godelier, um autor que era bem importante naquela época para pensar a dominação masculina, com seu livro sobre os Baruya da Nova Guiné. Também li Christine Delphy naquele número inicial que é o marco do feminismo francês, e num primeiro momento, leituras mais marxistas, da terceira internacional, Alexandra Kollontai e Clara Zetkin. Como eu tinha morado na França, também tinha comprado coisas da Emma Goldman. Tinha ainda o Cahiers du Feminisme, que era uma publicação ligada ao pessoal *trotskista* da Quarta Internacional, e o “Educar para a Submissão” da Elena Belotti, que tratava dos papéis de gênero e representações.

No Ação Mulher, nós tínhamos um grupo de estudos, liam-se muitas coisas, até hoje ainda tenho muitos livros comprados nessa época. Os grupos feministas eram lugares onde a gente estudava muito e várias pessoas no grupo eram mais velhas, muitas já professoras, muitas já com mestrado, então tinha uma disciplina de leitura, que eu aprendi desde cedo pela militância e que foi muito importante para minha carreira acadêmica. Minha primeira publicação foi uma coautoria com companheiras do Ação Mulher e foi publicada por Suzana Albornoz em em uma coletânea que fez sobre mulheres na educação. Isso foi em 1980.

Marcelo – Então quer dizer que esse ingresso na trajetória dos estudos de gênero tem relação com a sua formação acadêmica, as pesquisas envolvidas e, simultaneamente, a formação política militante?

Miriam – É, mas foi a militância que me levou para a formação acadêmica. Nos anos 1970 as coisas eram muito misturadas, então naturalmente a maior parte das pessoas que foram pesquisadoras e criaram campos feministas nesse momento, nos anos 1970 e 1980, tiveram também algum vínculo com militância.

Marcelo – Com relação aos estudos de gênero e sexualidade, o que você poderia mencionar como incentivos e estímulos e, paralelamente, as dificuldades para continuar nessa trajetória?

Miriam – Em 1982, quando acabei a graduação eu fui estudar na França e, quando cheguei lá, foi uma grande decepção. Não havia nenhuma mulher no departamento de antropologia que pudesse me orientar – no Brasil já tínhamos mulheres professoras, enquanto que na França com habilitação para ser orientador não existia ninguém no departamento onde eu estava. O orientador com quem eu fui trabalhar era uma pessoa muito interessante, o Louis Vincent Thomas, ele trabalhava com violência, morte, e ele me introduziu nessa literatura mais clássica da antropologia política. A Universidade de Paris V era uma universidade com bastantes professores

africanistas, então estudei muito essa área que era fortemente marcada pela visão crítica marxista pós-colonial com professores como Georges Balandier e outros desta linha.

Já em 1982, eu participei das primeiras reuniões do grupo de pesquisa de Paris VII, onde, posteriormente, a professora Michelle Perrot se tornou a referência dos estudos sobre História das Mulheres. Nesse ano ocorreu o primeiro encontro feminista Francês em Toulouse, e foi um marco dos estudos feministas da França. Foi ali que surgiu a Associação Nacional dos Estudos Feministas (ANEF).

Uma pessoa muito importante para a minha formação foi a Anette Goldberg, que era uma colega mais velha, tinha defendido a dissertação de mestrado com a Alice Abreu na UFRJ e depois fez doutorado com a Michelle Perrot em Paris VII. À Anette Goldberg eu devo muito de minhas leituras, informação teórica, e foi uma pessoa com quem dialoguei muito nesse primeiro momento. Ela fazia parte desse grupo de pesquisa e como era ligada a um pessoal da esquerda brasileira no exílio, muitos trotskistas, como ela eu conheci a Eleni Varikas, – havia um grupo de gregas de quem eu era muito amiga, e eram todas pesquisadoras feministas dessa primeira geração. Ali na França tinha isso de formação internacional, um diálogo internacional com uma nova geração de feministas que foi bem importante no início dos anos 80 para mim. Talvez até mais do que com as francesas feministas desta época que estavam muito divididas entre quem era “institucionalizada” ou seja tinha um emprego formal como professora ou pesquisadora, ou era “fora da instituição” o que significava ser militante autônoma. Ambos os grupos brigavam muito e isto fazia com que os debates teóricos do feminismo francês fossem muito segmentados e em espaços mais fechados.

Marcelo – E quanto a essa dificuldade para conseguir orientação de professoras formadas na França...

Miriam – É, não tinha. Eu até pensei em mudar para outras universidades onde tivesse, mas era complicado. As pessoas que trabalhavam com o tema das mulheres eram mais ligadas ao campo de Lévi-Strauss, que trabalhava com parentesco, e eu não tinha tido na época nenhuma formação sólida nesse campo pois tinha tido uma formação foi mais sociológica na graduação. Eu tinha um bom diálogo com os meus professores de Porto Alegre, sempre tive esse vínculo.

Em 1982 o Ricardo Coelho, colega da graduação e grande amigo que estava fazendo mestrado na USP em Ciência Política, me colocou em contato com Maria Filomena Gregori e Heloísa Pontes, que estudavam o S.O.S. Mulher em São Paulo. Era o primeiro grupo de pessoas pesquisando sobre violência contra a mulher, e logo pensei que nossas teses ficariam muito parecidas, pois pensava que era quase o mesmo tema! Fui conversar com o meu orientador sobre

isso, mas ele respondeu: “Mesmo que seja sobre o mesmo assunto, no mesmo lugar, não há duas pesquisas iguais”. E essa afirmação e a forma como aprendi o que é a construção do objeto de investigação a partir da trajetória intelectual da pesquisadora, me levou a pensar muitas coisas que eu trabalho até hoje em relação a questão da subjetividade e metodologias.

Lá na França, a Anette Goldberg me colocou em contato com a Maria Luiza Heilborn, que era estudante no Museu Nacional e orientada pelo Gilberto Velho e já uma referência no campo dos estudos feministas pela publicação que dirigia na Editora Zahar – Perspectivas Antropológicas da Mulher. Eu não estava no Brasil mas já me articulava com outras pesquisadoras que estudavam neste campo aqui. Em abril de 1984, eu fui na reunião da ABA em Brasília, e era bem na época das lutas políticas pela democracia, do movimento das Diretas Já! ... Eu fui de Florianópolis até Brasília ônibus comum, dormimos no chão em um colchonete em sacos de dormir que a gente levou, na casa de um amigo do amigo. Eram tempo heróicos, nada a ver com o que se transformou o campo acadêmico nessas três décadas, desde o início dos anos 80 até agora. Claro, tudo mudou e hoje temos muito dinheiro para pesquisa, muitas bolsas, e o campo de estudos feministas é radicalmente outro. Hoje meus alunos nem pensam em ir numa reunião da ABA de ônibus, muito menos sem financiamento.

Marcelo – Com relação às suas parcerias intelectuais nessa trajetória, quem foram as primeiras pessoas com quem você dialogou diretamente ou desenvolveu trabalhos?

Miriam – Eu já citei a maior parte das pessoas: minhas professoras lá de Porto Alegre, a Noemi Castilho Brito e a Claudia Fonseca, e colegas que eram do grupo militante, a Maria Conceição Carrion, Suzana Albornoz, Sonia Pilla, Anette Ralfin, Doris Breitman. Muitas delas tinham vindo do exílio, que tinham estudado – a maior parte delas tinha estudado na França –, e que foram pessoas muito importantes na virada dos 1970 para os 1980 na minha trajetória de pesquisadora feminista. Depois, na França, o grupo de pessoas que eu conheci, eram estas pesquisadoras gregas, as francesas que estudavam Sociologia do Trabalho, pessoas que até hoje eu me relaciono. Meu diálogo com a Bibia e a Heloisa foi à distância, nunca foi um diálogo muito próximo. E em Florianópolis tinha a professora Ilse Scheren-Warren, que me estimulou muito a estudar o movimento feminista.

Também me aproximei muito da Albertina de Oliveira Costa, da Fundação Carlos Chagas, por ocasião do concurso de pesquisas sobre a mulher ao concorrer e fui selecionada em 1986. Além das pessoas que eram do grupo coordenador do concurso, conheci lá a Sonia Malheiros Miguel, Parry Scott, a Paula, que é dessa mesma geração, da sociologia rural.

Eu considero essa pesquisa sobre as freiras, que fiz com o apoio da Fundação Carlos Chagas em 1986-1987, como uma de minhas dissertações de mestrado, junto com a pesquisa que fiz sobre alimentação na Bretagne cujo título é Crêpes, Fars et Galettes. Passei um ano, no meio do doutorado, pesquisando no convento. Neste mesmo período comecei a dar aula em Blumenau e acabei voltando para a França para terminar meu doutorado em setembro de 1987.

Marcelo – Você falou não só das suas parcerias, mas também sobre como elas mudaram nesse tempo, né? Como seus vínculos foram se estabelecendo e se desenvolvendo?

Miriam – O período da graduação ao doutorado foi muito importante para a criação de vínculos mais duradouros, mas as redes de contato só foram se desenvolver quando comecei a dar aula em Florianópolis. Criamos ali um grupo de pesquisa sobre gênero, e foi essa primeira rede de pesquisa nacional. Durante vários anos fiz muitas coisas junto com a Maria Luiza Heilborn e a Ana Vicentini, que é professora da área de licenciatura e trabalhava na UnB.

Em 1990, promovemos o 3º Encontro de Mulheres da Literatura na UFSC. Quem organizava era um grupo de colegas de Letras que eram as pioneiras dos estudos sobre a mulher na UFSC, Zahidé Muzart, hoje dona da Editora Mulheres, Susana Funck, que continua na UFSC e é uma das editoras da REF, e a Carmen Rosa Caldas-Coulthard, que nesse meio tempo se casou com um inglês, se aposentou e foi dar aula na Universidade de Birmingham. Essas três mulheres, que eram das áreas de literatura, língua inglesa e linguística, foram pessoas que me acolheram de forma muito generosa quando cheguei na UFSC e me colocaram já na organização desse encontro, junto com elas.

Outra pessoa bem importante dessa geração foi a Anamaria Beck, antropóloga que já tinha trabalhado com o tema das mulheres rendeiras e pesca, e que na época era diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da UFSC. Foi ela que me chamou para organizar uma semana da mulher no CFH em março de 1989, e no encontro chamamos quem estava trabalhando com questões de gênero na época, muita gente da psicologia, ciências sociais, jornalismo, letras e enfermagem.

Então logo no primeiro semestre na UFSC, em 1989, eu já dei a disciplina de Antropologia da Mulher, que ajudou a constituir uma primeira grande rede de pessoas que estavam fazendo pesquisa de mestrado ou doutorado. A Elisete Schwade, que foi aluna nesta primeira disciplina hoje é professora na UFRN e constituiu uma rede importante de pesquisadoras do tema em Natal.

Nos anos 1990 organizamos grupos na ABA. Na reunião de Florianópolis, em março de 1990, e organizei um grupo de trabalho sobre gênero. O Luiz Fernando Dias Duarte era um dos

debatedores, e ele perguntou, até hoje todo mundo lembra, se “gênero era mesmo uma categoria heurística, se serviria para alguma coisa ou não”. A Ondina Fachel Leal e as alunas dela, a Ceres Victora e a Daniela Knaut, estavam nesse grupo também. E ali naquela RBA, na sala ao lado da nossa havia um grupo organizado por Luis Mott sobre sexualidade. Mas eram grupos que não se falavam: o nosso era o das mulheres e o outro era dos homens gays. O Dennis Werner, um dos pioneiros nos estudos sobre homossexualidade no Brasil, que era meu colega na UFSC, fazia parte deste grupo.

Em 1992, na reunião de Belo Horizonte, eu me lembro que a gente propôs uma mesa sobre gênero, acho que coordenada pela Lia Zanotta, e foi a primeira vez que teve uma mesa de gênero na RBA. Depois fui convidada como professora visitante na UNB e fui trabalhar no NEPeM, que era coordenado justamente pela Lia, Rita Segato, Lourdes Bandeira e Tania Montoro. Nesse semestre que fiquei em Brasília, eu tive como bolsista Nívio Caixeta, que hoje trabalha no IUPERJ e com quem trabalhamos muitas horas na constituição de um vasto acervo de matérias de jornal sobre violências contra mulheres e grupos minoritários, que era a pesquisa que eu desenvolvia com apoio do CNPq na época.

Em 1996, quando fui fazer o pós-doutorado na França, comecei os estudos sobre parentalidade homossexual. Eu comecei a acompanhar formalmente os eventos da Associação dos Pais Gays e Lésbicas (APGL). Quando voltei, em 1998, fiz o meu primeiro projeto do CNPq para estudar parentesco de forma mais sistemática. Numa ANPOCS no início dos anos 2000, apresentei um trabalho que depois foi publicado nos Cadernos Pagu, e o Luiz Mello estava assistindo e veio conversar comigo, falou da tese dele e muito rapidamente surgiu a ideia de fazermos um projeto conjunto. Acho que foi uma das primeiras redes que se articulou para discutir essas questões no Brasil.

Outra coisa importante é que, em um momento em que eu estava em Paris, em agosto de 2001, a Malu Heilborn me ligou para me convidar para fazer um projeto do CLAM. Era um tempo em que não existia Skype, nós falávamos no telefone, era uma coisa cara, e nós conversando sobre essa ideia do CLAM, que então se constituiu e eu participei de seu primeiro momento. Depois de uns dois anos a rede nacional pereceu e aí o CLAM se tornou um projeto mais latino-americano. Nesse momento, eu dei pela primeira vez, uma disciplina com o título “Sexualidade” no PPGICH da UFSC. Ali que se constituiu a sexualidade como um título de disciplina mas eu já abordava este tema antes nas disciplinas que ministrava. Temos essa particularidade no Brasil: a própria fundação dos estudos sobre gênero na Unicamp, com Peter e Verena, em 1971 e 1972, já se produz no diálogo entre gênero e sexualidade, mulher e homossexualidade, junto com os movimentos sociais. Então eu localizo aí no início dos anos 2000, com a chegada do CLAM no

Brasil e a criação de concursos, de investimento específico na questão da sexualidade, que esse campo vai ter essa nomeação de sexualidade e que vão se produzir pesquisas e publicações mais precisas sobre o tema.

Marcelo – Mas você, no começo do pós-doutorado em Paris, não trabalhou especificamente com gênero e sexualidade, não é?

Miriam – Não, eu fiz as duas coisas. Eu tenho gêmeos no meio do céu, sempre faço pelo menos dois ou três projetos paralelos. Foi assim que eu fiz o doutorado, violência contra a mulher e freiras. Depois no pós-doutorado e o projeto oficial era a história da antropologia, tema que eu continuo trabalhando até hoje, mas ali eu comecei a trabalhar também com parentalidade homossexual. E em 2000 comecei a dar disciplinas de sexualidade.

Marcelo – Naquele tópico que você explanava sobre as redes e as parcerias, você mencionou a RBA e a Anpocs. Existiam outros âmbitos de articulação de redes?

Miriam – Não. É muito difícil pra vocês terem sequer a dimensão de como era a vida antes de existir internet e telefone celular e tudo que tem hoje. Porque quando eu fui fazer o doutorado, em 1982, era assim: você escrevia uma carta e ela levava, se fosse rapidíssimo, 5 dias úteis para chegar no Brasil. Uma pergunta, uma questão qualquer, pessoal, profissional, levava no mínimo duas semanas para ser respondida, e hoje isso se faz em segundos. Naquele momento só era possível produzir redes presencialmente quando você se encontrava com as pessoas, e ter redes exigia acessibilidade e periodicidade. Você tinha que fazer um encontro, ter aquele grupo de trabalho junto, tinha que produzir alguma coisa para produzir diálogos. Hoje é bem diferente, tem outras dimensões. Você me perguntou sobre as redes. Nesse período aí eu acho que CLAM teve um papel importante, na década de 1990...

Marcelo – Você era vinculada ao CLAM?

Miriam – Sim, eu fiz parte do grupo que criou o CLAM.

Marcelo – Mas você mencionava que no primeiro momento o CLAM tinha potencial de articulador nacional...

Miriam – Mas isso foi bem no início dos anos 2000, tá? Nos anos 1990, as redes que existiam eram unidas pela palavra *gênero*. As redes têm momentos de maior densidade, onde permanecem os vínculos.

Eu me lembro que fui no encontro de São Roque e que foi um encontro chave para o campo dos estudos de gênero, em 1991. Tem um livro da Fundação Carlos Chagas, “Os estudos de gênero...”, que tem os artigos apresentados ali. Foi ali que surgiram alguns projetos financiados posteriormente pela Fundação Ford e que ajudaram a consolidar o campo no Brasil.

Um destes projetos financiado pela Ford, foi a REF, Revista de Estudos Feministas, que era feita no Rio de Janeiro. Um belo dia, em 1999, a Albertina de Oliveira Costa me ligou dizendo que o financiamento que a REF recebida da Ford tinha acabado – e eles não tinham criado a estrutura para manter a REF apenas com financiamento do CNPq. Foi assim que propuseram de levar a revista para a UFSC. Nesse momento, a UFSC já um grupo forte de pessoas pesquisando gênero em várias áreas e já tinha organizado algumas edições do Fazendo Gênero.

Uma pessoa que foi bem importante nesse momento, que foi quem trouxe a REF para a UFSC comigo, foi a Cláudia de Lima Costa. A gente colaborou bastante pois ela tinha muitas relações com os Estados Unidos e eu tinha muitas relações com a França, e acho que foi um momento bem rico de troca teórica.

Em relação a nossa rede de pesquisa, coordenada por Anna Uziel, Luiz Mello e por mim, que no início era Parceria Civil e Conjugalidades e depois se tornou Parentalidades e Conjugalidades, num período de 5/6 anos produziu muitos trabalhos: TCCs, teses, dissertações, etc. No final de 2008 o campo foi se diversificando, e cada um de nós passou a fazer outras coisas, eu fui por outros lados, mas as vezes fazemos alguns projetos juntas, como um que fizemos para o Centro Cultural Banco do Brasil.

Marcelo – O projeto no Banco do Brasil teve um financiamento?

Miriam – É do Centro Cultural Banco do Brasil. Nós pedimos um financiamento grande; a Anna e os alunos dela que propuseram. Nessa rede ampliamos também nossos vínculos com a Espanha. No encontro *Das Margens aos Centros*, que foi organizado pelo Luiz Mello na UFG em 2008, também articulamos um pouco mais com o Alípio de Sousa Filho, da revista Bagoas, em Natal. A isso foram se juntando mais redes, e depois fomos convidados para participar do ENUDS que também ocorreu na UFG. Eu acho que são redes mais frouxas e mais distantes que foram se produzindo dentro desse campo de estudos em nível nacional.

Marcelo – Agora eu queria entrar numa retrospectiva para pensar novamente aquele momento de articulação de redes na UFSC, num âmbito mais local.

Miriam – Na UFSC se tem uma rede imensa: criamos, cinco anos atrás, o Instituto de Estudos de Gênero (IEG), que junta pesquisadoras da UFSC e da UDESC, e ele tem como missão apoiar

a criação de núcleos em todas as universidades de Santa Catarina. Então nós tivemos vários projetos com a SPM para essa articulação da rede de núcleos de gênero em Santa Catarina.

Marcelo – A proposta do IEG é estimular e auxiliar a criação de grupos?

Miriam – Foi um dos projetos que a gente teve dentro do IEG, um projeto financiado pela SPM, para formar núcleos em outras universidades do Estado. Nós temos conosco entre 25 e 30 professoras (devem ter 2 ou 3 homens...) que trabalham com gênero e sexualidade, e de 5 a 10 pessoas com bolsa de pós-doutorado na área de gênero, sexualidade e mulher. Eu já nem sei dizer quantos doutorandos e mestrados temos no momento, porque é um número muito grande. A equipe é formada por essas professoras concursadas, pós-doutorandos, doutorandos, mestrados, titulados pelos programas de pós-graduação nos quais participam as professoras do IEG. Há também os alunos de iniciação científica que trabalham diretamente nos projetos do IEG ou nos núcleos que são associados ao IEG (o IEG tem mais de 10 núcleos associados).

Para a comissão organizadora do Fazendo Gênero, só quem pode participar são os professores vinculados institucionalmente a UFSC e pós-doutorandos. A comissão tem quase 50 pessoas e nós estamos calculando que a gente vai precisar de 400 monitores na próxima edição. Nós vamos fazer um curso de formação que vai durar de março até setembro, quando é o Fazendo Gênero, um ou dois dias por semana, com aulas com as professoras da UFSC. Agora que eu estou coordenando o IEG, estou responsável por esta formação. Fora a coordenação do GDE, que nem vou entrar nos detalhes sobre a complexidade que é o diálogo e a tramitação junto a SECADI e MEC, que são um delírio! Na primeira edição a gente formou 465 professoras/es do interior do estado, de escolas públicas, e agora na segunda edição vamos formar 300 professoras/es.

Nas redes internas da UFSC, temos vários programas de pós-graduação estão diretamente envolvidos ao IEG. O principal é doutorado em ciências humanas, na linha de gênero, do qual várias de nós participamos – eu, Joana Maria Pedro, Mara Lago, Cristina Scheibe Wolff, Luzinete Simões Minella, Carmen Rial, Teresa Kleba, e a professora Sonia Maluf, um pouco mais distante. Todas nós estamos também vinculadas a outros programas de pós-graduação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Antropologia, História, Psicologia, Sociologia e Filosofia (a pós-graduação da geografia é a única do CFH que não tem ninguém trabalhando com a gente). Depois, no Centro de Comunicação e Expressão (CCE)letras, nós temos colegas de Inglês, Literatura brasileira, Linguística e Design; no Centro Socioeconômico (CSE), temos Serviço Social e Direito; no Centro de Saúde (CCS), temos colegas da Saúde Coletiva e da Enfermagem;

também temos um pequeno impacto na Educação (CED) e na Educação Física, no Centro de Esportes. Só não temos ainda colegas de engenharias, ciências exatas e no campo das biológicas.

Marcelo – Eu queria entender um pouco desse momento de criação do NIGS. Ele foi criado com essa denominação desde o começo? Como foi isso?

Miriam – Não. Logo que eu cheguei na UFSC a gente tinha o Núcleo de Estudos de Gênero (NEG), que substituiu o Núcleo de Estudos da Mulher. O NEG existiu durante uns dois anos, e depois as integrantes foram fazer doutorado e o núcleo ficou meio vazio. Eu era uma das únicas que já tinha doutorado ali em 1989, quando eu cheguei. Como tínhamos criado o Laboratório de Antropologia, e o professor Silvio Coelho dos Santos, na coordenação da pós, estipulou que criássemos núcleos de pesquisa, foi uma demanda interna. Aí criamos o NIGS, mas esse nome só foi carimbado em 1999 como Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), embora o início tenha sido antes, em novembro de 1991 em uma reunião da Abinha, em Curitiba, onde a gente fez um grupo de estudos que se chamava “Trabalho de campo e subjetividade”. A gente brinca que correu o risco de ele se chamar Afrodite, que foi uma das ideias levantadas na reunião, o de dar o nome de uma deusa grega.

Marcelo – Abinha era o que também chamavam de ABA Sul.

Miriam – Exatamente. Foi daquele grupo que depois saiu a primeira publicação do NIGS, que é “Trabalho de campo e subjetividade”, e que também foi a primeira vez que as pessoas do NIGS falaram sobre suas experiências de campo a partir do gênero. Antes de apresentarmos coletivamente na Abinha de Curitiba, em 1991 a gente se reunia toda semana: a primeira geração dos meus orientandos, que foram Elisete Schwade, Roseli Buffon, Claudia Lago, a Darly Santana, que acabou não defendendo a dissertação sobre envelhecimento em conventos, e o João Batista Martins, que hoje é professor de Psicologia na UEL. Algumas alunas da graduação também fizeram parte do primeiro grupo: a Karine Pereira, a Maria Regina Fachini e a Ana Cristina. Então foi um momento de reconhecimento público daquela equipe que já estava discutindo, reunindo, trabalhando já há um certo tempo... Nos outros lugares a ideia interdisciplinaridade era parte da universidade, na UFSC não tinha isso, tanto que, até hoje, a grande luta é a gente conseguir um espaço de reconhecimento como um núcleo interdisciplinar.

Marcelo – Mas esse reconhecimento que você diz estaria com o NIGS.

Miriam – Não, os núcleos, NIGS, o NAVI esses são super-reconhecidos, por quê? Porque eles são vinculados aos programas de pós-graduação, e nos programas de pós-graduação eles têm

recursos e autonomia. O que falo é de reconhecimento para o IEG. Nós queremos um prédio próprio do IEG, mas o problema é que de que centro é o IEG? Porque lá na UFSC tudo é formado por centros, departamentos, programas de pós-graduação. O IEG junta pessoas de 5 centros, então aonde ele vai ser localizado? Vinculado a que centro? Ele não pode ser vinculado a nenhum centro, ele é interdisciplinar, só que não tem até hoje na UFSC, apesar tantos projetos, um lugar institucional ou um centro interdisciplinar que possa estar localizado.

Marcelo – Eles são vinculados a determinados programas e departamentos e não necessariamente buscam reconhecimento interinstitucional, é isso? Agora o IEG está em outro âmbito...

Miriam – O IEG não concorre com os núcleos, o IEG agrupa os núcleos. Isso ocorre na prática, mas a gente acha fundamental ter uma institucionalidade inclusive territorial com um prédio próprio. Queremos também que a universidade nos dê recursos, porque até hoje nós não temos. São pouquíssimas professoras que estão vinculadas diretamente ao IEG sem estar articuladas ao núcleo, porque o projeto de estrutura do IEG é agrupar núcleos.

Marcelo – Com relação ao Fazendo Gênero, eu escutei no *workshop* que a proposta do Fazendo Gênero era uma espécie de reunião local/regional que favorecesse diálogos e intercâmbios entre pesquisadores da UFSC e UDESC, mas acabou sendo algo muito maior. Como é essa trajetória?

Miriam – A primeira vez, em 1994, éramos só nós da UFSC, do CCE e CFH, que já faziam coisas juntas. Em 1996 já foi diferente, fizemos no CFH, convidamos o pessoal da Enfermagem, do Serviço Social, já foi um pouquinho mais de gente, como a Margareth Rago e a Albertina de Oliveira Costa. Em 1998 fizemos no Centro de Saúde, e nessa perspectiva já convidamos mais pessoas para as mesas. Em 2000 recebemos convidadas internacionais, pesquisadoras norte-americanas, e aí percebemos que não tinha mais como ser algo local e que era mesmo um evento de gênero com grandes proporções. Em 2012 o tema foi menos sexualidade e mais gênero, e por isto fizemos questão de ter uma conferência de encerramento sobre sexualidade com o Miguel Vale de Almeida.

Esse nosso projeto de manter um evento com a dupla dimensão, de gênero e sexualidade, vem da perspectiva a qual eu me filio e que acho que é uma grande característica dos estudos de sexualidade no Brasil de estar vinculado ao campo dos estudos de gênero. Eu acho que uma das vantagens teóricas que a gente tem é que aqui os estudos de sexualidade não se constituíram como um campo separado dos estudos de gênero. Também acho que toda vez que se teve alguma tentativa de criar esses espaços, como a ABEH, o próprio ENUDS, de dizer “Não, a

sexualidade é o nosso campo, gênero é outra coisa”, eu acho que são perspectivas mal resolvidas. Por quê? Porque elas negam a historicidade da construção do campo teórico e político. Eu penso que no Brasil desde o início, nos anos 1970, com Peter Fry, Verena Stolcke, Mariza Corrêa, se criou um campo de gênero articulado com o de sexualidades. Nós criamos no Brasil um campo que tem várias virtudes que não existem em campos internacionais. Por isso que eu acho que importar teorias não é uma boa solução, porque nós temos uma história de 40 anos de estudos gênero e sexualidade. Os grupos de sexualidade sempre se alimentaram de gênero, sempre propuseram reflexões sobre diferença, sobre desigualdades... Os trabalhos sobre sexualidades são importantes para o campo de estudos de gênero. Então, eles só passaram, no meu ponto de vista, a emergir, pois a palavra “sexualidade” surge só nos anos 2000 como um título para novas pesquisas que estavam surgindo e se consolidando.

Marcelo – No Fazendo Gênero?

Miriam – No campo no Brasil.

Marcelo – Você quer dizer com composição de grupos de trabalho, com conferências...

Miriam – Com recursos específicos. Em 1990, na reunião da ABA, tinha um grupo de sexualidade organizado pelo Luis Mott e o grupo de gênero que a gente organizou, mas isso foi um momento pontual. Por quê? Porque entre 1990 e 2000, o que tinha eram grupos de gênero que incluíam a discussão de sexualidade, tanto nas RBAs como na Anpocs. Isso que configura, na minha leitura, o campo dos estudos nos anos 1990. Nos anos 2000, passa a se configurar um campo de sexualidade, muito marcado pelos recursos próprios vindos da Fundação Ford através do CLAM. E aí se começa a ter dentro do Fazendo Gênero um projeto político de incluir o tema da sexualidade em mesas porque sempre houve propostas de grupos de trabalho sobre o tema. Já no primeiro Fazendo Gênero de 1994, tinha lá um trabalho, que o Flávio Silveira, professor de Belém, apresentou, sobre casais homossexuais. Quer dizer, já eram coisas que estavam ali, mas não eram nomeadamente sexualidade, eram classificados como sendo de outros temas, como homossexualidade.

Então, voltando pro Fazendo Gênero: ele se tornou esse espaço imenso. Agora nós aceitamos as propostas que vêm das pessoas, da comunidade, e a comunidade manda milhares de propostas no campo da sexualidade, homossexualidades, travestilidades. Em 2006, organizamos, eu e Anna Paula Uziel, um grupo sobre lesbianidades. Todo Fazendo Gênero tem muitas propostas nesse sentido. Eu acho que o Fazendo Gênero reflete de forma bem interessante o campo, esse campo de estudos no Brasil, porque, primeiro, ele articula pesquisas internacionais: francesas, norte-

americanas, espanholas, portuguesas, britânicas, latino-americanas, que eu acho que é uma característica do nosso campo no Brasil. Todo mundo aqui lê autoras de outros lugares e, muitas vezes, lê no original. Na pós graduação no Brasil é obrigado a ler em espanhol, francês e inglês; por isto e a gente dialoga com autores de referência destas línguas. A própria Beatriz Preciado que foi rapidamente incorporada no Brasil, já é uma autora canônica aqui e não é nem tão conhecida em países de língua inglesa, por exemplo.

Então eu acho que a gente tem esse trânsito teórico, que tem a ver com a questão linguística. A gente se constituiu desde o início como campo interdisciplinar, graças ao fato da Fundação Carlos Chagas financiar os concursos de dotação de pesquisa sobre mulher e gênero, e as pessoas que eram financiadas vinham de muitas disciplinas e vários lugares do Brasil. A Revista de Estudos Feministas foi financiada pela Fundação Ford para ser uma revista interdisciplinar. Sempre tivemos essa característica no Brasil de ter um campo de estudos de gênero bem interdisciplinar e de produzir intercâmbios em um país imenso, onde os eventos se constituem como um espaço de circulação cada vez maior de pesquisadores entre as várias regiões do Brasil. Antigamente tinham poucos lugares de formação, que foi a geração, por exemplo, da professora Noemi. Ela foi estudar aonde? Na Unicamp. Depois eu já estudei em Porto Alegre com as pessoas que na década de 1970 se formaram na Unicamp, quer dizer, então, teve um primeiro momento ali, no início dos anos 1970, quando os lugares pra se formar nesse campo eram muito limitados no Brasil. Na Antropologia só tinha 4 lugares: no Museu Nacional, quem estudava com Gilberto Velho; na USP, quem estudava com a Ruth Cardoso e a Eunice Durhan; na Unicamp quem estudava com Peter Fry e Verena Stolcke e logo em seguida com a Mariza Correa e a Suely Kofes, que foram alunas deles e logo começaram a dar aula ali; e na UNB com a Lia Zanotta Machado, Mireya Suarez e Rita Segato. Isso foi nos anos 1970. Nos anos 1980 já se ampliou o número de programas que davam essa formação: Recife (UFPE), Bahia (UFBA), Rio Grande do Sul (UFRGS), Santa Catarina (UFSC) e no Paraná (UFPR) onde já tinham pessoas que davam aula sobre gênero e sexualidade. Nos anos 1990 isso se estendeu para os lugares que criaram programas de pós-graduação, e aí entra Goiânia (UFG), entra UERJ, entra Belém (UFPA), onde muita gente que saiu da USP ou da Unicamp foi trabalhar. Sabemos que se leva no mínimo 10 anos para formar uma geração de pesquisadores e uma instituição; porque uma instituição no campo de estudos de gênero e sexualidade só se produz se tiver pessoas com liderança intelectual acadêmica, e nem todo mundo tem essa capacidade. Podem ser pesquisadores brilhantes, mas muitas vezes não vão produzir escola ou redes, porque para produzir uma instituição, tem que fazer muitos projetos coletivos: editar revistas, fazer eventos, formar muitas pessoas, etc. e isso envolve muita energia e recursos. E temos que pensar também de onde saem esses recursos. No

início os recursos eram direcionados a pesquisas sobre mulher e gradativamente foram se ampliando para estudos de gênero e por fim sexualidades. Teve uma época, nos anos 1970/1980 que vieram da Fundação Ford através da Fundação Carlos Chagas. Teve outra época, nos anos 1990 que os recursos vieram da Fundação Macarthur, através de concursos como o PROSARE, articulado como CEBRAP. Depois, nos anos 2000 os recursos da Ford foram para o desenvolvimento do CLAM, já no campo de sexualidades.

Marcelo – Diretamente, sem intermédio da Carlos Chagas?

Miriam – Sim, porque o da Carlos Chagas era de gênero, e depois foi pro CLAM para a área de sexualidades. Aí começamos a ter também as bolsas de pesquisa da Capes e do CNPq, para fazer mestrado, doutorado e pós-doutorado e bolsas de iniciação científica do CNPq. Também tivemos na última década os recursos do Edital SPM/CNPq para pesquisas sobre Gênero e Feminismo, porque o CNPq só vai começar a financiar sobre esse campo de estudos graças aos recursos que a SPM vai trazer, a partir do governo Lula e das decisões das Conferências de Políticas para Mulheres.

E aí que está a diferença, também no governo Lula. O campo de estudos da sexualidade não conseguiu a mesma capilaridade no espaço institucional dos ministérios. Ele não conseguiu se constituir de forma autônoma seja no espaço das políticas públicas, seja no espaço da pesquisa e formação. A SPM, buscou desde o início se apoiar em uma rede de pesquisadoras do campo de estudos de gênero para formular suas políticas. Faço parte do grupo que já assessorou a SPM em alguns momentos e conseguimos levar adiante a premissa de que, para fazer política para as mulheres, tem que ter investimento na pesquisa, porque é a pesquisa que vai trazer subsídios para as políticas públicas. Não conseguiu se constituir algo similar no campo LGBT, na Secretária de Direitos Humanos, no próprio MEC, e considero isto como um problema que leva a diferença na constituição dos campos de estudos e pesquisas sobre gênero e sexualidade. Poderia ter tido também financiamentos específicos e investimento estatal específico pra a área de sexualidades, mas não teve. Quem assumiu o financiamento de pesquisas sobre o campo da sexualidade foi a SPM, porque através desses editais de financiamentos SPM/CNPq estão sendo produzidas muitas pesquisas no campo da sexualidade.

Marcelo – Mesmo no campo da sexualidade?

Miriam – Para esse campo, claro. Pega a lista de cada concurso, são 150 projetos aprovados! É muito significativo o valor e o número de pesquisas do campo de sexualidade que receberam financiamento desses editais.

Marcelo – E no campo da SDH?

Miriam – A SDH não faz muito investimento, não investiu recursos no CNPq, não fez essa política de apoio à pesquisa no campo, de forma pública. Sei que fez alguns investimentos em determinados núcleos LGBT (e inclusive estimulou sua criação) mas nunca foi através de editais públicos.

Marcelo – Mas é uma instituição que fomenta, ocasionalmente, projetos de pesquisa.

Miriam – Ela financiou aquela rede de núcleos fora dos grandes centros, o que foi uma ideia muito boa, diga-se de passagem. Todavia não sabemos exatamente quantos destes núcleos deram certo e como têm dado continuidade ao investimento inicial que receberam para equipamentos e infra-estrutura.

Marcelo – E pra além da criação dos núcleos houve momentos posteriores a essa proposta de criação onde alguns projetos de pesquisa foram financiados efetivamente...

Miriam – Da mesma forma, por relações pessoais, por redes, por uma estrutura diferente da estrutura que a SPM articulou. A SPM chamou essas pessoas e as pessoas é que disseram “Não, tem que ser CNPq, por ser dinheiro público, tem que ser critérios universais, tem de ser um edital público e aberto a todos”. Esse campo esse campo de pesquisa é um campo de todas/os, é um campo nacional, e se a gente quer construir um campo nacional a gente tem que fazer um edital que beneficie a todos os núcleos. Porque se não se tem uma política transparente, uma política efetivamente pública, se constituem bolsões com apenas alguns grupos e algumas pessoas. Claro que isto acontece positivamente quando os investimentos são recebidos por lideranças que conseguem ampliar o campo e o número de pessoas envolvidas. Esse é o caso do Ser-Tão, da UFG, que eu conheço bem e que é um dos núcleos mais bem sucedidos desse investimento, sobretudo porque soube ampliar o grupo inicial e permitir uma ampla circulação de pesquisadoras/es e estudantes em suas atividades. Eu não conheço tão bem a história de outros núcleos financiados pela SDH na mesma época.

Marcelo – Nós entramos num tópico importante. Em primeiro lugar você acabou de explicar sobre as vinculações entre gênero e sexualidade, mas você observa que esses são dois campos distintos...

Miriam – Não, nossa grande vantagem é que esse é um único campo de estudos.

Marcelo – No Brasil nós temos um campo de gênero e sexualidade.

Miriam – Um campo de gênero no qual os estudos de sexualidade fazem parte, porque em outros lugares do planeta, como nos Estados Unidos, houve uma separação entre os dois campos desde o início dos anos 1970. Considero que há uma série de questões específicas sobre os gays, lésbicas e pessoas trans, mas é a partir do feminismo enquanto teoria que vai se produzir a originalidade e a densidade da discussão sobre as questões de sexualidade. Como é que se constitui um campo teórico? O campo teórico da sexualidade é autônomo do campo teórico do feminismo? Gênero é uma coisa mais complexa, tem gente que nunca estudou teoria feminista no campo de gênero, mas eu estou falando em teoria feminista, na teoria feminista que nós também discutimos a partir de Judith Butler e Teresa de Lauretis, por exemplo. São campos onde a sexualidade é parte da teoria, e ela alimenta e densifica a teoria feminista.

Marcelo – Você explanou sobre financiamentos, projetos, instituições... Mas assim, como você percebe esse processo de legitimação e institucionalização dos estudos?

Miriam – Eu acho que grupos de trabalhos em reuniões disciplinares, com nas reuniões da ABA ou ANPOCS, são uma forma de dar visibilidade. A gente poderia pensar que REF e Pagu incorporam questões de sexualidade dentro delas a partir dos artigos que chegam, como parte do campo dos estudos de gênero e teoria feminista. Publicações como a Bagoas e a revista do CLAM são importantes para a divulgação de questões mais amplas sobre sexualidade. A Bagoas é uma revista que se assume desde o início como uma revista de homossexualidade e algo que considero positivo na Bagoas é que é uma revista que articula várias redes e várias linhagens, não é uma revista de um grupo ou de pessoas formadas aqui ou lá. É o que a gente sempre tentou fazer na REF pois nós nunca quisemos que a REF fosse uma revista de Santa Catarina; não foi assim que ela foi criada, ela foi criada por uma rede nacional e, quando a gente assumiu em Santa Catarina, fizemos tudo para que ela continuasse sendo uma revista nacional. Acho que a Bagoas faz isso muito bem, porque cada vez que eu leio uma revista Bagoas eu descubro alguém no Piauí e aí já sei que é orientando do Fabiano Gontijo, ou lá em Belém, que está trabalhando com a equipe da Jane Beltrão, junto com o Flávio Silveira. É bom porque eu descubro ali pesquisadores das novas gerações, de lugares não hegemônicos, que já estão publicando.

Agora não estou mais no conselho editorial da REF, saí esse ano, por conta da minha participação no IEG, mas no ano passado eu estava participando do conselho e é uma loucura, a gente tem uma reunião por mês, onde temos de avaliar 30 artigos. Chegam uns 300 artigos por ano e isto mostra como se produz na área porque há centenas de estudos de gênero sendo feitos no Brasil e em países Ibero-americanos que submetem artigos para a REF.

Marcelo – Me permita fazer uma colocação a mais. A partir das suas relações e projetos e trabalhos na UFSC ou nas redes que você comporta e faz parte, como pensar a relação com o governo federal?

Miriam – Eu acho que o governo federal teve uma mudança significativa com o governo Lula. Tivemos uma virada com alguns Ministérios, a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) dedicada às mulheres, a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) que atua mais nas questões LGBT, o Ministério da Saúde (MS), o Ministério da Educação (MEC) e outros, como por exemplo, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDS), que realizou políticas importantes para mulheres camponesas. Eu acho que teve essa virada no governo Lula, ainda não sabemos o que acontecerá no governo Dilma, mas tivemos uma forte aproximação do campo político com o campo acadêmico, de consultorias, de investimentos, como o GDE que visa a formação de professoras de escolas públicas.

Marcelo – Mas isso se traduz como? Com criação da SPM? Com financiamento? Com o acesso dos pesquisadores ao governo?

Miriam – Com financiamento. Passei a noite inteira corrigindo os trabalhos de todos os meus alunos de iniciação, mestrado e doutorado porque hoje é o último dia do concurso “Igualdade de Gênero” e muitos estão concorrendo. Isso é um investimento importante. Ganhar é ótimo, mas é muito difícil, porque tem que ser um trabalho muito bom. Então esse concurso tem uma capilaridade importante: um aluno que hoje está no primeiro ano da graduação e que manda, como uma aluna que eu tenho, a Ângela Medeiros, que me escreveu: “Professora, eu quero fazer um texto sobre mulheres negras, a senhora pode reler meu texto e me orientar?”. Eu respondi: “Posso, tudo bem. Eu te oriento, vamos discutir?”. Eu acho que isso fantástico, sabe por quê? Porque essa aluna negra, entrou por cotas na universidade, está estudando movimento negro, está tendo consciência deste tipo ação, gênero e raça como categorias teóricas, analíticas, e ela vai ser uma grande pesquisadora, porque ela já está colocando seu trabalho na roda. Isso que eu acho que é da relação com o governo federal, e produz muita diferença. O campo acadêmico tem os encontros de núcleos, vai ter agora o próximo.

Marcelo – Sobre núcleos de estudo de gênero...

Miriam – Isso, vai ter um encontro sobre Gênero e Ciências. E a gente vê que é assim, que o que funciona de recurso vem por esse concurso, pelo edital, pelas pesquisas, isso realmente

mudou o campo... quantos livros são publicados por concurso? Nós já estamos no terceiro concurso...

Marcelo – O próprio Fazendo Gênero conseguiu produzir e publicar livros ou anais.

Miriam – O Fazendo Gênero recebeu um recurso total em torno de 500 mil reais. Esses 500 mil reais vêm do CNPq, da Capes, FAPESC, SPM, SECADI... E nesse ano a coordenadoria de políticas para as mulheres de Florianópolis já me pediu para colocar no orçamento para financiar. Ou seja, o Fazendo Gênero recebe recursos de várias instituições, inclusive de consulados e embaixadas que nos apóiam para a vinda de professoras estrangeiras.

Marcelo – Mas você, Miriam, já havia mencionado que, para articular esse tipo de estrutura, de evento, de constituição de campo, não basta ser pesquisador dedicado, tem que ter...

Miriam – Muita política.

Marcelo – Demanda mais política.

Miriam – Demanda.

Marcelo – E é nesse sentido também que eu faço um adendo às questões do governo federal. Existe um acesso que favoreça essa articulação política para financiamentos e demais situações que favoreçam o crescimento desse campo?

Miriam – São coisas inerentes ao campo da política onde há relações mais pessoais que produzem coisas mais próximas – alguns núcleos, por terem mais pessoas ligadas aos ministérios, têm, evidentemente, mais aproximações do que outros, mas nem todos os núcleos têm refletido sobre essa questão. São do interesse do governo federal trabalhos com ação efetiva no campo das políticas públicas. Claro que vai muito das prioridades internas de cada núcleo, de cada grupo. Por exemplo, o CLAM produziu muita coisa e o material do GDE é prova disto. Mas para este tipo de ação de que tem que ter uma estrutura institucional: funcionários, bolsistas, professoras vinculadas à instituição que trabalham com seu salário. Não é o caso, por exemplo, do IEG: nós não temos nenhuma estrutura institucional. Tudo o que a gente faz e produz custa R\$ 500 mil, mas desses 500 pelos menos uns 200 mil são de bolsas da iniciação científica que por sua vez são ligadas às professoras que compõem o IEG. São recursos indiretos. Não temos pesquisadores do IEG, não temos funcionários do IEG. A Carmem Vera Ramos é única funcionaria, ligada a REF e quando ela se aposentar nós não temos como substituí-la se não houver apoio da reitoria e da direção do CFH. É diferente do Pagu, por exemplo, que tem

pesquisadores, tem um corpo de profissionais da universidade, ou do CLAM que tem uma estrutura de fundação que contrata pessoas para trabalhar especificamente lá.

No caso da UFSC não, nossa estrutura é puramente acadêmica, ela só funciona com professores que são vinculados por salário ou bolsistas na área, nada mais do que isso. A gente funciona pela estrutura que nós criamos, que é as pessoas que estão lá, e estão lá porque desejam, porque querem; ninguém nunca recebeu uma complementação salarial ou qualquer coisa para trabalhar num projeto lá, as pessoas trabalham porque gostam de estar nos projetos. Um ciclo acadêmico leva mais de 20 anos para se consolidar. Num ciclo de vida acadêmica as pessoas podem querer estudar gênero mas também estudar outras coisas, fazer doutorado, pós-doutorado, querer cuidar dos filhos, de netos, e também largar tudo em algum momento; isso é parte do ciclo de vida do qual todas nós estamos envolvidas e uma instituição de pesquisa feminista como o IEG também acolhe estas mudanças na vida de sua equipe.

Uma instituição é algo que independe de um só pesquisador, é algo que se mantém ao longo da história e não é um pesquisador que faz sozinho uma instituição. Você pode ajudar a criar, mas é um conjunto de muitos e muitos anos e de estruturas que favorecem essa criação e consolidação. Foi o que aconteceu com a REF em sua primeira fase no Rio de Janeiro. Como não tinha uma estrutura própria em nenhuma das instituições onde esteve sediada, ela não se articulou de forma que pudesse se manter independente do recurso da Fundação Ford. Hoje, é claro, a REF se mantém porque tem um corpo constituído de pessoas que são uma instituição, não é A, B ou C. As pessoas às vezes escrevem “Ah, não aceitaram meu artigo”, e nem respondo, já mando para coordenação da REF. Mesmo eu sendo editora da revista, eu não vou responder a pessoa, porque não adianta me pressionar, eu represento uma instituição, não sou eu. Tem uma estrutura que não é a minha opinião e que vai fazer publicar ou deixar de publicar. Hoje a REF recebe recursos do CNPq, mas não é suficiente e para mantê-la é preciso do apoio institucional do PPGICH e de outras instancias da UFSC.

O que eu acho é que o campo editorial é o que está em questão nesse momento. Porque a Editora Mulheres é uma excelente editora de Santa Catarina, publica nacionalmente. A gente teve a coleção do CLAM que foi excelente na Garamond, mas pelo que eu ouvi falar parece que não tem mais dinheiro para publicar regularmente, e isso eu acho uma pena. Porque a coleção do CLAM era uma referência, podia comprar todos os livros da coleção do CLAM, porque eu sabia que eles eram de sexualidade e que seriam bons. Tinha uma qualidade dada por aquele selo.

Então eu acho que hoje a gente tem uma massa de produção textual e estão nos faltando lugares para publicar. Isso que é, digamos, o nó do problema para efetivamente consolidar o campo dos estudos sobre gênero e sexualidade. Publicar dá trabalho, exige tempo, muita energia, e é uma

experiência, um saber que exige tempo de transmissão de conhecimento dos procedimentos; tudo isso é muito difícil. Eu vejo pessoas dizendo que querem publicar e eu as desafio a aprender a editar uma revista, porque é um longo processo de aprendizado e para isso tem que ser alguém de muita experiência e uma instituição muito sólida e consolidada para conseguir levar adiante um projeto editorial.